



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

KÁRIN URSULA ALBUQUERQUE E SILVA

**EM BUSCA DE UM MODELO DE ASSOCIAÇÃO AOS TRABALHADORES
AUTÔNOMOS DA ECONOMIA INFORMAL DE PRODUÇÃO E VENDA DE
TAPIOCA**

Recife

2024

KÁRIN URSULA ALBUQUERQUE E SILVA

**EM BUSCA DE UM MODELO DE ASSOCIAÇÃO AOS TRABALHADORES
AUTÔNOMOS DA ECONOMIA INFORMAL DE PRODUÇÃO E VENDA DE
TAPIOCA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Gestão da Informação, da
Universidade Federal de Pernambuco para
obtenção do título de Bacharela em Gestão da
Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Nadi Helena Presser

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

SILVA, Kárin Ursula Albuquerque e.

Em busca de um modelo de associação aos trabalhadores autônomos da economia informal de produção e venda de tapioca / Kárin Ursula Albuquerque e SILVA. - Recife, 2024.

115p., tab.

Orientador(a): Nadi Helena Presser

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Gestão da Informação - Bacharelado, 2024.

Inclui referências.

1. Associativismo. 2. Tapioca. 3. Tapioqueiras. 4. Economia informal. I. Presser, Nadi Helena . (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

KÁRIN URSULA ALBUQUERQUE E SILVA

**EM BUSCA DE UM MODELO DE ASSOCIAÇÃO AOS TRABALHADORES
AUTÔNOMOS DA ECONOMIA INFORMAL DE PRODUÇÃO E VENDA DE
TAPIOCA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Gestão da Informação, da
Universidade Federal de Pernambuco para
obtenção do título de Bacharela em Gestão da
Informação.

Aprovado em: 14/10/2024

BANCA EXAMINADORA

NADI HELENA PRESSER - Orientadora
Universidade Federal de Pernambuco – DCI

RINALDO RIBEIRO DE MELO – Examinador 1
Universidade Federal de Pernambuco – DCI

CARLOS EDUARDO FALCÃO LUNA - Examinador 2
PPGCI/UFPE

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a todas as pessoas que, de maneira direta ou indireta, tornaram possível a realização deste trabalho de conclusão de curso. A jornada acadêmica é, sem dúvida, uma travessia repleta de desafios, aprendizados e momentos de superação, assim como afirma Paulo Freire, **"a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo"**. Essa frase, que tanto ressoa em mim, traduz a essência do esforço e da dedicação que empreguei neste processo, mas também reflete a importância das forças divinas e sagradas que me apoiaram e me confortaram sempre ao longo do caminho.

Em primeiro lugar, dedico meus agradecimentos à Professora Dra. Nadi Helena Presser, cuja orientação foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Seu compromisso, sua vasta experiência e sua capacidade de me inspirar a alcançar novos patamares de conhecimento foram essenciais para o êxito desta jornada. O seu apoio e a confiança depositada em mim não só enriqueceram este projeto, mas também fortaleceram a minha convicção de que a educação é, de fato, um poderoso agente de transformação.

Estendo minha gratidão ao Dr. Carlos Luna, cujas contribuições técnicas e críticas foram decisivas para a construção do pensamento reflexivo que permeia este trabalho. Seu olhar atento e suas valiosas considerações me impulsionaram a buscar sempre o melhor e a olhar para os detalhes com ainda mais profundidade.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, manifesto todo o meu amor e reconhecimento. Agradeço ao meu saudoso pai, José Bezerra, por nos ensinar que não existe limites nem idade para o aprendizado e que dessa forma pôde introduzir a tecnologia em nossas vidas desde muito cedo. Assim, pude tornar realidade aquela sua esperança plantada em nós de abraçar a ciência e a tecnologia como profissão.

Minha mãe, Estelita Albuquerque, que desde sempre me ensinou o valor da educação como instrumento transformador de vidas, é e sempre será meu maior exemplo de força e resiliência. Seu apoio incondicional e suas palavras de incentivo me acompanharam em cada etapa dessa caminhada, reforçando a crença de que o saber é libertador.

À minha filha, Jeniffer Barcelar, agradeço por ser uma fonte constante de inspiração e por acreditar em mim mesmo nos momentos mais difíceis. Seu incentivo foi uma luz que me guiou em direção à conclusão deste curso, e minha maior alegria é saber que, juntas, seguimos construindo um legado de educação e crescimento.

Agradeço ao meu companheiro de vida e de profissões, o meu sociólogo Sérgio Melo, cujo apoio foi indispensável. Seu amor, paciência e encorajamento incondicional me deram a

força necessária para superar os desafios que surgiram ao longo desta jornada. A partilha de ideias, o olhar crítico e o apoio mútuo que sempre tivemos tornaram este percurso muito mais rico e significativo.

Por fim, a todos professores e colegas de curso minha gratidão. Este trabalho é resultado de um esforço coletivo, e cada conquista aqui celebrada é fruto do apoio e da confiança de todos que acreditaram em mim.

RESUMO

Esta pesquisa traz uma reflexão sobre o associativismo como estratégia de organização e participação de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, tendo como foco as tapioqueiras que atuam na economia informal na cidade de Recife, em Pernambuco. A pesquisa buscou resposta para a seguinte questão: quais as características, princípios e vantagens do associativismo que justificam sua adoção como modelo de associação adequada aos trabalhadores autônomos que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca? Teve como objetivo geral analisar o potencial do associativismo como modelo de gestão para as trabalhadoras autônomas que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca. Os objetivos específicos foram: a) Mapear as experiências de associativismo de trabalhadores em contextos de vulnerabilidade social, da cultura popular e da agroecologia e produção orgânica que atuam na economia informal ou não; b) Identificar as características do associativismo que precisam ser consideradas pelos trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e que atuam na economia informal. Pesquisa descritiva quanto aos seus objetivos. Adotou a abordagem de avaliação qualitativa, coleta os dados de fontes documentais e bibliográficas. A técnica de análise de conteúdo foi usada para analisar as informações. A pesquisa identificou que as características do associativismo que justificam sua adoção como modelo de associação adequada aos trabalhadores autônomos que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca estão relacionadas ao objeto social de atuação; à forma associativa; ao tema central do debate público que a associação influencia; ao seu principal capital social; ao movimento social que promove ou apoia; e, por fim, às práticas sociais, políticas e ou valores que a associação promove. Os resultados apontaram que estes critérios de sustentabilidade institucional podem fomentar a construção um modelo de associativismo que se adeque e dê prospecção coletivos da sociedade civil como a Associação de Maria de Oliveira, das tapioqueiras do Recife, como proposição de estudos futuros.

Palavras-chave: Tapioqueiras; Tapioca; Associação; Economia informal.

ABSTRACT

This research reflects on associativism as a strategy for organising and involving workers in situations of social vulnerability, with a focus on tapioqueiras who work in the informal economy in the city of Recife, Pernambuco. The research seeks an answer to the following question: what are the characteristics, principles and advantages of associativism that justify its adoption as a suitable model of association for self-employed workers who operate in the informal economy of tapioca production and sale? The general objective is to analyse the potential of associations as a management model for self-employed women who work in the informal economy producing and selling tapioca. The specific objectives are: a) To map the associative experiences of workers in contexts of social vulnerability, popular culture and agroecology and organic production who work in the informal economy or not; b) To identify the characteristics of associativism that need to be considered by workers in situations of social vulnerability and who work in the informal economy. This is a descriptive study in terms of its objectives. It adopts a qualitative evaluation approach, collecting data from documentary and bibliographical sources. The content analysis technique was used to analyse the information. The research identified that the characteristics of associativism that justify its adoption as a model of association suitable for self-employed workers who operate in the informal economy of tapioca production and sale are related to the social object of action; the associative form; the central theme of public debate that the association influences; its main social capital; the social movement it promotes or supports; and, finally, the social practices, policies and/or values that the association promotes. However, the results show that these institutional sustainability criteria can encourage the construction of a model of associativism that suits and gives prospect to civil society collectives such as the Association of Maria de Oliveira, from the tapioqueiras of Recife, as a proposition for future studies.

Keywords: Tapioqueiras; Tapioca; Association; Informal economy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de <i>Gays</i> , Lésbicas e Transgêneros
ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
AMB	Articulação das Mulheres Brasileiras
ATAA	Associação de Tapioqueiras e Artesãs do Alto da Sé
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
DCI	Departamento de Ciência da Informação
DTA	Doenças Transmissíveis por Água e Alimentos
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBO	Fórum Brasil do Orçamento
FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas
FENDH	Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
FLC	Fórum do Lixo e Cidadania
FNMN	Fórum Nacional de Mulheres Negras
FNRA	Fórum Nacional de Reforma Agrária
FÓRUM PETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LGBTQIA+	Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Transexuais (ou Travestis), Intersexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero
MEI	Microempreendedor Individual
MST	Movimento dos Sem Terra
ONGs	Organizações não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
RITS	Rede de Informação do Terceiro Setor
RMA	Rede Mata Atlântica
RMR	Região Metropolitana do Recife
SDS	Secretaria de Defesa Social
TMR	Teoria da Mobilização de Recursos

TPP	Teoria dos Processos Políticos
SEBRAE-PE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de
SECTI	Pernambuco
UFPE	Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco
	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema de pesquisa	14
1.2 Objetivos	18
1.3 Contribuições da pesquisa	18
1.4 Estrutura da dissertação	20
2 O ASSOCIATIVISMO COMO UM FORMATO DE ORGANIZAÇÃO	21
2.1 Formas associativas	21
2.2 Associativismo e capital social	26
2.2.1 <i>Dimensões do capital social</i>	29
2.2.2 <i>O capital social como gerador do capital intelectual</i>	32
2.3 Associativismo e movimentos sociais	34
2.3.1 <i>Propriedades dos movimentos sociais</i>	35
2.3.2 <i>O desenvolvimento intelectual a partir dos movimentos sociais</i>	41
2.4 Associativismo e sociedade civil	44
2.4.1 <i>Conceitos de sociedade civil</i>	46
2.4.2 <i>Sociedade civil e recursos intelectuais</i>	53
2.5 Experiências associativas em contextos de vulnerabilidade social	60
2.5.1 <i>Associação de Tapioqueiras e Artesãs do Alto da Sé (ATAA)</i>	61
2.5.2 <i>Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (COOCENCIPE)</i>	62
2.5.3 <i>Associação de Povos Ciganos (ACIPE)</i>	62
2.5.4 <i>Cooperativa Ecovida Palha de Arroz</i>	63
2.5.5 <i>Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo (APPS)</i>	64
2.5.6 <i>Associação Pernambucana de Cegos (APEC)</i>	64
2.5.7 <i>Associação Pernambucana de Mães Solteiras (APEMAS)</i>	65
2.6 Experiências associativas no contexto da cultura popular pernambucana	66
2.6.1 <i>Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura (ABMAM)</i>	68
2.6.2 <i>Associação Metropolitana de Hip Hop em Pernambuco (AMH2PE)</i>	69
2.6.3 <i>Associação de Mulheres de Nazaré da Mata (AMUNAM)</i>	69
2.6.4 <i>Associação Coletivo de Cirandas de Pernambuco</i>	71
2.6.5 <i>Associação de Maracatus Nação de Pernambuco (AMANPE)</i>	71
2.6.6 <i>Associação Maracatu Baque Solto (AMBS)</i>	72
2.6.7 <i>Rede Nacional das Produtoras Culturais Colaborativas</i>	73

2.7 Experiências associativas no contexto da agroecologia e produção orgânica	74
2.7.1 <i>Centro Sabiá</i>	75
2.7.2 <i>Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)</i>	77
2.7.3 <i>Diaconia</i>	78
2.7.4 <i>Casa da Mulher do Nordeste</i>	80
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	82
4 RESULTADOS E ANÁLISE	84
4.1 Experiências de associativismo de trabalhadores em contextos de vulnerabilidade social	84
4.2 As características do associativismo de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social que podem ser consideradas pelas tapioqueiras de Recife	88
4.2.1 <i>Objeto social de atuação</i>	88
4.2.2 <i>Forma associativa</i>	89
4.2.3 <i>Tema central do debate público que a associação influencia</i>	90
4.2.4 <i>Principal capital social</i>	91
4.2.5 <i>Movimento social que promove ou apoia</i>	92
4.2.6 <i>Práticas sociais, políticas e ou valores que a associação promove</i>	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

O foco central deste estudo são os desafios da ação coletiva e da informalidade e as respostas na forma de participação por meio do associativismo dos trabalhadores autônomos de produção e venda de tapioca. Tradicionalmente, segundo Estevam e Mior (2014), os benefícios do associativismo e do cooperativismo eram localizados nas vantagens advindas de novas escalas de operação. Mas, atualmente, a atenção de muitas associações se deslocou dos mercados tradicionais para a criação de mercados baseados nos próprios valores culturais dos produtos e da ampliação da patrimonialização das práticas, saberes e fazeres ligados à comida de base tradicional, tal como o ofício dos trabalhadores, que convencionou-se nomear nesse trabalho de tapioqueiras para ambos gêneros em detrimento da predominância feminina nessa atividade laboral.

Perpassando pela herança indígena, o cultivo da mandioca, a casa de farinha, os modos e técnicas e as transformações, bem como a feitura dos mais diversos tipos de recheio, a tapioca é reconhecida no seu contexto histórico como bem cultural do Brasil (Cruls, 1955). Tradicionalmente, na Região Metropolitana do Recife (RMR), o processo de produção e venda de tapioca sempre foi realizado em espaços públicos, dirigido por trabalhadoras autônomas tapioqueiras, atuando na economia informal, cujo ofício se consolidou como meio de subsistência no ambiente urbano.

Todavia, para desenvolver esses mercados, alianças precisaram ser estabelecidas com governos locais e diretamente com consumidores. Ao mesmo tempo, as trabalhadoras autônomas que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca precisaram e ainda necessitam desenvolver novas competências gerenciais, tecnológicas e mercadológicas. Portanto, embora exija a construção de relações de confiança e envolva ação coletiva entre os membros, esse tipo de ação não se pauta necessariamente apenas na compra ou venda de produtos.

No entanto, na conjuntura atual, para que a produção e venda de tapioca se mantenha nos mercados tradicionais ou se firme em novos mercados, a capacidade de inovar é fundamental, tanto nas atividades produtivas quanto organizacionais. Sem subestimar as dificuldades que essa atividade tem enfrentado e ainda enfrenta, esta pesquisa oferece um debate sobre o associativismo como estratégia de organização e participação de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, tendo como foco as tapioqueiras que atuam na economia informal na cidade de Recife, em Pernambuco. As associações se

caracterizam pelo objetivo comum de alcançar um bem maior para a coletividade. Mas uma associação requer participação.

De acordo com Pochmann (1999), a vulnerabilidade social pode ser compreendida como uma condição de fragilidade de determinados grupos em relação ao exercício de seus direitos sociais, tornando-os mais suscetíveis a situações de risco e exclusão. No Brasil, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é uma ferramenta que busca quantificar esses fatores, proporcionando um panorama mais claro das desigualdades regionais e das condições de vida da população (Costa; Marguti, 2015). No entanto, a vulnerabilidade é um processo dinâmico, e não se refere apenas a uma condição estática de pobreza, mas envolve fatores como a precariedade no emprego, a ausência de redes de apoio social e as barreiras no acesso a políticas públicas de indivíduos imersos em contextos que potencializam essas fragilidades.

Costa e Marguti (2015) salientam que as noções de “exclusão” e de “vulnerabilidade social” têm sido cada vez mais utilizadas, no Brasil e no mundo, por pesquisadores, gestores e operadores de políticas sociais, num esforço de ampliação do entendimento das situações tradicionalmente definidas como de pobreza, buscando exprimir uma perspectiva ampliada complementar àquela atrelada à questão da insuficiência de renda.

Bordenave (1994, p. 19) afirma que a não participação é fenômeno da marginalidade, que significa "ficar fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir". No cerne do pensamento de Bordenave há uma forte ênfase na comunicação dialógica, a insistência de que todos os cidadãos tenham a possibilidade e o direito de participar nos processos de mudança. Para ele, participação é o processo em que uma pessoa vê a si mesmo como um único indivíduo e, ao mesmo tempo, como um membro de uma comunidade. Aceitando a participação como um direito humano básico, ela deve ser estimulada por si só e por seus resultados. E se a participação for negada, a personalidade individual é mutilada, o seu crescimento prejudicado, e seu potencial para a construção de uma comunidade, frustrado. Em outras palavras, a participação não é simplesmente um benefício adicional que as autoridades podem conceder como um privilégio, mas um direito do ser humano que nenhuma autoridade pode negar (Bordenave, 1994).

A participação, segundo Bordenave (1994), tem duas bases complementares: uma base afetiva - participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base instrumental – participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente do que fazê-las sozinho.

A partir de Tocqueville (1987), a formação dos trabalhadores autônomos da economia informal de produção e venda de tapioca poderá cuidar tanto das potencialidades democráticas das associações quanto das variadas concepções de democracia que as sustentam. Uma associação diz respeito ao aumento e ao suporte na formação de cidadãos mais democráticos, especialmente em sua capacidade de produzir julgamentos autônomos (Warren, 2001).

Em outras palavras, uma associação promove o empoderamento coletivo para atender necessidades locais, de mudança política e estrutural, e, conseqüentemente, posiciona, empodera e encoraja as pessoas a não aceitarem e a não se adaptarem às condições que as enfraquecem (Wainwright, 1996).

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) abrem um debate importante e necessário sobre participação versus minimalismo democrático¹. A crítica dos autores é com a democracia representativa que fez perder a noção de democracia como um processo interminável. Ou seja, ocorreu uma substituição da sociedade civil pela sociedade política. Mas a visão desses autores enfatiza a importância da participação ativa dos cidadãos na tomada de decisões políticas. Destacam que a democracia deve ir além das eleições periódicas, envolvendo os cidadãos em processos contínuos de deliberação e controle social.

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) argumentam que a verdadeira democracia deve incorporar elementos de participação ativa para ser mais inclusiva e representativa. Eles criticam o minimalismo democrático por não abordar adequadamente as desigualdades sociais e políticas, e por não promover uma cidadania ativa e engajada.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2018) afirmam que a democracia não é um regime político *stricto sensu*, é muito mais que isso, contém a ideia de processo gradual, é uma construção histórica, e, necessariamente, requer sujeitos. Isso se conecta com todo o debate sobre os movimentos sociais, sociedade civil e trata-se também de afirmar o estatuto dos movimentos sociais como sujeitos legítimos e relevantes, e não privilegiando apenas os partidos políticos.

A cada ano nascem e desenvolvem-se muitas e variadas associações, nas quais, segundo Chantal e Laville (2009), se inventam novos lugares de definição e de exercício da cidadania, implantando-se redes de solidariedade e ajuda mútua às margens do estado ou do

¹ O Minimalismo Democrático, segundo os autores, também conhecida como democracia procedimental, foca na realização de eleições livres e justas como o principal mecanismo de legitimidade democrática. A participação cidadã é limitada basicamente ao ato de votar. Embora seja mais fácil de administrar e pode ser mais estável, pois reduz a complexidade dos processos decisórios, pode levar à alienação política e à falta de responsabilidade dos governantes, já que a participação cidadã é mínima.

mercado. “A criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva” (Chanial; Laville, 2009, p.21). Isto quer dizer que as relações diretas personalizadas ultrapassam o contrato entre pessoas, para englobá-lo na busca de fins comuns.

Na seção da Revisão Teórica ressaltamos como as relações entre associações e democracia são amplas e plurais, abrindo diferentes perspectivas que retratam, sob marcos analíticos distintos, determinadas qualidades democráticas das associações. Reconhecendo a abrangência e a pluralidade dessas vertentes analíticas, esta pesquisa, se concentra em três perspectivas teóricas que se dedicam cada qual em atribuir determinados benefícios democráticos às associações, enfatizando, portanto, determinados atributos em detrimento de outros.

A escolha dos três conceitos – capital social, sociedade civil e movimentos sociais – é fundamentada nos estudos de Lüchmann (2014), respectivamente: pelo lugar preponderante que eles ocupam na literatura brasileira sobre as práticas de ação coletiva; por privilegiarem diferentes benefícios democráticos das associações e/ou práticas coletivas, ou seja, cada vertente enfatiza determinados atributos de acordo com as influências e o enquadramento teórico mais abrangente; por fim, por acomodarem, de forma mais explícita, a importância e o papel das associações no interior dos respectivos quadros conceituais.

1.1 Problema de pesquisa

Esta investigação se situa em torno daqueles que têm a comida de rua como atividade laboral, os trabalhadores autônomos no âmbito da economia informal de produção e venda de tapioca. Embora a economia informal seja vista como um ambiente de poucos meios de produção e de capital reduzido, é, ao mesmo tempo, um lugar onde seus participantes engenhosamente sobrevivem (Nunes, 2001). É nesse contexto que se desenvolve não apenas a sobrevivência econômica dessas pessoas, mas também a manutenção cultural de antigas práticas passadas de geração em geração de produzir e comercializar a tapioca no ponto de venda e de se alimentar em espaços públicos, num ponto de ônibus ou estação de metrô.

Fernandes, Novy e Singer (2013) entendem que foi a monocultura da cana de açúcar, que concentrou terras em benefício de uma pequena fração da sociedade, um dos fatores que gerou o ambiente da economia informal em Recife. Principalmente após a libertação dos escravos e a consequente exclusão social desses trabalhadores predominantemente analfabetos e marginalizados, a informalidade surge como alternativa possível ao reduzido mercado de

trabalho formal. Tal como apontado por Fernandes, Novy e Singer (2013), foi uma imposição forçosa que resultou na configuração de um modelo precarizado de inserção laboral no território específico da comida de rua. Por precarização compreende-se o processo em que direitos e vínculos laborais são fragilizados, constituindo um quadro que envolve baixos salários, jornadas excessivas e falta de estabilidade (Oliveira; Aquino; Nascimento, 2022).

A existência das atividades econômicas informais perdura, de acordo com Nunes (2001), basicamente da confluência de três fatores: a existência de uma extrema desigualdade social, a ausência de um marco regulatório global e institucional que apoie o funcionamento desse mercado de trabalho, a luta contínua pela preservação de seus espaços vitais e, acrescentando, na prática, a luta pela definição, estruturação e manutenção de um espaço destinado a abrigar a suas atividades produtivas.

Apesar dessas condições, os trabalhadores autônomos que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca já fizeram uma iniciativa de formar uma associação. A Associação das Tapioqueiras Maria de Oliveira do Recife foi fundada em julho de 2014, durante um curso realizado por ocasião da Copa do Mundo. O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco (Sebrae/PE), responsável pela capacitação das tapioqueiras, na ocasião, também estimulou a formalização dessas trabalhadoras e trabalhadores que atuavam na informalidade para os benefícios do Microempreendedor Individual (MEI), como a forma mais simples de um empreendedor se formalizar com um Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), como consta na Lei Complementar nº 128/2008 do ‘Empreendedor Individual’ cujo propósito é simplificar o processo de legalização de empreendimentos (Brasil, 2008).

Todavia, os trabalhadores autônomos de produção e venda de tapioca não são os empreendedores caracterizados no aparato teórico de Schumpeter (1961), que retira do Estado a responsabilidade de garantir mínimas condições de vida para os trabalhadores, colocando-os como responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso, independentemente da importância das variáveis do contexto social.

O empreendedorismo, na concepção de Oliveira, Aquino e Nascimento (2022), é um discurso ideológico, pautado na perspectiva da individuação, do empoderamento e da ideia de que o indivíduo é dotado de poder capaz de levá-lo a realizar tudo o que pretende, bastando vontade e persistência, sendo ele responsável por tudo, inclusive pelo seu possível fracasso. Éster (2019) toma o empreendedorismo como um conceito que assume um caráter ideológico e fetichizado ao definir um conjunto de crenças, comportamentos e características individuais que o empreendedor deve possuir e seguir.

Todavia, os estereótipos são, em sua maioria, representados pelas histórias de empresários de sucesso, que se constituem em um rico material para a difusão da ideologia do empreendedorismo. Retomando a ideia de precarização de Oliveira, Aquino e Nascimento (2022), o processo de levar a pensar-se como empreendedor oculta o sentido precarizado da atividade. “A precarização é, no entanto, camuflada pelo discurso do empreendedorismo, que atribui ao empreendedor uma posição oposta à do mercado de trabalho formal assalariado, e enxerga este como opressor da criatividade e da autonomia do indivíduo” (Carmo *et al.*, 2021, p. 24).

Muito do que se designa como empreendedorismo no Brasil é, na verdade, trabalhador autônomo informal. Seguem duas características trazidas por Carmo *et al.* (2021) que sustentam esta interpretação. A primeira diz respeito à estimativa de renda dos empreendedores: segundo o GEM (2017)², em 2017, a metade desses negócios tinham um faturamento de até R\$ 12 mil por ano, o que representava cerca de um salário-mínimo por mês. A segunda, é que, de acordo com o GEM (2017), cerca de 82% dos negócios iniciais e estabelecidos não possuem nenhum empregado, ou seja, envolvem apenas um empreendedor individual, revelando, no Brasil, um empreendedorismo de subsistência sustentado por pequenos negócios.

O agrupamento das taxas gerais que o projeto GEM tradicionalmente elabora diz respeito às taxas de empreendedorismo segundo a motivação do empreendedor, ou seja, que fatores o levaram a se envolver com atividades empreendedoras. Neste caso as taxas se dividem em empreendedorismo por oportunidade e por necessidade.

São considerados empreendedores por oportunidade aqueles que, quando indagados na entrevista, afirmam ter iniciado o negócio principalmente pelo fato de terem percebido uma oportunidade no ambiente. Ao contrário, o empreendedor por necessidade é aquele que afirma ter iniciado o negócio pela ausência de alternativas para a geração de ocupação e renda (GEM, 2017, p. 9).

Em 2017, 59,4% dos empreendedores iniciais empreenderam por oportunidade e 39,9% por necessidade (GEM, 2017). Desta perspectiva, fica difícil explicar a concepção de Schumpeter (1961), que define o papel do empreendedor reformulador ou revolucionário do sistema de produção por meio de novas possibilidades.

²Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é uma pesquisa sobre empreendedorismo, que apresenta a evolução do empreendedorismo em dezenas de países. O trabalho ainda permite identificar os fatores críticos que contribuem ou inibem a iniciativa empreendedora, em cada país. O estudo mostra também as motivações para empreender, assim como a participação das mulheres, dos negros e dos jovens. O boletim, no Brasil, é analisado pelo SEBRAE.

Retomando a Associação das Tapioqueiras do Recife Maria de Oliveira. Na ocasião, o Governador de Pernambuco solicitou à Federação Internacional de Futebol (Fifa) que o estádio tivesse uma barraca de venda de tapioca, para que a iguaria fosse mostrada aos turistas do mundo inteiro. A solicitação foi atendida e oito tapioqueiras pernambucanas, que integram a Associação das Tapioqueiras do Recife Maria de Oliveira, foram selecionadas pelo governo para comercializarem seus produtos na Arena.

Apesar de a Associação das Tapioqueiras do Recife Maria de Oliveira ter sido registrada em cartório, não se prosseguiu com os trâmites esperados, que seria a entrada na Receita Federal e a abertura do CNPJ. Embora alguns de seus associados continuassem atuando em eventos em Recife e região, o processo do registro do Estatuto da Associação foi retomado apenas em 2024, por meio do projeto “Acesso às Tecnologias Digitais para o Combate à Exclusão Digital do Setor Informal de Produção e Venda de Tapioca em Recife, Pernambuco”, financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe) e coordenado pelo grupo de pesquisa “Prospecção e praxis em Gestão da Informação” do Departamento da Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Além da falta de registros oficiais, os associados não receberam uma formação, tampouco discutiram critérios para a concepção, a formação, a implementação e a avaliação de um modelo de associativismo a ser adotado pelo setor informal de produção e venda de tapioca.

Com base nesta introdução, a questão problema desta pesquisa é: **Quais as características, princípios e vantagens do associativismo que justificam sua adoção como modelo de associação adequado aos trabalhadores autônomos que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca?**

Mais especificamente, identificar as características do associativismo a partir de experiências associativas constituídas em contextos de vulnerabilidade social, da cultura popular e da agroecologia e produção orgânica podem inspirar a organização dos trabalhadores autônomos que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca para aumentar a eficiência econômica da produção e venda de tapioca dos seus associados e fortalecer a participação política nas decisões das instituições públicas locais que afetam a produção e venda de tapioca na economia informal.

1.2 Objetivos

O objetivo geral é analisar o potencial do associativismo como modelo de gestão para as trabalhadoras autônomas que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca.

Os objetivos específicos são:

- I. Mapear as experiências de associativismo de trabalhadores em contextos de vulnerabilidade social, da cultura popular e da agroecologia e produção orgânica que atuam na economia informal ou não.
- II. Identificar as características do associativismo que precisam ser consideradas pelos trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e que atuam na economia informal.

1.3 Contribuições da pesquisa

Este estudo busca, inicialmente, uma compreensão acerca da nova configuração da sociedade civil organizada, explicitando os múltiplos tipos de experiências associativas de pessoas e profissionais em situação de vulnerabilidade social. A partir desta compreensão, busca-se explorar a viabilidade de empoderamento por meio da participação e do associativismo, visando a participação na definição de políticas públicas. Em conclusão, como contribuição da área da Ciência da Informação, esta pesquisa vai construir as bases de uma rede de informação no contexto da economia informal de produção e venda de tapioca em Recife. Essas se traduzem nas contribuições acadêmicas da pesquisa.

Reativar essa associação, por meio da participação de grande parte dos trabalhadores autônomos que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca contribui na revitalização e revalorização de processos artesanais e de produção e de um “saber-fazer” singular que tem possibilitado manter um patrimônio histórico-cultural nordestino, que estava sofrendo substituição da tapioca por produtos menos saudáveis tais como a coxinha ou o pastel frito.

A discussão sobre o tema de venda de alimentos na rua traz consigo uma série de situações que envolvem diferentes temáticas de interação com os aspectos sociais e políticos. Além do debate sobre as Doenças Transmissíveis por Água e Alimentos (DTA), também aparecem assuntos relacionados ao subemprego e à ocupação do espaço público. Todos os temas listados são de interesse de todos os trabalhadores autônomos que atuam na economia

informal de produção e venda de tapioca e, portanto, melhor que sejam enfrentados conjuntamente.

Recife traz consigo a questão do vendedor ambulante sob o viés de sua legalidade e do direito ao trabalho e ao uso do espaço público. Enquanto esses aspectos sociais continuarem a ser negligenciados, continuarão refletindo a crise social e econômica do modelo de sociedade vigente. Essas se traduzem nas contribuições sociais da pesquisa.

Em termos práticos, os trabalhadores autônomos da tapioca não estão à margem do acesso às tecnologias digitais na prestação dos seus serviços. Com financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) já está em desenvolvimento, com a participação ativa das tapioqueiras e clientes, um aplicativo de autoatendimento digital, possibilitando que os clientes façam seus pedidos e efetuem o pagamento de forma autônoma. Além disso, o projeto de inovação inclusiva das Tapioqueiras de Recife contempla o site Tapioca no Ponto para divulgação do projeto, das tapioqueiras associadas, das pesquisas orientadas pela Professora Dra. Nadi Helena Presser no Departamento de Ciência da Informação e no programa de Pós-Graduação da UFPE, bem como tornar pública as informações jurídicas da associação Maria de Oliveira, entidade a qual o projeto apoia institucionalmente.

A partir do uso do aplicativo, o processo de produção e venda de tapioca vai gerar um banco de dados, um sistema organizado para armazenar, gerenciar e recuperar informações de forma eficiente, para cada unidade de trabalho autônomo de produção e venda de tapioca, para a tomada exclusiva de decisões particulares. Ele permitirá que as informações sobre a produção e venda sejam coletadas, armazenadas e manipuladas de maneira estruturada, facilitando o acesso, a consulta e a análise. Essa iniciativa deverá envolver ações de segurança da informação, medidas para proteger os dados armazenados no banco de dados contra acessos e usos não autorizados.

Uma rede de informação no contexto da economia informal refere-se ao sistema de comunicação e troca de informações que facilita as atividades econômicas fora do mercado formal para:

- a. Troca de conhecimento: as redes de informação possibilitam que os trabalhadores informais compartilhem conhecimentos sobre oportunidades de melhoria no trabalho de produção e na prestação do serviço de venda, melhores práticas e estratégias de sobrevivência econômica, entre outras.

- b. Acesso a recursos: essas redes ajudam na distribuição de recursos, como compra de matérias-primas e ferramentas, que são essenciais para a produção e prestação de serviços no setor informal.
- c. Conexões sociais: as redes de informação também fortalecem as conexões sociais entre os trabalhadores informais, criando um senso de comunidade e apoio mútuo.
- d. Tecnologia e inovação: com o avanço da tecnologia, as redes de informação se expandiram para incluir plataformas digitais, como aplicativos de mensagens e redes sociais, que facilitam a comunicação rápida e eficiente entre os grupos de interesse.

Uma rede de informação é importante para a sustentabilidade e crescimento da economia informal de produção e venda de tapioca, especialmente em tempos de crise econômica, onde a flexibilidade e a adaptabilidade são essenciais. Essas serão as futuras contribuições tecnológicas desta pesquisa.

1.4 Estrutura da dissertação

Na introdução são apresentadas as primeiras noções do tema da pesquisa, a problematização, os objetivos e a contribuição acadêmica, social e tecnológica.

Na seção da revisão teórica, os capítulos estão organizados com o propósito de apresentar conceitos fundantes teóricos que envolvem a temática do associativismo com ênfase nas perspectivas do capital social, da sociedade civil e dos movimentos sociais, como desenvolvido nas áreas da Sociologia e da Economia.

A seção relativa aos procedimentos metodológicos apresenta, além da metodologia em si, as técnicas de coleta e análise dos dados.

Na seção da análise e interpretação são apresentados resultados parciais relativos às experiências de associativismo de trabalhadores em contextos de vulnerabilidade social, que atuam na economia informal ou não.

Na seção considerações finais incentiva a utilização dos resultados encontrados em forma das características do associativismo como impulsionadores da sustentabilidade de instituições associativas e propõe estudos para conformação de um modelo de associativismo que atenda as necessidades de entidades como a associação das tapioqueiras do Recife.

As referências estão arroladas na última parte do trabalho.

2 O ASSOCIATIVISMO COMO UM FORMATO DE ORGANIZAÇÃO

As condições e os impactos das associações na vida social podem ser analisados de diversas maneiras e seguindo variados objetivos e enfoques analíticos. Nas relações entre as associações e a democracia tendo como cenário as sociedades contemporâneas marcadas por alto grau de complexidade e de pluralidade da vida social. Segundo estudos de Lüchmann (2014), podemos avaliar: as influências das associações no processo de socialização dos indivíduos; as potencialidades em promover a integração ou a transformação social; a capacidade das associações alavancarem o desenvolvimento econômico; o fomento de estruturas de pertencimento e de identidade cultural, entre outros.

2.1 Formas associativas

De acordo com Warren (2001), foi Cooley (1992) quem primeiro diferenciou os três tipos de associações de acordo com a natureza dos laços. Assim, famílias e amigos são redes de associação primária, pois desenvolvem relações mais próximas e íntimas. As associações secundárias, embora também próximas, se voltam para relações que transcendem o mundo individual, como os grupos cívicos, os clubes, as associações religiosas, entre tantas outras. As associações terciárias são os grupos de interesses e profissionais, nos quais os membros são relativamente anônimos entre si e têm pouco em comum além de perseguirem uma mesma proposta específica.

A gestão das políticas públicas poderá ser mais ou menos influenciada pela sociedade civil. Parte-se aqui de uma noção genérica de sociedade civil, que, na perspectiva de Scherer-Warren (2006), representa em vários níveis como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada tipo de sociedade para encaminhar as suas ações rumo a “políticas sociais e públicas, manifestações simbólicas e pressões políticas” de formas associativas. Esses níveis, presentes na sociedade brasileira, segundo o autor, podem ser genericamente tipificados como se segue.

Num primeiro nível, Scherer-Warren (2006) tipifica o **associativismo local**, que define expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada. É definido pelas associações civis, pelos movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases. Como exemplos têm-se os núcleos dos movimentos de sem-terra, sem-teto, associações de bairro etc. As organizações locais também se organizam nacionalmente e, na medida do possível, participam de redes

transnacionais de movimentos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Catadores de Lixo, Movimento Indígena, Movimento Negro etc.). Há também coletivos informais, sem nenhuma ou pouca institucionalidade, que lutam por modos de vida alternativos, por reconhecimento ou são produtores de novas formas de expressão simbólicas, como algumas tribos urbanas.

Num segundo nível, Scherer-Warren (2006) destaca as **formas de articulação interorganizacionais**, dentre as quais se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de Organizações não Governamentais (ONGs) e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. “É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado” (Scherer-Warren, 2006, p. 111). As redes aproximam atores sociais diversificados, dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores.

Mas, estas são formas organizacionais que possuem certa institucionalidade: algumas com registros legais e certificações, outras apenas com normas ou procedimentos internos à associação. Essas normas disciplinam o cotidiano de atuação do associativismo civil.

Todavia, como destaca Scherer-Warren (2006, p.112), há formas de protestos sociais de maior abrangência, por um lado, e mais conjunturais, por outro, compondo o terceiro nível organizacional e o que o autor denomina de “**mobilização na esfera pública**”. As mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade na mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral. É uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público, viabilizada por meio de grandes manifestações nos espaços públicos.

Um exemplo é a Marcha das Margaridas, uma manifestação de mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil, em prol de direitos sociais e contra a violência contra as mulheres do campo e da floresta. O evento tem-se realizado a cada quatro anos, desde 2000, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Outro exemplo, a Parada do Orgulho *Gay* que tem aumentado expressivamente a cada ano, desde seu início em 1995 no Rio de Janeiro e se transformou nas Paradas da Diversidade LGBTQIA+, que têm o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a importância do respeito

e do combate à discriminação e funcionam como forma de promover a igualdade de direitos para a população e a edificação de uma sociedade mais justa.

O Grito dos Excluídos é um conjunto de manifestações populares que ocorrem no Brasil, desde 1995, ao longo da Semana da Pátria, que culminam com o Dia da Independência do Brasil, em 7 de setembro. Em 1999 expandiu-se para o continente, em 15 países da América Latina e Caribe. Tem como objetivo levar às ruas e praças, os gritos ocultos e sufocados, silenciosos e silenciados, que emergem dos campos, porões e periferias da sociedade.

Finalmente, como resultado de todo esse processo articulatório vai se constituindo o que Scherer-Warren (2006, p. 113), denomina, enquanto conceito teórico, de rede de movimento social: “Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas”.

A ideia de rede de movimento social de Scherer-Warren (2006) é, portanto, um conceito de referência que visa entender a direção das ações de movimento, indo além das experiências empíricas e específicas dos grupos envolvidos. É um movimento social, em sentido mais amplo, formado a partir da identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto em um processo sempre em construção e de múltiplas articulações.

Scherer-Warren (2006) define o conceito de movimentos sociais, ou “rede de movimento social”, como um complexo resultado da articulação de diferentes atores, associações e fóruns que constroem processos de identificação de causas e lutas. Portanto, os movimentos sociais transcendem “as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (Scherer-Warren, 2006, p.113).

Com relação aos delineamentos nos quais os interesses, assim como os valores da cidadania se organizam nas sociedades, destacou-se, com Scherer-Warren (2006), como se segue, a multiplicidade de campos de atuação e de formas de articulação, no Brasil.

Associações de base local: é nesse espaço que o empoderamento político e simbólico das organizações de base local se constrói e se reconstrói de forma mais efetiva. Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas e Transgênero (ABGLT) etc.

Infere-se de Scherer-Warren (2006) que é no espaço das mobilizações de base local, tal como as associações, que se reafirmam e se consolidam:

- a. As identidades coletivas, reforçando o sentimento de pertencimento (exemplo, o que é ser, se sentir e atuar como uma tapioqueira que trabalha no âmbito da economia informal).
- b. Os simbolismos das lutas, criando-se a ideia de unidade na diversidade e força interior para prosseguir (por meio do culto à cultura popular – a tapioca como patrimônio cultural do povo nordestino, ritos etc.).
- c. Os projetos que dão significação ao movimento (projetos da reforma agrária, ações afirmativas e reconhecimento das diferenças de gênero, étnicas, o reconhecimento da produção e venda de tapioca na cadeia produtiva da comida de rua da cidade, ou da cadeia produtiva da mandioca etc.).

Os trabalhadores autônomos de que atuam no ambiente informal de produção e venda de tapioca também percebem cada vez mais a necessidade de se articularem em grupo para produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania nas várias faces da exclusão social a que estão expostos.

Fóruns de entidades da sociedade civil: no espaço dos fóruns da sociedade civilé onde se vão construindo, de forma mais sistemática, as propostas para a transformação social e formas de negociação com o Estado e o mercado. São exemplos: Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH), Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), Fórum do Lixo e Cidadania (FLC), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fórum Peti), Fórum Brasil do Orçamento (FBO), Fórum Nacional de Reforma Agrária (FNRA).

Redes de redes: a gestão das políticas públicas depende também das relações de força ou das possibilidades de convergência entre representantes das redes de movimentos, bem como das possibilidades de efetivo empoderamento e democratização no interior das próprias redes, na direção do desenvolvimento de cidadãos com relativa autonomia na construção de seus destinos pessoais e coletivos. São exemplos: Inter-redes Direitos e Política (Inter-redes), Rede Cerrado, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), Rede Mata Atlântica (RMA), Coalizão para a Proteção Permanente dos Rios, Movimento dos Sem Terra (MST), Rede de Informação do Terceiro Setor (RITS).

Todavia, como destaca Scherer-Warren (2006, p.112), há formas de protestos sociais de maior abrangência, por um lado, e mais conjunturais, por outro, compondo o terceiro nível organizacional e o que o autor denomina de “mobilização na esfera pública”. As mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das

ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade na mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral. É uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público, viabilizada por meio de grandes manifestações nos espaços públicos.

No entanto, convém alertar com Lüchmann (2014, p. 160), a generalização acerca das relações positivas entre associativismo e democracia e sobre os impactos democráticos das associações, sem maiores cuidados no que se refere à necessidade de se especificar, no interior desse campo complexo e plural, “os diferentes tipos de associações e seus distintos, e muitas vezes contraditórios, efeitos democráticos”. Alguns autores discutem essa diversidade do mundo associativo, com destaque para Warren (2001), que reconhece que muitas associações não são boas para a democracia, como determinados grupos privados, grupos racistas, de ódio, e muitos grupos de interesses poderosos.

Nesse sentido,

os avanços na construção de marcos analíticos que permitam capturar a pluralidade do fenômeno associativo implicam identificar as ambiguidades e os limites desse campo de ação social, suas desigualdades de poder e de recursos e as influências dos respectivos contextos e das relações que estabelecem com outros atores e instituições políticas, econômicas e sociais (Lüchmann, 2014, p. 161).

Reconhecendo a abrangência e a pluralidade dessas vertentes analíticas, Lüchmann (2014) concentra três perspectivas teóricas – capital social, sociedade civil e movimentos sociais – que se dedicam cada qual em atribuir determinados benefícios democráticos às associações, e enfatizam, portanto, determinados atributos em detrimento de outros. A autora resgata as matrizes que, no interior de cada uma das três linhas teóricas apresentadas apontam, de forma mais incisiva, os benefícios democráticos das associações.

De acordo com Lüchmann (2014), a abordagem do capital social remonta à clássica análise de Tocqueville (1987), dando especial atenção à importância da vida associativa em geral e, mais particularmente, à capacidade das associações gerarem padrões de civilidade nos cidadãos.

A perspectiva analítica da sociedade civil amplia, no conjunto, o rol dos efeitos democráticos das associações, ressaltando os seus impactos na esfera pública. A perspectiva dos movimentos sociais é voltada aos agentes – seus recursos, perfis, trajetórias, objetivos e propostas –, considera as dimensões dos contextos e das dinâmicas das relações políticas e sociais.

Por exemplo, se uma vertente da teoria dos movimentos sociais indica força explicativa para o contexto político na conformação das práticas coletivas, a perspectiva do capital social registra a influência do contexto social, econômico e cultural (Lüchmann, 2014). No campo que privilegia a perspectiva das relações ou redes sociais, avolumam-se os estudos que miram as dinâmicas e as relações não apenas entre os atores sociais, mas também entre estes e o Estado e a sociedade civil, como nos estudos de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006).

Convém ressaltar a própria complexidade e pluralidade de cada uma dessas vertentes teóricas, que abrigam disputas, debates e tensões.

2.2 Associativismo e capital social

Ao tratar do foco político, o autor destaca a obra de Pierre Bourdieu, por introduzir o conceito de capital social e referir-se não apenas à sua forma econômica, mas também à sua forma cultural e social. A concepção formulada por Bourdieu (2001)³ relaciona o capital social às estruturas e aos processos que facilitam a reprodução do poder, ou seja, é parte de uma teoria mais ampla sobre os diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico) e como eles interagem para influenciar a posição social dos indivíduos.

Bourdieu (2001) destaca três aspectos principais do capital social:

- a. Elementos constitutivos: As redes de relações sociais e os recursos que podem ser mobilizados por meio dessas redes.
- b. Benefícios obtidos: As vantagens que as pessoas conseguem ao participar de grupos ou redes sociais, como acesso a informações privilegiadas ou apoio em momentos de necessidade.
- c. Reprodução do capital social: A forma como esse tipo de capital é mantida e ampliada ao longo do tempo, muitas vezes por meio de práticas sociais e culturais que reforçam as conexões dentro da rede.

Em relação aos seus elementos constitutivos, Bourdieu define o capital social como um agregado de recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas.

O segundo elemento diz respeito à quantidade e à qualidade de recursos do grupo.

O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do

³ O trabalho de Bourdieu foi originalmente publicado sob o título *Le capital social: notes provisoires*, na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 31, p. 2-3, 1980. Aqui está sendo usado Bourdieu (2001).

volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (Bourdieu, 2001, p. 67).

O segundo aspecto destacado por esse autor focaliza os ganhos obtidos pelas pessoas em decorrência de sua participação nos grupos. É esta participação que lhes permite apropriar-se dos benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede. Diretamente relacionada a essa apropriação está, em terceiro lugar, a reprodução do capital social, que é produto do trabalho necessário para produzir as redes de relações duráveis que podem proporcionar os benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede. Porém, na análise de Saul (2008), Bourdieu (2001) adota uma abordagem mais crítica, destacando os conflitos e lutas concorrenciais entre indivíduos e grupos dentro das redes, pelos diferentes espaços de poder.

Em seu sentido mais amplo, o capital social pode influenciar a troca econômica de duas maneiras. A confiança e a coordenação em prol do benefício mútuo de uma sociedade ou associação pode facilitar uma maior cooperação para serviços que beneficiam esse grupo, sociedade ou associação, conforme mostrado principalmente nos trabalhos de Coleman (1988) e Putnam (1995). Os benefícios também podem ocorrer diretamente ao indivíduo ou ao seu negócio, por meio do conhecimento de outros com quem o indivíduo forma redes de agentes interconectados⁴.

Higgins (2005, p. 29) faz sua análise do capital social partindo do seguinte pressuposto: a construção do capital social é uma “espécie de elipse com dois focos, um político e outro utilitarista ou econômico”. Apesar dessas diferenças, o autor reconhece as duas perspectivas convergentes na noção de que as relações sociais constituem um patrimônio “não visível”, mas altamente eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. Nesse sentido, “se as relações sociais estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social –, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação” (Higgins, 2005, p. 29).

Ao tratar do foco utilitarista ou econômico, Higgins (2005) analisa a obra do sociólogo norte-americano James Coleman, considerado um dos autores que mais contribuiu para o desenvolvimento e difusão do conceito de capital social. Para Coleman (1988) *apud* Higgins,

⁴ Esta questão está relacionada à — mas, ainda assim, distinta de — questão da propriedade coletiva versus individual do capital social. Ambas as posições foram avançadas na literatura, com Putnam (1995) talvez o mais notável proponente da visão de que o capital social é um ativo coletivo. Outros, como Portes (1998), sugerem que o capital social pode muito bem ser de propriedade individual, embora reconheçam que a criação de capital social requer interação entre pelo menos dois indivíduos. Assim, o processo de criação de ativos deve ser distinguido de sua propriedade final.

2005) o capital social é entendido em termos funcionais e está relacionado aos fundamentos normativos capazes de produzir integração social. Capital social consistiria, de acordo com a síntese de Higgins (2005, p. 33), em “todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses”. Ou seja, Coleman (1988 *apud* Higgins, 2005) adota uma abordagem mais funcionalista, focando em como o capital social facilita a ação e a cooperação dentro das comunidades.

Putnam (1995) considerado importante referência teórica na literatura sobre capital social cuja obra seria tributária do modelo utilitarista de Coleman (1988), verifica, em que medida, o capital social pode ajudar a resolver os problemas da ação coletiva, no sentido de se obter cooperação social, mas defende uma ordem política liberal, por meio da qual o Estado deve ser apenas garantidor dos contratos e liberdades naturais. Na perspectiva de Putnam (1995), o capital social é entendido como um conjunto de características da organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações coordenadas. Utilizando este conceito, desenvolve instrumentos empíricos para examinar a tese de que o capital social promove cooperação social e de que esta cooperação se reflete no desempenho das instituições (Higgins, 2005). Com base em um estudo sobre a Itália, Putnam (1996) conclui que o capital social é um fator explicativo da comunidade cívica, (de virtudes cívicas, de confiança, cooperação e espírito público) que, por sua vez, constitui o contexto do bom desempenho institucional. Putnam (1996) enfatiza a comunidade cívica, caracterizada por uma rica vida associativa e por um maior comprometimento da população com as questões públicas, como um fator determinante para o melhor desempenho governamental (Lüchmann, 2014). Na análise de Higgins (2005) Putnam (1996) transfere para a sociedade a responsabilidade pelo desempenho das instituições.

O papel das associações para o desenvolvimento dessas virtudes democráticas – cooperação, confiança, comunicação e espírito público - como pressupõe Putnam (1996), bem como as redes e normas de confiança podem facilitar a troca de informações e tornar o comportamento mais previsível, mas sua contribuição para a democracia depende mais dos projetos e ideais políticos, salienta Lüchmann (2014). A ênfase dada ao caráter cooperativo, à confiança, à solidariedade e à tolerância também tem sido motivo para o questionamento

dessa dimensão teórica que, ao negligenciar as dinâmicas conflitivas das relações sociais, deixa descoberto todo um conjunto de práticas e de atores sociais (Szasz, 1995)⁵.

Higgins (2005) discute as potencialidades e limitações das diferentes acepções do conceito de capital social quando examinados sob a ótica de conceitos clássicos da sociologia. Segundo sua interpretação, tanto a perspectiva de Putnam quanto a perspectiva utilitarista de Coleman são teorias sociais de fundamentos neoliberais, pois ambas desconfiam das “regulamentações normativas com critérios de universalidade” (Higgins, 2005, p. 242) e ambas veem o Estado como uma sombra ameaçadora.

Será principalmente com suporte em Coleman que o conceito de capital social, caracterizado como nova perspectiva do desenvolvimento, passa a representar elemento basilar nas discussões e estudos levados a efeito por investigadores ligados ao Banco Mundial em torno da problemática da pobreza, e a servir como instrumento de readequação das proposições da instituição sobre o tema do crescimento econômico do sistema periférico (Grootaert; Bastelaer, 2001; Higgins, 2005; Saul, 2008).

2.2.1 Dimensões do capital social

De acordo com Grootaert e Bastelaer (2001, p. 4, tradução nossa), “o capital social de uma sociedade inclui as instituições, os relacionamentos, as atitudes e os valores que governam as interações entre as pessoas e contribuem para o desenvolvimento econômico e social.”.

O conceito de capital social é visto por Grootaert e Bastelaer (2001) em três dimensões: seu escopo (ou unidade de observação), suas formas (e manifestações) e os canais pelos quais ele afeta o desenvolvimento. Cada uma dessas dimensões, segundo os autores, é explicitada a seguir.

Com relação ao seu escopo, a análise do capital social no nível micro é geralmente associada a Putnam (1996), pois ao se referir sobre associações cívicas na Itália, Putnam define capital social como aquelas características da organização social, como redes de indivíduos ou famílias, e as normas e valores associados, que criam externalidades para a comunidade como um todo. Putnam originalmente imaginou essas externalidades como sendo apenas de natureza positiva, mas ele e outros reconheceram desde então que externalidades negativas podem resultar de interações interpessoais, como demonstrado por certos grupos de

⁵ É mirando exatamente a dimensão conflitiva das ações coletivas que se resgata, mais abaixo, a vertente teórica dos movimentos sociais.

interesses ou, em casos extremos, grupos malévolos como a Máfia na Itália. Em tais situações, o capital social beneficia os membros da associação, mas não necessariamente os não membros ou a comunidade em geral.

Coleman (1990) abriu a porta para uma interpretação mais ampla, pois expandiu a unidade de observação e introduziu um componente vertical ao capital social. Sua definição de capital social considera implicitamente as relações entre grupos, em vez de indivíduos. Esta definição expande o conceito para incluir associações e comportamentos verticais e horizontais dentro e entre outras entidades, como empresas. As associações verticais são caracterizadas por relacionamentos hierárquicos e uma distribuição desigual de poder entre os membros.

A terceira e mais abrangente visão do capital social desenvolvida por North (1990) e Olson (1982), inclui o ambiente social e político que molda a estrutura social e permite que as normas se desenvolvam. Além das relações horizontais e hierárquicas amplamente informais e frequentemente locais dos dois primeiros conceitos, essa visão também inclui as relações e estruturas institucionais mais formalizadas de nível macro, como o regime político, o estado de direito, o sistema judiciário e as liberdades civis e políticas.

Na síntese de Grootaert e Bastelaer (2001), há um forte grau de complementaridade entre associações horizontais e hierárquicas e instituições macro, e sua coexistência maximiza o impacto do capital social em resultados econômicos e sociais. Por exemplo, instituições macro podem fornecer um ambiente propício no qual associações locais podem se desenvolver e florescer; associações locais podem sustentar instituições regionais e nacionais e adicionar uma medida de estabilidade a elas.

Um certo grau de substituição também é inerente ao aspecto interligado dos três níveis de capital social na avaliação de Grootaert e Bastelaer (2001). Por exemplo, um fortalecimento do estado de direito que resulta em contratos mais bem executados pode tornar as interações locais e a dependência de reputações e formas informais de resolução de conflitos menos críticas para o desenvolvimento empresarial. Embora o afrouxamento resultante dos laços sociais no nível local sugira que o capital social de nível micro foi enfraquecido, esse efeito deve ser ponderado em relação ao efeito de contrapeso no nível nacional.

Quanto às formas do capital social, segundo Grootaert e Bastelaer (2001), ele exerce sua influência no desenvolvimento, como resultado das interações entre dois tipos distintos de capital social — estrutural e cognitivo. O capital social estrutural facilita o compartilhamento de informações, a ação coletiva e a tomada de decisões por meio de papéis estabelecidos,

redes sociais e outras estruturas sociais suplementadas por regras e procedimentos e precedentes. Como tal, é uma construção relativamente objetiva e observável externamente. O capital social cognitivo se refere a normas, valores, confiança, atitudes e crenças compartilhadas.

Grootaert e Bastelaer (2001) explicam que as duas formas de capital social podem ser, mas não são necessariamente, complementares. A cooperação entre vizinhos pode ser baseada em um vínculo cognitivo pessoal que pode não ser refletido em um arranjo estrutural formal. Da mesma forma, a existência de uma associação comunitária não necessariamente atesta fortes conexões pessoais entre seus membros, seja porque a participação em suas atividades não é voluntária ou porque sua existência sobreviveu ao fator externo que levou à sua criação.

A interação social pode se tornar capital por meio da persistência de seus efeitos, o que pode ser assegurado tanto no nível cognitivo quanto no estrutural. Por exemplo, uma associação esportiva incorpora os valores e objetivos da interação social que a iniciou, mas o capital social cognitivo criado pela interação social repetida pode sobreviver ao fim da temporada esportiva e ter efeitos duradouros entre, e até mesmo além, dos membros originais.

Qualquer forma de capital — material ou imaterial — representa um ativo ou uma classe de ativos que produz um fluxo de benefícios. O fluxo de benefícios do capital social, ou os canais pelos quais ele afeta o desenvolvimento, inclui vários elementos relacionados, como compartilhamento de informações e ação coletiva e tomada de decisão mutuamente benéficas.

A pesquisa de Fafchamps e Minten (2001) com comerciantes agrícolas em Madagascar na Índia destaca o papel do compartilhamento de informações: comerciantes mais bem conectados têm melhores informações sobre preços e sobre a credibilidade dos clientes e, como resultado, desfrutam de maiores vendas e margens brutas em suas transações.

O capital social exibe uma série de características que o distinguem de outras formas de capital. Diferentemente do capital físico, o capital social pode se acumular como resultado de seu uso. Em outras palavras, o capital social é tanto uma entrada quanto uma saída da ação coletiva. Na medida em que as interações sociais são utilizadas para produzir uma saída mutuamente benéfica, a quantidade ou qualidade dessas interações provavelmente aumentará.

O capital social compartilha vários atributos com outras formas de capital. Acima de tudo, requer investimento, pelo menos em termos de tempo e esforço, que pode ser significativo. Os relacionamentos de confiança entre os membros de um clube esportivo ou organização profissional geralmente exigem anos de reunião e interação para se desenvolver. Como Putnam (1996) mostra em sua análise de associações cívicas na Itália, o capital social incorporado pode levar gerações para ser construído e se tornar totalmente eficaz. E como os

muitos exemplos de conflitos civis ao redor do mundo testemunham, a confiança é mais facilmente destruída do que construída. Portanto, há um investimento de manutenção distinta para o capital social, geralmente na forma de tempo.

2.2.2 O capital social como gerador do capital intelectual

Como já vimos em Bourdieu (2001), a capacidade de o capital social ser substituível ou de funcionar como moeda de troca é praticamente nula, comparativamente ao capital humano e ao capital físico. Isso se deve ao fato de que ele não está localizado nem nos indivíduos nem em fatores físicos do processo produtivo.

Saul (2008) coloca o conceito de capital social na perspectiva histórica da terceira revolução tecnológica, para que o seu sentido real e efetivo se torne claro. O conceito de capital social, tal como definido originalmente por Coleman (1988), isto é, pela sua função na criação de capital humano, é um produto típico da assim chamada “Economia da Informação” ou “Sociedade da Informação”.

Evidência concreta dessa condição é a correspondência histórica entre o surgimento e difusão do conceito e o aprofundamento, nas últimas décadas do século 20, dos debates e das disputas políticas e teóricas em torno da natureza e do escopo do direito da propriedade industrial⁶ (Peixoto Neto, 2013), assentados precisamente sobre o processo de expansão das novas tecnologias da informação e da comunicação e a repercussão que provocam em torno da necessidade de redimensionamento do direito de propriedade intelectual.

Coleman (1988) oferece pistas bastante importantes desta ocorrência. Dentre as situações examinadas por ele, uma das mais ilustrativas é o caso de o capital social não poder ser alienado ou transferido a outro, quando comparado a outros bens divisíveis e objeto de propriedade privada, por exemplo, o capital físico e o capital humano. Também sugestivo de acordo com Saul (2008) é exame do ator corporativo, no qual se destaca a análise dos efeitos derivados do desenvolvimento da tecnologia e da informática na erosão do direito de propriedade, sobre as ideias e as inovações criadas no seio das atividades patrocinadas pelas corporações.

⁶ No Brasil, o decreto-lei nº 7.903 de 1945 instituiu o primeiro Código de Propriedade Industrial do país (Brasil, 1945).

A Organização das Nações Unidas (ONU), criou, em 1967, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Não é por acaso que o governo brasileiro criou, em 1970, o Instituto Brasileiro de Propriedade Industrial e, em 1971, a Lei nº 5.772, que instituiu o novo Código da Propriedade Industrial (Brasil, 1971).

Isso porque as novas estruturas organizacionais que surgem com o desenvolvimento da computação e da Internet facilitam a disseminação de ideias de um setor a outro da atividade industrial, ensejam a autonomia organizativa de empresas (e de trabalhadores), estimulam ainda mais fortemente a articulação entre pesquisas e pesquisadores sediados em instituições universitárias e empresas etc. Como bem observa Saul (2008), as estruturas organizacionais das empresas, de um modo geral, tendem a consagrar uma nova modalidade de alocação de direitos de propriedade para as ideias e inovações engendradas em atividades desenvolvidas dentro das organizações, procurando resguardar os direitos dos “agentes corporativos” envolvidos.

O fenômeno identificado como economia da informação, ou ainda, sociedade do conhecimento ou sociedade da informação e cujo registro se torna insistente na literatura, configura o momento e o entorno em que emerge o conceito de capital social. Dentro da lógica do capital social definido pela função precípua de criação de capital humano,

o conceito de capital social serve como instrumento para identificação da substância coletiva do conhecimento embutido no capital humano e funciona, portanto, de modo a caracterizar o campo do que é “comum”, ou seja, do que é de domínio público e que necessita de uma organização suficientemente ágil e apta para controlar a sua aplicação e, assim, torná-lo útil para “toda” a sociedade (Saul, 2008, p. 156-157).

É dentro deste cenário, que o campo conceitual da teoria social desenvolvida em torno da “intangibilidade” do trabalho é enriquecido com outra noção, a de capital intelectual (Stewart, 1998).

No exame da matriz lógica que orienta a elaboração da teoria social dos capitais intangíveis, a identificação do caráter complementar do conceito de capital intelectual em relação ao capital humano, aparentemente nada mais é do que a reafirmação da função do capital social na criação do capital humano. Mas, a análise do contexto em que essa função opera, entretanto, permite vislumbrar uma diferença fundamental entre o capital social e os outros capitais intangíveis. “Como elemento gerador do capital humano e do capital intelectual, o capital social é a expressão do que é comum não apenas a todos os trabalhadores, mas é comum a todos os indivíduos de um modo geral e não pertencente a nenhum deles em particular” (Saul, 2008, p. 165). Ou, conforme Coleman (1988), o capital social tem valor de uso, mas não tem valor de troca. Ele não é propriedade de ninguém. Não somente é comum, mas é público.

Isso não se verifica com o capital humano e com o capital intelectual. Lembrar que o capital humano é, dentro dessa linha de argumentação, a substância universal da inteligência,

de trabalhadores e não trabalhadores. No entanto, Saul (2008) salienta que, enquanto o capital humano representa o conhecimento e a experiência do indivíduo e tem valor de uso e valor de troca, e, portanto, não é público, o capital intelectual somente se define como tal no interior da corporação, como uma “vantagem organizacional” da corporação e, conseqüentemente, algo que é “comum” enquanto apropriado pela corporação em nome da “comunidade corporativa”, mas não é público.

2.3 Associativismo e movimentos sociais

Movimentos sociais no contexto das associações podem ser entendidos como formas coletivas de ação, caracterizadas pela busca de transformação social, política, econômica ou cultural (Gohn, 2014; Lüchmann, 2014). Essas ações são geralmente impulsionadas por grupos de indivíduos que compartilham um objetivo comum, seja ele a promoção de mudanças nas políticas públicas, a defesa de direitos, ou a contestação de estruturas de poder estabelecidas.

As associações desempenham um papel fundamental na organização e na condução desses movimentos sociais. Elas funcionam como entidades formais que agregam pessoas em torno de causas específicas, oferecendo uma estrutura para a mobilização, articulação de demandas e execução de ações coletivas (Kronemberger, 2019; Scherer-Warren, 2007). No Brasil, por exemplo, associações ligadas a movimentos sociais foram essenciais na luta pelos direitos civis, pela reforma agrária e por melhores condições de trabalho, entre outras causas.

Na visão de Lüchmann (2014), as associações desempenham um papel central na estruturação dos movimentos sociais, atuando como plataformas que facilitam a mobilização e a expressão das demandas dos grupos sociais. Elas não são simplesmente canais de organização, mas também espaços de aprendizado e desenvolvimento de capacidades políticas, onde os atores sociais adquirem habilidades de negociação, comunicação e articulação política. As associações, assim, fornecem o suporte necessário para que os movimentos sociais possam se estruturar e se fortalecer, criando uma base institucional que possibilita a continuidade e a ampliação das ações coletivas.

A perspectiva de Warren (2001) oferece uma análise rica sobre a interseção entre movimentos sociais e associações no contexto de uma democracia. O autor argumenta que as associações desempenham um papel vital na revitalização da democracia ao servir como espaços de participação cidadã e deliberação coletiva.

Warren (2001) sugere que as associações funcionam como laboratórios de democracia, onde os participantes podem praticar e desenvolver habilidades democráticas, como o debate público, a negociação e a construção de consensos. Essas associações, ao apoiar movimentos sociais, ajudam a dar forma e direção às lutas sociais, permitindo que as demandas de grupos marginalizados ou sub-representados sejam articuladas de maneira mais efetiva e audível no espaço público. Além disso, ele enfatiza que as associações não apenas proporcionam estrutura organizacional, mas também servem como um espaço onde as identidades políticas e sociais são formadas e reformuladas.

Essas associações não apenas promovem a coesão e a coordenação entre os participantes do movimento, mas também atuam como intermediárias entre os movimentos sociais e as instituições do Estado, a mídia e a sociedade em geral, garantindo que as vozes dos grupos marginalizados sejam ouvidas e permitindo que os movimentos sociais influenciem as políticas públicas e promovam mudanças efetivas (Carlos, 2011; Lücmann, 2014; Pereira; Wilhelm; Sola; 2001).

Além disso, as associações podem ajudar a perpetuar e a expandir os movimentos sociais, mantendo viva a memória coletiva das lutas e das conquistas alcançadas (Dagnino, 1994; Gomes, 2019). Elas também desempenham um papel crucial na educação política e na conscientização dos seus membros e da sociedade em geral, contribuindo para a formação de uma cidadania ativa e engajada, ganham uma plataforma mais robusta para influenciar o debate público e as políticas estatais (Warren, 2001).

Por conseguinte, de acordo com a perspectiva de Warren (2001), movimentos sociais e associações se entrelaçam de maneira complexa e dinâmica no contexto democrático. As associações não apenas fortalecem os movimentos sociais ao fornecerem os recursos e a estrutura necessários para a mobilização, mas também desempenham um papel crucial na formação de uma cultura democrática mais participativa e inclusiva. Elas são, em última instância, essenciais para a saúde e a vitalidade da democracia, especialmente em contextos em que a participação cidadã direta é limitada ou marginalizada.

2.3.1 Propriedades dos movimentos sociais

Os conceitos de movimentos sociais apresentados pelos principais pesquisadores das ciências sociais revelam uma complexidade teórica que reflete a diversidade das práticas sociais e políticas nas sociedades contemporâneas. A literatura sobre movimentos sociais como um exemplo de associação, destaca-se, em grande parte, pelo seu foco na dimensão

conflitiva e na capacidade de transformação social desses movimentos, que se diferenciam de outras formas de ação coletiva pela sua articulação em torno de conflitos sociais e políticos (Lücmann, 2014).

Tocqueville (2002), em sua obra clássica "A Democracia na América", oferece uma análise perspicaz sobre os movimentos sociais e sua importância para a vida democrática. Ele argumenta que os movimentos sociais desempenham um papel crucial na formação de uma sociedade civil robusta, essencial para o funcionamento saudável da democracia. Ele vê os movimentos sociais como uma manifestação da capacidade dos cidadãos de se organizarem voluntariamente em associações para promover interesses comuns e exercer influência política.

Tocqueville (2002) destaca a noção de "associações secundárias", que ele considera vitais para a democracia porque permitem a formação de laços sociais entre indivíduos que, de outra forma, estariam isolados. Essas associações promovem uma forma de igualdade social e voluntarismo, onde as relações consensuais entre os membros desempenham um papel central na construção de uma cultura cívica. Para ele, essas associações são uma escola de democracia, onde os indivíduos aprendem a arte da associação, a prática da cidadania e a defesa de seus interesses de maneira coletiva.

Entretanto, Tocqueville (2002) também reconhece as limitações dessas associações, especialmente ao considerar a complexidade crescente das sociedades modernas. Ele observa que, embora as associações secundárias sejam importantes, elas não capturam a totalidade das interações sociais necessárias para sustentar uma democracia vigorosa.

Tocqueville (2002) defende que, além das associações secundárias, é necessário considerar a influência das "associações primárias", como a família, e as "associações terciárias", como partidos políticos e sindicatos, que desempenham papéis distintos e igualmente essenciais na formação de cidadãos democráticos. Assim, os movimentos sociais não são apenas um reflexo do desejo de igualdade e liberdade, mas também um mecanismo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade civil ativa e uma democracia funcional, onde a participação voluntária e a formação de laços sociais são centrais.

Neste cenário, Tilly (1977; 2010) é amplamente reconhecido por sua contribuição teórica sobre os movimentos sociais, os quais ele define como um conjunto de desafios contínuos feitos por pessoas comuns a atores de poder, expressos através de campanhas públicas, demonstrações, greves, protestos e outras formas de mobilização.

Para Tilly (1977; 2010), os movimentos sociais são caracterizados pela combinação de três elementos principais: campanhas sustentadas, repertórios de performances e exibição

pública de apoio, que ele chama de "repertórios de ação" não só define os movimentos sociais como formas de ação coletiva contenciosa, mas também descreve os mecanismos pelos quais esses movimentos são organizados e as formas de ação que utilizam para alcançar seus objetivos.

Segundo Tilly (1977), o conceito de "repertórios de ação" é central para entender os movimentos sociais. Esses repertórios referem-se ao conjunto limitado de protestos, greves, manifestações e outras formas de ação coletiva que os movimentos sociais utilizam para expressar seus desafios ao poder.

Esses repertórios não são infinitos, mas sim moldados por contextos históricos e culturais específicos, que limitam e definem as formas de ação coletiva, a exemplo de campanhas envolvem esforços contínuos para promover uma determinada causa ou alcançar um objetivo específico, normalmente envolvendo a coordenação de ações coletivas ao longo do tempo.

Outro conceito importante introduzido por Tilly é o da "exibição pública de apoio", que inclui a mobilização de pessoas em protestos de rua, a organização de petições, o uso de slogans e símbolos, entre outras táticas que visam atrair a atenção pública e demonstrar o apoio de uma base mais ampla ao movimento (Tilly, 2010).

As divergências teóricas em relação à obra de Charles Tilly sobre movimentos sociais podem ser observadas em debates que envolvem diferentes abordagens dentro das ciências sociais. Um dos principais pontos de contestação é a ênfase que Tilly coloca na dimensão conflitiva e contenciosa dos movimentos sociais, centralizando sua análise nos aspectos estratégicos e nas estruturas organizacionais dos movimentos, como os "repertórios de ação" e as "campanhas sustentadas".

Críticos, como Melucci (2001), argumentam que essa perspectiva pode obscurecer a complexidade e a heterogeneidade dos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito ao processo de construção de identidades e à articulação de significados culturais que ultrapassam o conflito direto.

Gohn (2014) tende a enfatizar a dimensão cultural e educativa dos movimentos sociais, destacando seu papel na conscientização e na construção de novas identidades coletivas. A autora vê os movimentos sociais como espaços privilegiados para a criação de novas formas de sociabilidade e para a transformação cultural, ressaltando a importância das práticas educativas e da formação política no seio dos movimentos.

Além disso, autores como Cohen e Arato (1994) ampliam o debate ao sugerir que as análises focadas exclusivamente na contestação política deixam de capturar a dimensão mais

ampla das práticas associativas e das redes de interação que também desempenham um papel crucial na transformação social e cultural.

Essas críticas sugerem que, ao enfatizar a disputa e a mobilização como os elementos centrais dos movimentos sociais, as abordagens como a de Tilly podem não captar toda a gama de dinâmicas associativas que são fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais em contextos contemporâneos (Bringel, 2012).

Nesse ínterim, Diani e Bison (2010) apontam que os movimentos sociais são caracterizados como redes de interações informais entre indivíduos, grupos ou associações que compartilham uma identidade coletiva e estão engajados em conflitos culturais ou políticos.

Diani e Bison (2010) definem movimentos sociais como redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações que estão engajados em um conflito político ou cultural, baseados em uma identidade coletiva compartilhada. Para os autores, é a combinação dessas interações informais com a articulação de conflitos e a construção de identidades coletivas que distingue os movimentos sociais de outras formas de ação coletiva.

Teóricos como Alain Touraine (2006) contribuem para a análise dos movimentos sociais ao traçar a evolução histórica dos movimentos "clássicos", voltados para a tomada do poder político, até os movimentos nas sociedades pós-industriais, que abordam múltiplos eixos de conflito.

Touraine (2006) explora a relação entre conflito e movimento social, destacando que os movimentos sociais são intrinsecamente ligados aos conflitos estruturais dentro de uma sociedade. Para Touraine, os movimentos sociais surgem como reações organizadas às formas de dominação social, sendo essencialmente respostas coletivas que questionam a ordem estabelecida. Ele argumenta que um movimento social só pode ser assim considerado quando atua sobre os principais aspectos da vida social, transcendendo interesses específicos de um setor para desafiar um sistema de dominação generalizado.

Touraine (2006) também enfatiza que os movimentos sociais não se limitam a crises ou evoluções sistêmicas, mas são conduzidos por atores sociais que estão conscientes de seus interesses comuns e que utilizam esses conflitos como um meio para buscar mudanças significativas na sociedade.

Touraine (2006) sugere que a concepção de movimentos sociais deve ser entendida como uma combinação de conflito com um adversário social organizado e uma referência comum a um mecanismo cultural compartilhado, o que permite o enfrentamento e,

potencialmente, a resolução de tais conflitos dentro de uma estrutura cultural e social mais ampla.

Melucci (2001), relaciona o conflito e o movimento social de maneira a destacar que os movimentos sociais nas sociedades contemporâneas são fenômenos complexos, caracterizados pela construção de identidades coletivas em meio a contextos de múltiplos conflitos.

Melucci (2001) argumenta que os movimentos sociais não são apenas respostas diretas a conflitos específicos, mas processos dinâmicos que envolvem a articulação de diversos atores, recursos e estruturas sociais e políticas. Ele enfatiza que a ação coletiva expressa por esses movimentos transcende a simples contestação de interesses materiais, buscando, sobretudo, questionar e transformar códigos culturais e significados sociais.

Para Melucci (2001), o conflito é central na formação e na ação dos movimentos sociais, mas esse conflito se manifesta em múltiplos níveis, não apenas no âmbito econômico ou político, mas também no cultural e simbólico. Os movimentos sociais, segundo Melucci (2001), envolvem a constante gestão da complexidade e da diferenciação que os compõem, sendo que o processo de construção de identidades coletivas é um mecanismo crucial que sustenta a continuidade e a eficácia desses movimentos na busca por mudanças sociais.

Melucci (2001), por sua vez, descreve os movimentos sociais como fenômenos fragmentados e heterogêneos, que necessitam gerir a complexidade e a diferenciação interna para promover a mudança social. Esta abordagem destaca que os movimentos sociais, ao contrário das associações formais, são mais dinâmicos e capazes de articular diferentes sujeitos e relações, sendo fundamentais na criação de novos significados sociais e culturais.

Ainda na perspectiva entre o conflito e o movimento social, a abordagem de Lüchmann (2014) ressalta que os movimentos sociais desempenham um papel crucial na inovação política e cultural, ao desafiar crenças e instituições existentes, e que suas principais funções democráticas residem na capacidade de alterar a realidade social, expondo e lutando contra relações de poder e dominação que caracterizam diferentes esferas da vida social.

Dessa forma, os movimentos sociais são vistos como elementos fundamentais para a promoção de mudanças sociais e culturais, diferenciando-se de outras formas de ação coletiva por sua natureza contestadora e conflituosa. Esta interpretação de movimentos sociais coloca em destaque a importância de compreender as associações e os movimentos sociais em um contexto mais amplo e plural, reconhecendo suas interações complexas com outras formas de organização e estruturas de poder na sociedade contemporânea.

Warren (2001) examina as principais contribuições dos movimentos sociais para a democracia, destacando que esses movimentos são essenciais para a promoção de uma participação cidadã mais inclusiva e ativa.

Além disso, os movimentos sociais criam espaços de deliberação que vão além das instituições formais, permitindo que os cidadãos discutam e desenvolvam novas ideias e perspectivas. Esses espaços fomentam uma forma de democracia mais direta e participativa, onde as vozes das pessoas comuns têm uma influência maior sobre as políticas públicas.

Warren (2001) também ressalta que os movimentos sociais promovem virtudes cívicas, como a solidariedade e a confiança, que são fundamentais para a coesão social e o funcionamento efetivo da democracia. Ao fortalecer esses laços sociais, os movimentos sociais contribuem para a construção de uma sociedade civil robusta, capaz de sustentar e melhorar as instituições democráticas.

Os movimentos sociais, no contexto das ciências sociais, possuem diversas propriedades que os caracterizam e os distinguem de outras formas de ação coletiva. Uma das propriedades fundamentais dos movimentos sociais é a sua natureza coletiva. Eles são compostos por grupos de indivíduos que compartilham interesses, valores ou objetivos comuns e que se mobilizam em torno de causas específicas. Essa coletividade é o que confere força e legitimidade aos movimentos sociais, permitindo-lhes exercer pressão sobre as estruturas de poder e promover mudanças sociais.

Outra propriedade essencial dos movimentos sociais é a busca por transformação social. Diferentemente de outras formas de ação coletiva, os movimentos sociais visam não apenas a defesa de interesses imediatos, mas também a mudança de aspectos fundamentais das estruturas sociais, políticas ou econômicas. Essa orientação para a transformação é o que impulsiona a ação coletiva e motiva os participantes a se engajarem em atividades que vão desde protestos e manifestações até campanhas de sensibilização (Lücmann, 2014).

A organização também é uma propriedade crucial dos movimentos sociais. Embora possam surgir de forma espontânea, os movimentos sociais frequentemente se estruturam ao longo do tempo, desenvolvendo lideranças, estratégias e redes de apoio. Essa organização é necessária para coordenar as ações dos participantes, manter a coesão do movimento e garantir a continuidade das suas atividades, mesmo diante de desafios e adversidades (Telles, 2019).

A temporalidade é outra propriedade relevante. Os movimentos sociais não são necessariamente fenômenos de curta duração; muitos deles persistem ao longo de anos ou mesmo décadas, adaptando-se a novas circunstâncias e evoluindo em resposta a mudanças no

contexto social e político. Essa capacidade de adaptação é fundamental para a sobrevivência e o sucesso dos movimentos sociais, permitindo-lhes manter sua relevância ao longo do tempo (Wasserman, 2002).

Por fim, a identidade coletiva é uma propriedade central dos movimentos sociais. Através do processo de mobilização, os participantes de um movimento social frequentemente desenvolvem uma identidade compartilhada, baseada em experiências, valores e objetivos comuns (Taschner, 2010). Essa identidade coletiva não apenas reforça o compromisso dos participantes com o movimento, mas também ajuda a criar uma sensação de pertencimento e solidariedade entre eles, fortalecendo ainda mais a coesão e a eficácia do movimento.

2.3.2 O desenvolvimento intelectual a partir dos movimentos sociais

As pesquisas sobre o desenvolvimento intelectual nos movimentos sociais têm sido conduzidas por diversos estudiosos, que abordam o papel desses movimentos na geração de novos conhecimentos, práticas culturais e formas de organização social. Autores como Alain Touraine e Alberto Melucci são frequentemente citados por suas contribuições à compreensão de como os movimentos sociais funcionam como laboratórios de inovação social e cultural, onde novas ideias e identidades coletivas são forjadas.

Touraine (2006), por exemplo, argumenta que os movimentos sociais estão intrinsecamente ligados aos conflitos estruturais dentro de uma sociedade, e que através desses conflitos, eles promovem mudanças significativas nas estruturas de poder e nas normas culturais.

Melucci (2001), por outro lado, enfatiza a importância dos movimentos sociais na construção de identidades coletivas e na articulação de significados culturais que desafiam o status quo, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma consciência crítica entre os participantes. Nessas perspectivas as principais teorias de desenvolvimento intelectual atreladas a mudanças nas estruturas de poder, na cultura organizacional e de desenvolvimento crítico nos movimentos sociais serão abordados adiante.

As principais teorias de mudanças nas estruturas de poder nos movimentos sociais envolvem diversas abordagens que analisam como esses movimentos desafiam e transformam as relações de poder estabelecidas. Uma dessas teorias é a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), que foca na gestão interna dos movimentos sociais e como organizam e utilizam recursos para desafiar as elites e exercer influência na opinião pública e sobre o sistema político (Mccarthy; Zald, 1977; 2017).

Essa teoria sugere que a capacidade de um movimento social para gerar e disseminar e sustentar novas ideias, valores e conhecimentos está intrinsecamente ligada à sua habilidade de mobilizar e gerir recursos, sejam eles financeiros, organizacionais, humanos ou simbólicos, refutando inclusive sentimentos de irracionalidade na defesa de igualdade de acesso aos direitos sociais tendo a abordagem racional como parâmetro para incentivo a consciência crítica no movimento (Cohen, 1985; Tarrow, 1998).

Dessa forma, o sucesso dos movimentos sociais depende não apenas da existência de um descontentamento coletivo, ou dinheiro, mas também redes de apoio, expertise organizacional e acesso a meios de comunicação, impulsionado pela capacidade dos líderes e organizadores de atrair apoio externo, articular demandas e construir coalizões com outras organizações e grupos.

Outra abordagem significativa é a Teoria dos Processos Políticos (TPP), que examina como as oportunidades políticas – como a abertura ou fechamento do sistema político, o alinhamento de elites e o acesso a alianças – afetam a capacidade dos movimentos sociais de alcançar mudanças (Tilly, 1978; Tarrow, 1998).

Essa teoria argumenta que os movimentos sociais são mais bem-sucedidos quando as estruturas políticas estão em um estado de fluxos, como durante períodos de instabilidade ou crise, que criam brechas para a ação coletiva que será descrita adiante (Mccarthy; Zald, 1977, 2017).

A teoria dos processos políticos destaca o papel das oportunidades externas e do contexto político na promoção desse desenvolvimento. A (TMR) e a (TPP) oferecem, portanto, abordagens complementares para entender como os movimentos sociais criam e difundem novas ideias e práticas em diferentes contextos sociais e políticos.

A teoria da construção de frames (enquadramento) também desempenha um papel central na análise das mudanças nas estruturas de poder. Essa teoria se concentra em como os movimentos sociais criam e promovem interpretações e narrativas que redefinem as percepções públicas sobre questões sociais, culturais e políticas.

Goffman (1986) explora como os indivíduos interpretam e organizam suas experiências por meio de estruturas mentais que ele chama de "*frames*". Goffman (1986) argumenta que os frames permitem aos indivíduos perceberem, identificarem e rotularem ocorrências em seu ambiente, organizando assim a experiência e a realidade social.

A teoria da construção de *frames*, também defendida por autores como Benford e Snow (2000) e Gamson *et al.* (1992), que expandiram essa ideia ao aplicá-la diretamente aos movimentos sociais, sugerindo que a eficácia de um movimento em gerar mudanças depende

de sua capacidade de construir frames que definam problemas sociais de forma convincente, estabelecendo a legitimidade das demandas do movimento e motivando a ação coletiva.

Esses autores destacam o papel central que as narrativas e interpretações desempenham no desenvolvimento intelectual dos movimentos sociais. Argumentam que os *frames* – ou quadros interpretativos – são fundamentais para mobilizar apoio, moldar identidades coletivas e direcionar a ação coletiva, ao enquadrar questões sociais de maneiras que ressoem com os valores e crenças de um público-alvo.

Gamson *et al.* (1992), por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento da teoria ao explorar como os movimentos sociais utilizam “*frames*” ou quadros interpretativos para desafiar o status quo e que, ao construir “*frames*” eficazes, os movimentos podem não apenas mobilizar recursos e apoio, mas também influenciar o desenvolvimento intelectual, desafiem as normas estabelecidas e criem uma base ideológica sólida para sustentar suas ações e reivindicações ao redefinir as narrativas sociais e culturais em torno de questões cruciais.

A diante, a teoria da ação coletiva é defendida por diversos autores que analisam como a coordenação e cooperação entre indivíduos dentro dos movimentos sociais podem levar ao desenvolvimento intelectual e à transformação social. Entre os principais teóricos dessa abordagem estão Mancur Olson, Doug McAdam, Charles Tilly e Sidney Tarrow.

Olson (1999) argumenta que a ação coletiva é fundamental para superar os desafios do interesse comum, especialmente em grandes grupos onde a tendência ao “*free-rider*” (comportamento de quem se beneficia sem contribuir) pode impedir a mobilização efetiva. Ele sugere que, para o desenvolvimento intelectual e a mudança social ocorrerem, é essencial que os movimentos sociais encontrem formas de incentivar a participação ativa e superar esses obstáculos.

McAdam (1996), Tilly (2010) e Tarrow (1998), por sua vez, expandem a teoria da ação coletiva ao integrá-la com conceitos de oportunidades políticas e mobilização de recursos. Eles defendem que o desenvolvimento intelectual nos movimentos sociais ocorre através da ação coletiva bem-sucedida, que depende não só da motivação individual, mas também da capacidade dos movimentos de aproveitar as oportunidades políticas, mobilizar recursos e construir identidades coletivas fortes.

Em suma, a ação coletiva é significativamente impulsionada pela existência de estruturas organizacionais prévias. Assim, o sucesso de um movimento social depende da capacidade de integrar essas oportunidades políticas, quadros interpretativos e formatação de culturas organizacionais em um esforço coordenado para promover transformações sociais (Lüchmann, 2014).

2.4 Associativismo e sociedade civil

Na filosofia grega, especialmente em Aristóteles, a sociedade civil era entendida como parte da vida política, inseparável do Estado, pois englobava as relações sociais que contribuíam para o bem comum. Já no pensamento romano, o termo evoluiu para descrever o conjunto de instituições, leis e normas que regulavam a vida social e protegiam os direitos dos cidadãos, diferenciando-se gradualmente das esferas do Estado e da economia (Cohen; Arato, 1994).

Nesse contexto, Cohen e Arato (1994) apontam que essa concepção inicial de sociedade civil como uma esfera autônoma de ação coletiva e organização social foi fundamental para o desenvolvimento das ideias modernas de cidadania e participação política, servindo de base para as discussões contemporâneas sobre o papel da sociedade civil nas democracias modernas.

A partir de um breve recorte histórico sobre a recorrência do termo sociedade civil na literatura social, conhece-se o percurso que consolidou o termo até a chegada do século XX. O termo foi amplamente utilizado por pensadores como Thomas Hobbes, John Locke e Georg Wilhelm Friedrich Hegel para descrever o espaço de organização coletiva fora do controle direto do Estado, onde os cidadãos poderiam se reunir para discutir e perseguir interesses comuns.

Thomas Hobbes aborda o conceito de sociedade civil em sua obra mais conhecida, "Leviatã", publicada inicialmente em 1651. Nesse texto, Hobbes (2004) apresenta sua teoria do contrato social, onde a sociedade civil é formada como resultado de um acordo entre indivíduos que, para escapar do estado de natureza, onde a vida seria "solitária, pobre, sórdida, brutal e curta", decidem submeter-se a uma autoridade comum.

Essa autoridade, o "Leviatã", é um soberano absoluto que possui o poder de manter a paz e a segurança, garantindo assim a sobrevivência e a ordem social. Para Hobbes (2004), a sociedade civil é uma construção artificial que surge da necessidade de evitar a anarquia e o caos inerentes ao estado de natureza, estabelecendo as bases para a governança e a cooperação social sob um poder centralizado e incontestado.

John Locke escreveu sobre sociedade civil em duas de suas obras mais influentes: "Segundo Tratado sobre o Governo Civil", publicado em 1689 e em "Ensaio sobre o Governo Civil". No "Segundo Tratado sobre o Governo Civil", Locke (1994) desenvolve sua

teoria do contrato social, na qual a sociedade civil é formada quando os indivíduos deixam o estado de natureza para se unirem em uma comunidade política.

Rousseau (2023), descreve a transição do estado de natureza para o estado civil como um momento crucial na evolução moral e social do homem. Nesse processo, o homem deixa de ser guiado exclusivamente por seus instintos naturais e passa a adotar a justiça como princípio norteador de suas ações.

Isso marca uma mudança significativa em sua conduta moral, pois, ao ingressar na sociedade civil, ele começa a considerar não apenas seus próprios interesses, mas também os de seu grupo social, orientando-se por novos princípios e pela razão. No entanto, Rousseau (2023) também alerta que os abusos do estado civil podem degradar o homem, fazendo-o, em alguns casos, cair abaixo do estado natural de onde saiu. Mesmo assim, ele afirma que, em condições ideais, essa transição deve ser considerada um avanço significativo na condição humana.

Neste contexto, a sociedade civil é um espaço de organização coletiva onde os indivíduos concordam em estabelecer um governo para proteger seus direitos naturais, como a vida, a liberdade e a propriedade. Assim como Locke (1994), Hegel (1997) também argumenta que a sociedade civil é fundamental para a proteção dos direitos individuais, servindo como uma estrutura para a administração da justiça e a manutenção da ordem social.

Hegel (1997) discute o conceito de sociedade civil onde apresenta a sociedade civil como uma esfera distinta, situada entre a família e o Estado, onde os indivíduos interagem economicamente e socialmente. Nesse cenário, Hegel vê a sociedade civil como um espaço de mediação, onde os interesses privados dos indivíduos são reconciliados com o bem comum através de instituições como o mercado, o sistema jurídico e associações voluntárias.

Tocqueville (2002) explora os conceitos de associativismo e sociedade civil como pilares fundamentais da democracia. Tocqueville argumenta que a vitalidade da sociedade civil americana é uma das principais razões para o sucesso da democracia nos Estados Unidos. Ele observa que os cidadãos americanos têm uma propensão natural para formar associações voluntárias, sejam elas de caráter político, religioso, econômico ou cultural.

Além disso, Tocqueville (2002) considera que a sociedade civil, fortalecida pelo associativismo, serve como um contrapeso ao poder do Estado. O autor alerta para o perigo do individualismo e do despotismo democrático, sugerindo que as associações são capazes de evitar que os cidadãos se tornem isolados e dependentes do governo.

O conceito de sociedade civil, no contexto dos movimentos sociais, emergiu como uma resposta teórica e prática às transformações sociais e políticas que ocorreram com a

modernidade, especialmente a partir do século XVIII (Pinheiro, [1998?]). Durante os séculos XIX e XX, com a expansão dos direitos civis e políticos, os movimentos sociais começaram a ser vistos como manifestações da vitalidade da sociedade civil, desempenhando um papel crucial na defesa e na ampliação dos direitos e liberdades democráticas.

A relação intrínseca entre sociedade civil e associativismo, conforme discutida por Cohen e Arato em (1994), está fundamentada na ideia de que as associações civis desempenham um papel crucial na manutenção e reprodução das culturas, tradições e identidades coletivas dentro de uma sociedade. Essas associações são vistas como instituições especializadas que promovem práticas sociais e políticas alinhadas com os princípios da democracia e da solidariedade.

Elas não apenas preservam o tecido social, mas também formam e moldam as identidades coletivas, funcionando como pilares que sustentam e difundem os valores democráticos e de cooperação dentro da sociedade civil (Lücmann, 2014). Dessa maneira, o associativismo é entendido como um mecanismo essencial para o fortalecimento da sociedade civil, garantindo a continuidade e a vitalidade das práticas democráticas através da formação de laços sociais e da participação cidadã.

2.4.1 Conceitos de sociedade civil

O processo de modernização da sociedade gerou um desequilíbrio na integração entre as esferas do sistema e do mundo da vida. Esse desequilíbrio é caracterizado pela "colonização" do mundo da vida, onde a racionalidade dos subsistemas, particularmente as lógicas do poder e do mercado, sobrepõe-se às relações sociais que deveriam ser mediadas pelo entendimento mútuo e pela comunicação (Habermas, 1987; Lücmann, 2014).

No contexto dessa crise, a racionalidade estratégica do sistema, que busca assegurar a reprodução material e institucional da sociedade, começa a dominar, enquanto o mundo da vida, responsável pela integração social através da comunicação e do entendimento, é marginalizado. Essa crise reflete um desengate entre as duas racionalidades, com a expansão das relações de poder e do mercado em detrimento das interações sociais baseadas em solidariedade e entendimento (Lücmann, 2014).

Neste processo de diferenciação, surgem instituições especializadas na preservação e reprodução de culturas, tradições, identidades e solidariedades, que compõem a esfera da sociedade civil. Essas instituições, ancoradas na práxis comunicativa, buscam promover o entendimento e o consenso, especialmente quando operam dentro das garantias

proporcionadas pelos direitos em Estados liberal-democráticos. Assim, a sociedade civil se configura como o espaço onde se resistem às pressões do sistema, mantendo vivas as práticas comunicativas que rompem com ordens baseadas em fundamentalismos e tradições rígidas (Lüchmann, 2014).

A associação, segundo Cohen e Arato (1994), desempenha um papel crucial como um mecanismo de articulação de estratégias que podem ser tanto defensivas quanto ofensivas no contexto da democracia radical autolimitada. Nesse sentido, as associações servem para alcançar dois objetivos principais: primeiro, permitem ao público adquirir influência sobre o Estado e a economia; segundo, contribuem para a institucionalização dos ganhos obtidos pelos movimentos sociais dentro do mundo da vida.

Nesse contexto, a presente seção apresenta as principais contribuições a respeito de associativismo e sociedade civil até o século XXI e matrizes teóricas contemporâneas. Os principais teóricos que abordaram o tema do associativismo e da sociedade civil incluem autores como Robert Putnam, Jürgen Habermas, Antonio Gramsci e Jean Cohen e Andrew Arato, Donatella della Porta.

Putnam (2000) é conhecido por seu estudo sobre o capital social, onde explora o declínio das associações cívicas e seu impacto na sociedade civil e na democracia. Ele argumenta que o associativismo é crucial para a construção de capital social, que por sua vez fortalece as instituições democráticas.

Habermas (1987), em sua teoria da ação comunicativa, destaca a importância da esfera pública e do debate democrático, enfatizando como a sociedade civil e suas associações desempenham um papel central na formação da opinião pública e na mediação entre o Estado e os cidadãos. Sua obra "Teoria da Ação Comunicativa" é fundamental para entender essa relação.

Para conformar os elementos que regem e sofrem influência da sociedade civil, Habermas (1987), desenvolve em sua teoria das ações comunicativas as distinções fundamentais entre "sistemas" e "mundo da vida". Habermas utiliza esses conceitos para explorar como as sociedades modernas se estruturam e funcionam.

O "mundo da vida" refere-se ao contexto de interações cotidianas em que os indivíduos compartilham significados, valores e normas. Esse mundo é sustentado pela comunicação e pela intersubjetividade, onde a compreensão mútua e a solidariedade são centrais.

No "mundo da vida", a comunicação não é instrumental, mas orientada ao entendimento, permitindo que os indivíduos construam e mantenham um consenso sobre a

realidade social e as normas que a regem. Esse espaço é, portanto, essencial para a socialização, a reprodução cultural e a integração social.

Por outro lado, "sistemas" são as estruturas formais e organizacionais que operam segundo uma lógica instrumental e funcionalista. Exemplos de sistemas incluem o mercado e o Estado, que funcionam com base em critérios de eficiência, controle e poder. Esses sistemas são guiados pela racionalidade instrumental, onde as interações são reguladas por mecanismos impessoais como o dinheiro e o poder, e não pela comunicação orientada ao entendimento.

Habermas (1987) argumenta dentre os principais conceitos diferenciando sistemas e mundo da vida na teoria de Habermas destacam a tensão entre a racionalidade instrumental e a racionalidade comunicativa, sendo crucial para entender os desafios enfrentados pelas sociedades modernas na preservação da democracia e da coesão social. Isso resulta em uma crise de legitimação e uma fragmentação da integração social, à medida que as interações cotidianas são cada vez mais moldadas por imperativos sistêmicos, em vez de serem baseadas na comunicação e no entendimento mútuo.

Entretanto, da esteira dos estudos de Gramsci (2023) e Bobbio (1982) explora a tensão entre o Estado e a sociedade civil, sublinhando a importância de manter uma distinção clara entre esses dois âmbitos. Para ele, a sociedade civil deve funcionar como um contrapeso ao poder do Estado, garantindo que as liberdades individuais e os direitos coletivos sejam preservados. Nesse sentido, o associativismo é visto como uma manifestação concreta da sociedade civil, desempenhando um papel crucial na promoção do pluralismo, da luta e na defesa das liberdades democráticas.

Gramsci (2023) apresenta uma visão complexa e multifacetada da sociedade civil, articulando-a como um espaço crucial para a construção e disputa da hegemonia cultural e política. Essas instituições incluem escolas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação, e outras organizações que, de maneira sutil, moldam as ideias e valores predominantes na sociedade.

Um dos principais conceitos introduzidos por Gramsci (2023) é o de hegemonia, que descreve a capacidade de uma classe dominante de liderar e influenciar outras classes, não apenas através da força, mas principalmente por meio do consenso cultural e ideológico. A sociedade civil, nesse contexto, é o campo onde essa hegemonia é construída e contestada. Para Gramsci, a sociedade civil é o espaço onde se travam as batalhas culturais e ideológicas que definem a direção da sociedade.

Outro conceito central é o de "bloco histórico", que se refere à aliança entre forças sociais e políticas que conseguem exercer uma liderança moral e intelectual, consolidando um

determinado projeto hegemônico. A sociedade civil é o lugar onde esse bloco histórico é articulado e onde se busca a conformidade e o consenso necessários para sustentar a hegemonia.

Gramsci (2023) enfatiza ainda a importância das "instituições da sociedade civil" como mediadoras entre o Estado e as massas. Ele argumenta que, para uma classe subordinada alcançar a hegemonia, ela deve primeiro conquistar a sociedade civil, criando e consolidando suas próprias instituições e formas de organização

Neste cenário, Gramsci (2023) introduz a ideia de que a sociedade civil é um campo de luta hegemônica, onde diferentes grupos buscam impor suas visões de mundo. Para Gramsci, o associativismo dentro da sociedade civil é uma ferramenta crucial para desafiar e modificar a hegemonia cultural e política dominante.

Cohen e Arato (1994), oferecem uma análise detalhada sobre o papel da sociedade civil nas democracias modernas, argumentando que as associações civis são essenciais para a democratização e para a promoção de uma cidadania ativa e participativa.

A teoria democrática de Cohen e Arato (1994) enfatiza a importância da participação cívica ativa e da comunicação pública, destacando que a sociedade civil deve ser entendida como uma esfera de liberdade e pluralismo onde diferentes grupos sociais podem articular suas vozes e influenciar o debate público. Nesse contexto, a sociedade civil é vista como crucial para a formação de uma opinião pública informada e crítica, que é essencial para o funcionamento de uma democracia deliberativa.

Outro conceito central é o de democratização contínua, que Cohen e Arato (1994) associam à capacidade da sociedade civil de gerar novas formas de solidariedade e de mobilização social que podem desafiar e transformar as estruturas políticas e sociais existentes. Eles defendem que a democracia deve ser vista como um processo dinâmico e evolutivo, no qual a sociedade civil desempenha um papel chave ao promover a inovação social e política.

Della Porta (1995), conhecida por seu trabalho sobre movimentos sociais e democratização, contribui para o entendimento de como as associações civis e os movimentos sociais moldam a política contemporânea. Sua pesquisa, especialmente em "*Social Movements, Political Violence, and the State*", examina a relação entre associativismo, protesto social e mudança política.

Em sua pesquisa Della Porta (1995) vê as associações dentro da sociedade civil como atores centrais na articulação de demandas políticas e na construção de solidariedades coletivas que sustentam a ação coletiva, permitindo que os cidadãos se unam em torno de

causas comuns e desafiem o status quo, fatores que coadunam suas proposições com Gamson (1992), Melucci (2001) e Tilly (1977). Além disso, destaca a comunicação e a coordenação entre os participantes dos movimentos, mas também desempenham um papel crucial na formação de identidades coletivas que legitimam e fortalecem as lutas sociais.

Della Porta (1995) também explora como a repressão estatal pode afetar a sociedade civil e o associativismo, argumentando que, em contextos de alta repressão, às associações e os movimentos sociais podem radicalizar-se ou fragmentar-se, o que, por sua vez, influencia a dinâmica de poder e a estabilidade política. No entanto, ela também destaca que, mesmo em cenários repressivos, a sociedade civil pode funcionar como um espaço de resistência persistente, onde novas formas de associativismo e mobilização podem emergir como respostas criativas e resilientes à violência do Estado.

A partir do século XXI, o papel do associativismo e da sociedade civil em um mundo globalizado, onde as fronteiras entre o local e o global, o público e o privado, estão cada vez mais fluidas, refletindo as complexas dinâmicas sociais e políticas do nosso tempo. Entre os principais teóricos contemporâneos, destacam-se autores como Michael Edwards, John Keane e Larry Diamond, com proposições que permeiam a democracia, inovação, sustentabilidade, inclusão social, participação, cooperação e colaboração.

Edwards (2004), oferece uma análise abrangente da sociedade civil, discutindo suas diversas interpretações e enfatizando a importância do associativismo como um meio para promover a democracia, a justiça social, o desenvolvimento sustentável, a transparência e a governança. Edwards propõe uma visão crítica que questiona o papel e a eficácia das associações civis no contexto global atual e compactua com as ideias de Warren (2001), ao defender a importância das associações se especializarem, aprofundarem conhecimento e técnicas.

Alves (2004) enfatiza que, ao longo do tempo, o conceito de sociedade civil evoluiu, passando de uma ideia vinculada à vida econômica e à proteção da propriedade privada para um campo mais amplo de ação social e política. Nesse processo, a sociedade civil foi cada vez mais vista como uma arena de conflitos e negociações, onde diferentes grupos e interesses disputam espaço e poder.

A respeito do conceito de sociedade civil, Keane (1998) critica Gramsci por considerar a sociedade civil como uma construção temporária. Ele argumenta que Gramsci via a sociedade civil não como um fim em si mesmo, mas como um meio estratégico para alcançar uma sociedade sem classes. Esse ponto de vista, segundo Keane, revela um interesse

oportunista na sociedade civil, que seria utilizada e, eventualmente, abolida uma vez que o objetivo revolucionário fosse alcançado.

Keane (1998) também critica Jürgen Habermas, argumentando que ao separar a sociedade civil do conteúdo econômico, Habermas enfraqueceu o conceito, tornando-o economicamente passivo. Para Keane, essa definição restrita da sociedade civil ignora o fato de que os recursos econômicos e a propriedade desempenham um papel crucial na capacidade da sociedade civil de defender e expandir seu poder. Ele sugere que desconsiderar a interconexão entre a economia e a sociedade civil resulta em uma visão limitada, que não reconhece a complexidade das interações sociais e econômicas que moldam a atuação dos atores na sociedade civil.

Keane (2009) investiga a evolução da democracia e o papel vital da sociedade civil em sua manutenção. Keane (2009) introduz o conceito de "sociedade civil *monitory*" (sociedade civil de monitoramento), onde as associações e movimentos sociais atuam como vigilantes da democracia, controlando e pressionando as instituições políticas para maior transparência e *accountability*.

Diamond (2008), um dos mais influentes teóricos da democracia e da sociedade civil, discute o papel crucial que as organizações civis desempenham na consolidação democrática, especialmente em contextos de transição política. Em várias de suas obras, Diamond explora como o associativismo pode fortalecer as democracias emergentes e prevenir a regressão autoritária.

Diamond (2008) examina a disseminação da democracia globalmente, destacando a importância da sociedade civil no fortalecimento das democracias emergentes. O autor discute como o associativismo e o engajamento cívico contribuem para a vitalidade democrática e a promoção de uma cultura política e *accountability*. Além disso, sustenta que essas associações são essenciais para a criação de capital social, que inclui confiança mútua, normas de reciprocidade e redes de engajamento cívico, pois fomenta a cooperação entre os cidadãos e entre eles e o Estado, promovendo a governança democrática e a estabilidade política.

Por conseguinte, os autores que transcendem ao século XXI exploram o papel da sociedade civil na promoção dos direitos humanos e na construção de uma cidadania mais inclusiva e participativa. Eles veem a sociedade civil como um espaço onde os direitos são não apenas reivindicados, mas também redefinidos e expandidos, contribuindo para a democratização das relações sociais e políticas em um sentido mais amplo.

Na teoria política contemporânea, cinco principais matrizes teóricas sobre sociedade civil se destacam, cada uma oferecendo diferentes perspectivas sobre o papel e a função da sociedade civil no contexto moderno.

1. **Teoria Liberal-Democrática:** Esta matriz teórica vê a sociedade civil como um espaço essencial para a promoção da democracia e a proteção das liberdades individuais. Essa abordagem enfatiza a importância das associações voluntárias e da participação cívica como meios para limitar o poder do Estado e garantir a pluralidade de opiniões e interesses. A sociedade civil é concebida como uma esfera de autonomia e liberdade, onde os cidadãos podem se organizar para expressar seus interesses e influenciar as políticas públicas.
2. **Teoria Marxista:** Em contraste, a abordagem marxista, influenciada por Karl Marx e Antonio Gramsci, vê a sociedade civil como um campo de luta de classes e hegemonia cultural. Para os teóricos marxistas, a sociedade civil não é um espaço neutro, mas sim um terreno onde as classes dominantes exercem sua influência para manter sua hegemonia. Gramsci, em particular, concebe a sociedade civil como um espaço onde a ideologia dominante é contestada, mas também onde as classes subalternas podem organizar-se para resistir e promover uma contra-hegemonia.
3. **Teoria Neo-Tocquevilliana:** Esta abordagem contemporânea, inspirada por Alexis de Tocqueville, enfatiza o papel da sociedade civil na construção do capital social e na sustentação da democracia. Teóricos como Robert Putnam argumentam que as associações civis fortalecem a coesão social e a confiança mútua, fundamentais para o funcionamento eficaz das democracias. O foco aqui está na capacidade da sociedade civil de gerar recursos sociais que ajudam a estabilizar e aprofundar as instituições democráticas.
4. **Teoria Pós-Marxista:** Essa matriz teórica se concentra na ideia de que a sociedade civil é um espaço de disputa simbólica e política, onde diferentes grupos sociais e identidades competem pela definição de significados e pela configuração das estruturas de poder. A sociedade civil é vista como um campo de articulação de demandas e construção de hegemonias temporárias, refletindo a natureza pluralista e contingente da política contemporânea.
5. **Teoria Habermasiana:** A teoria habermasiana enfatiza a importância da "racionalidade comunicativa", onde as interações são guiadas pelo entendimento mútuo e pela busca do consenso, em contraste com a "racionalidade instrumental" que predomina nas esferas do Estado e do mercado. Essa distinção é fundamental para

Habermas, pois ele acredita que a comunicação orientada para o entendimento na sociedade civil é o que permite a verdadeira participação democrática e a integração social em sociedades complexas.

Os pesquisadores e matrizes teóricas convergem quanto a associações desempenharem um papel mediador entre os problemas enfrentados por diferentes setores da sociedade e as instituições políticas, sendo essa mediação vista como um dos principais benefícios democráticos do associativismo.

A contrapelo, a crítica destacada é que essa abordagem tradicional de conceitos de associações no âmbito da sociedade civil tende a limitar a visão do fenômeno associativo ao desconsiderar a diversidade de associações, especialmente aquelas vinculadas às práticas associativas que operam de maneira periférica no campo social (Lücmann, 2014). Tal enfoque estreito pode obscurecer as diferenças e desigualdades existentes dentro da própria sociedade civil, comprometendo a capacidade de reconhecer as dinâmicas de poder e as estratégias que influenciam essas associações.

Autores como Lavallo (1999), Lücmann. (2014) e Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), argumentam que a sociedade civil não é uma esfera homogênea ou livre de desigualdades. Em vez disso, ela é marcada por relações políticas, econômicas e sociais complexas que moldam as práticas associativas. Além disso, a visão de uma sociedade civil autolimitada pode obscurecer as interações entre essas associações e as esferas governamentais, limitando sua atuação e potencial para promover mudanças mais profundas e abrangentes.

2.4.2 Sociedade civil e recursos intelectuais

Os recursos intelectuais são os elementos que possibilitam à sociedade civil agir de maneira eficaz e inovadora, desempenhando um papel crucial na transformação social e na promoção de uma cultura democrática. Esses meios referem-se ao conjunto de conhecimentos, ideias, habilidades e capacidades críticas que os atores dentro da sociedade civil mobilizam para interpretar a realidade social, formular estratégias de ação e influenciar as instituições políticas. Esses recursos são fundamentais para a construção de narrativas, a formação de identidades coletivas e a legitimação de reivindicações sociais.

A interação entre sociedade civil e recursos intelectuais, portanto, é essencial para a compreensão das dinâmicas de poder e das possibilidades de mudança nas sociedades contemporâneas. Nesta seção serão abordados os recursos intelectuais constitutivos para

institucionalização das associações, delinear seus atores sociais, simulacros de participação e ilusão de participação.

A implementação de uma associação envolve uma série de etapas essenciais que garantem sua estruturação, legalidade e funcionamento eficaz. Primeiramente, é fundamental definir o propósito e os objetivos da associação, estabelecendo uma missão clara que guiará todas as suas atividades. Em seguida, é necessário formar um grupo fundador composto por pessoas comprometidas e com habilidades diversas, capazes de contribuir para o desenvolvimento da associação.

Na administração e gestão de organizações, Drucker (1990) é uma referência que, embora não se concentre exclusivamente em associações, aborda aspectos fundamentais da gestão de organizações sem fins lucrativos, como a definição clara de objetivos, a importância do planejamento estratégico e as técnicas de captação de recursos. Nesse caso, Drucker enfatiza que uma gestão eficaz é crucial para o sucesso e a sustentabilidade dessas organizações.

A elaboração de um estatuto é uma etapa crucial, pois define as regras de funcionamento, a estrutura organizacional, e os direitos e deveres dos membros Szazi, (2006). Este documento será essencial para o registro legal da associação, que deve ser realizado em um cartório ou órgão competente, conferindo personalidade jurídica à organização.

A seguir, são descritos os principais elementos que devem estar presentes no estatuto. (Associação de Pequenos Produtores da Fazenda Chapadinha e Região, 2018; Associação Respeita Januário, 2000; Brasil, 1988; Brasil, 2002;).

1. Denominação e Sede:

- A denominação oficial da associação, que identifica legalmente a entidade.
- O endereço completo da sede física ou endereço postal, que é o local de funcionamento da associação.

2. Objeto Social:

- Descrição clara e detalhada dos objetivos da associação, especificando a missão e as atividades que a organização pretende realizar.

3. Estrutura Organizacional:

- Definição dos órgãos administrativos, como Assembleia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal.
- Competências e atribuições de cada órgão, incluindo as funções de seus membros.

- Normas sobre o processo de eleição e destituição dos membros dos órgãos administrativos.

4. Direitos e Deveres dos Associados:

- Critérios para admissão, suspensão e exclusão de associados.
- Direitos e deveres dos membros, incluindo participação em assembleias, direito a voto e obrigações financeiras.

5. Patrimônio e Regime Financeiro:

- Definição do patrimônio inicial e das fontes de receita da associação.
- Normas para a administração financeira, incluindo orçamento, gestão de recursos e prestação de contas.

6. Assembleias:

- Regras sobre a convocação, periodicidade, quórum e funcionamento das assembleias gerais.
- Procedimentos para deliberação e tomada de decisões durante as assembleias.

7. Alteração do Estatuto:

- Procedimentos para alteração do estatuto, incluindo quórum necessário e formalidades para aprovação de emendas.

8. Dissolução da Associação:

- Condições e procedimentos para a dissolução da associação.
- Destinação do patrimônio remanescente após a liquidação das obrigações.

9. Disposições Gerais e Transitórias:

- Disposições que regulam casos omissos e situações não previstas no estatuto.
- Normas transitórias que estabelecem como o estatuto será implementado inicialmente.

De posse do estatuto da associação plenamente elaborado e discutido com os associados, para registrar uma associação em cartório, é necessário apresentar um conjunto específico de documentos. Primeiro, o Presidente da Associação deve enviar um requerimento ao Cartório solicitando a inscrição, com sua firma reconhecida. Além disso, o Estatuto Social da associação precisa ser entregue em três vias, sendo uma original e duas cópias, todas assinadas por todos os associados e rubricadas por um advogado com registro na OAB (Recife, [2024?]).

A Ata de constituição da associação, que formaliza sua criação, também deve ser apresentada em três vias e assinada pelo Secretário e pelo presidente da reunião. Outro documento necessário é o Termo de Posse dos eleitos, que deve incluir a identificação

completa (nome, RG, CPF), a qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão) e o endereço de todos os responsáveis pela associação, como os membros da diretoria e do conselho fiscal. Por fim, cópias do RG do Presidente e de todos os membros da diretoria e do conselho fiscal também são exigidas (Recife, [2024?]).

Após o registro em cartório específico, a entidade está pronta para adquirir seu CNPJ na página da Receita Federal. Entretanto, autores como Voltolini (2004), também discutem a importância de um estatuto bem elaborado em conformidade com os seus objetivos e as regras que regem essas entidades do terceiro setor para garantir isenção de Impostos de renda como Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) (Conselho Federal de Contabilidade, 2001; 2003).

Dessa forma, é fundamental que o estatuto preveja mecanismos de governança que garantam a transparência e a responsabilidade na gestão da associação, incluindo a prestação de contas, a realização de assembleias gerais e a supervisão por conselhos fiscais ou órgãos equivalentes.

No campo do direito, autores como Szazi, (2006), em sua obra “O terceiro setor: Regulação no Brasil”, discute detalhadamente os aspectos jurídicos e administrativos necessários para a criação e a regularização de associações, incluindo o processo de obtenção do CNPJ, que confere personalidade jurídica à entidade (Conselho Federal de Contabilidade, 2000).

Após o registro da ata de fundação, termo de posse da diretoria e do estatuto em cartórios especializados, a obtenção de um CNPJ é necessária para que a associação possa operar legalmente, realizar transações financeiras e firmar parcerias. A criação de um plano de ação detalhado, que contemple as atividades a serem realizadas e os recursos necessários, ajudará a orientar as ações da associação e mobilizar seus membros (Conselho Federal de Contabilidade, 2000).

A realização das atividades planejadas deve ser acompanhada de uma avaliação periódica, para garantir que a associação esteja cumprindo seus objetivos e se adaptando às necessidades de seus membros e da comunidade. A transparência e a comunicação aberta são essenciais em todas essas etapas para o sucesso da associação.

No campo da administração, Austin (2010) destaca-se, especialmente em suas obras sobre alianças estratégicas no terceiro setor. Austin discute como a transparência e a governança são cruciais para a construção de confiança entre *stakeholders* ou atores sociais, incluindo doadores, membros e o público em geral. Ele enfatiza que práticas transparentes de

governança ajudam a garantir a responsabilidade e a tomada de decisões éticas dentro das associações.

No campo da ciência política, Robert Putnam, embora mais conhecido por suas contribuições sobre capital social, também toca na importância da governança para o sucesso das associações. Putnam (2000) argumenta que a eficácia da governança em associações está diretamente ligada à qualidade do capital social, pois uma governança participativa e transparente fortalece as redes de confiança e cooperação dentro da sociedade civil.

No entanto, a captação de recursos é outra etapa fundamental, envolvendo a identificação de fontes de financiamento como doações, patrocínios e parcerias. A divulgação da associação e suas atividades é importante para atrair novos membros e aumentar sua visibilidade na comunidade.

Kotler (1994), explora a captação de recursos, destacando a importância de estratégias de comunicação e relacionamento com doadores e patrocinadores. O autor discute como as organizações podem planejar ações de forma a maximizar sua visibilidade e impacto social, garantindo, assim, a obtenção dos recursos necessários para sua operação.

Diante da estrutura de formalização de associações para constituição jurídica, as algumas demandas para os associados são evidenciadas e essas necessidades ampliam as dimensões de atores sociais bem como suas habilidades e competências.

Na cadeia produtiva do associativismo, diferentes tipos de atores sociais desempenham papéis específicos que contribuem para a eficácia e sustentabilidade das associações. Esses atores incluem membros individuais, lideranças organizacionais, financiadores, parceiros institucionais e beneficiários.

Putnam (2000), aborda o papel dos membros ou associados como atores fundamentais na construção do capital social. Ele argumenta que a participação ativa desses indivíduos nas associações fortalece as redes de cooperação e confiança, essenciais para a coesão social e a eficácia das organizações.

As lideranças organizacionais, como diretores e gestores, são outro tipo crucial de ator social. Drucker (1990), discute a importância desses líderes na definição de estratégias, na administração dos recursos e na comunicação da missão da associação. Essas lideranças são responsáveis por orientar a organização em direção a seus objetivos e garantir sua sustentabilidade.

Os financiadores e doadores, discutidos por Austin (2010) são atores que fornecem os recursos financeiros necessários para a operação das associações. Esses atores podem incluir

indivíduos, empresas ou fundações que apoiam as atividades da associação através de doações, patrocínios ou parcerias estratégicas.

Os beneficiários, por sua vez, são os indivíduos ou comunidades que recebem os serviços ou apoio das associações. Voltolini (2004), em suas discussões sobre governança e impacto social, enfatizam que os beneficiários são atores chave para avaliar o sucesso das atividades associativas, sendo fundamentais para a retroalimentação e a melhoria contínua dos serviços prestados.

A definição de atores sociais responsáveis por produzir e disseminar conhecimento dentro da cadeia produtiva do associativismo refere-se àqueles indivíduos e instituições que desempenham papéis centrais na criação, interpretação e compartilhamento de saberes que apoiam o desenvolvimento e a sustentabilidade das associações.

Os atores sociais, que incluem tanto indivíduos quanto instituições, formam uma rede complexa que sustenta a produção e disseminação de conhecimento dentro do associativismo. Dentre eles se incluem acadêmicos, pesquisadores, consultores, instituições de ensino, centros de pesquisa, organizações não governamentais e os próprios membros das associações, que contribuem para a circulação de informações e práticas relevantes.

Nesse íterim, Drucker (1990) e Austin (2010), discutem a importância de lideranças informadas e bem treinadas dentro das associações e as alianças estratégicas com instituições acadêmicas ou centros de pesquisa. Logo, argumentam que a produção e disseminação de conhecimento são essenciais para a tomada de decisões estratégicas e para a adaptação das organizações a novos desafios.

Drucker destaca que consultores e especialistas externos podem desempenhar um papel crucial na transferência de conhecimentos técnicos e na capacitação dos líderes das associações. Além disso, Putnam (2000) aborda o papel dos próprios membros das associações como produtores de capital social e conhecimento prático, onde as interações e o compartilhamento de experiências entre os membros geram um conhecimento coletivo que é essencial para a eficácia das atividades associativas e para a coesão social.

Entretanto, a coesão social dentre os atores sociais nem sempre é harmônica. Sob o risco de desconhecer ou não aplicar ferramentas democráticas na gestão e nas ações das associações, muitas entidades podem incorrer em falhas comprometedoras de seu desempenho e sobrevivência.

As associações podem ser consideradas predatórias quando suas ações ou estruturas promovem práticas que resultam em exclusão, discriminação ou exploração de determinados grupos sociais. As associações podem se desviar de sua proposta social original e adotar

práticas predatórias que promovem a exclusão, discriminação ou exploração de grupos sociais (Ostrom, 1990).

Isso inclui a perpetuação de desigualdades, a monopolização de recursos, a promoção de intolerância e discriminação, a defesa de interesses antidemocráticos, a falta de transparência e os conflitos de interesse. Essas práticas comprometem a função essencial do associativismo de promover mudanças sociais, políticas e culturais positivas e podem levar ao fortalecimento de grupos privilegiados em detrimento de outros, resultando em uma sociedade mais desigual e polarizada (Ostrom, 1990).

O impacto negativo dessas práticas predatórias sublinha a importância de uma governança ética e transparente nas associações para que elas possam realmente contribuir para o bem comum. Entretanto, algumas entidades podem funcionar envoltas de um manto de democracia, mas de fato realizar simulacros de participação ou ilusão de participação de seus associados ou atores sociais.

Nesse contexto, a ilusão de participação é caracterizada como limitação imposta por personalidades ou grupos dominantes que subjuga atores sociais à participação periférica, causando-lhes sensação de participação, porém sem permitir-lhes acesso a ciclos de relevantes tomadas de decisões (Bordenave, 1994; Luna, 2017).

Para ilustrar o termo ilusão de participação, os estudos feitos sobre a eficácia da participação da juventude no programa Agente Jovem do Ministério da Previdência Social no início do século XXI demonstraram resultados insatisfatórios. Mediante a metodologia imprecisa do projeto, a desarticulação entre os agentes jovens e as instituições sociais e o incipiente desenvolvimento do protagonismo juvenil para além das comunidades dos jovens assistidos, mostrou a dificuldade que o projeto apresentou de transpor a transferência de renda (Camacho, 2007; Sposito; Carrano, 2003).

De maneira mais agravante, os simulacros de participação impõem aos atores sociais a constrangedora situação de participar, todavia sem oferecer-lhes informações suficientes para que tenham reais condições de opinar. Nesse tipo de prática, personalidades ou grupos dominantes podem se utilizar de vocabulário técnico distanciado ou tangenciado dos níveis de compreensão dos atores sociais mais vulnerabilizados (Bordenave, 1994; Luna, 2017).

A esta distorção de atuação, é possível destacar o caso da participação popular em comitê de recursos hídricos do Rio Paraíba do Sul que compreende três estados brasileiros do sudeste. A participação popular foi suplantada por argumentos científicos e tecnológicos aquém da compreensão de populares, simulacro de participação tipificado pela pesquisadora como mitificação da participação (Santos; Saito, 2006).

A participação é posta diante do arcabouço teórico desenvolvido por Ostrom (1990) como um dos principais fatores decisivos para a construção de novos arranjos institucionais. Para apontar um modelo que contrapusesse às consequências de tragédias sociais propostas pelo uso irresponsável de recursos e exploração da própria humanidade, a pesquisadora sugere alternativas estruturantes para a sociedade nas relações de gestão de processos e de pessoas.

Em tese, a pesquisadora defende a participação e o desenvolvimento da autogestão na perspectiva dos comuns, nomenclatura adotada para grupos sociais e termo que se desdobra em recursos comuns para serem partilhados conscientemente (Martins; Foletto; Luna, 2020; Ostrom, 1990).

Tais proposições se contrapõem a respostas fáceis de transferência de responsabilidades, seja para a administração de recursos pelo setor público ou privado proposto por Hardin (1968), para defender meios de preparar os comuns para superar a coação do sistema capitalista para que o êxito do coletivo se desenvolva sem o esgotamento dos recursos.

A contrapelo de soluções hierárquicas impostas pelo capital, expõe o processo de tornar exitosa instituições pequenas de cooperação entre comuns por ser difícil e demorada a adaptação aos fluxos de trabalho. Entretanto, este processo para ser verossímil pressupõe mediar conflitos e pontos de vista particulares. Logo, o êxito nessas instituições depreende que as regras estabelecidas e objetivos que sejam de fato exequíveis desde que sejam pactuadas com os comuns (Ostrom, 1990; Olivos, 2013).

2.5 Experiências associativas em contextos de vulnerabilidade social

Esta seção tem por objetivo trazer a diversidade do associativismo em Pernambuco, em suas multiplicidades (Associações, Cooperativas, Organizações do Terceiro Setor, redes e coletivos não formalizados). Estas entidades em geral são formadas por pessoas em condição de vulnerabilidade social ou direcionadas a atender este público.

Entretanto, dentro do caráter de fortalecimento social da classe trabalhadora do cenário digital, técnico e computacional, em ascensão notadamente no mundo e em evidência em nosso estado, foram consideradas também entidades associativas de profissionais do campo tecnológico de maneira que, com isso, é possível demarcar o tipo de atividade associativismo a qual temos interesse em investigar.

Nesse contexto, as instituições pesquisadas foram delimitadas em três grupos, porém coadunadas pela função social a que se propõe cada instituição; as entidades de associação

para o enfrentamento à vulnerabilidade social, entidades associação para o fomento à cultura e entidades de associação a trabalhadores e profissionais da agroecologia e produção orgânica. Todavia, apesar da classificação adotada para apresentação das organizações, propriedades pertinentes entre elas também se entrecruzam.

As entidades de associação para o enfrentamento à vulnerabilidade social tomam por base que as pessoas excluídas são grupos marginalizados (indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, etc.) e em vulnerabilidade social, pessoas em condições precárias de moradia, renda etc., que estão vulneráveis a situações como violências e desastres naturais, por exemplo. Logo, o associativismo se apresenta para esse grupo social como ferramenta para mitigar os desafios da sobrevivência.

2.5.1 Associação de Tapioqueiras e Artesãs do Alto da Sé (ATAA)

A Associação de Tapioqueiras e Artesãs do Alto da Sé (ATAA), atua em prol dos interesses dos trabalhadores localizados no polo gastronômico e cultural no sítio histórico de Olinda-PE. A entidade abrange cerca de 42 trabalhadores informais e têm em comum as reivindicações pelo uso e melhorias dos espaços destinados a elas na cidade alta, lugar de alto fluxo turístico.

Miranda *et al.* (2011), em pesquisa sobre o pensamento contábil dos trabalhadores da tapioca, apresentam que os valores implementados aos produtos são definidos em assembleia pelos entes associados mediante pesquisa de mercado, garantindo 50% de margem de lucro sobre a receita destes trabalhadores informais. Neste estudo infere-se também que a maioria das tapioqueiras tem suas barracas no Alto da Sé desde os anos 90.

As tapioqueiras da Sé participam anualmente do Festival da Tapioca criado em 2017. O modelo original do festival contemplou mais oportunidades de vendas aos trabalhadores informais, cursos gratuitos na área de gastronomia, *network* com chefes de cozinha locais, apresentações culturais, integração com feira de produtos orgânicos e de artesanatos (Festival [...], 2017).

Siqueira (2021) aponta que as tapioqueiras receberam 42 barracas em parceria entre o município e a iniciativa privada, por incentivo da empresa de fabricação de café, nessa ocasião, informações sobre as mídias digitais dos trabalhadores informais da tapioca do Alto da Sé foram adicionadas nos banners dispostos em suas novas barracas, apesar de não haver indícios da associação nessas redes.

Em 2023, por meio das leis de incentivo à cultura do estado de Pernambuco, a empresa Tangram Cultural desenvolveu um jogo digital chamado Tapi-Tapi, para promover uma experiência no patrimônio histórico de Olinda e a experiência de produzir tapiocas (Game [...], 2023).

2.5.2 Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (COOCENCIPE)

A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis em Olinda (COOCENCIPE), foi fundada em 2016, está localizada no bairro Jardim Atlântico em Olinda, de acordo com informações na página da entidade no *Linkedin*. A instituição possui CNPJ, e atua junto à prefeitura municipal de Olinda em ações macro, como o carnaval e a limpeza da orla e com empresas de recepção de plásticos e alumínio.

Nas mídias sociais como *Facebook* e *X (Twitter)* a entidade apresenta volume de postagens até 2022 e seu site está desativado. Entretanto no Instagram, a entidade mostra maior robustez de atuação, divulgando as ações, formações e seleções de catadores.

A cooperativa é responsável por uma parte significativa dos reciclados de Olinda, porém o levantamento de Oliveira e Alencar (2022), referente a dados de 2017 aponta resultados insatisfatórios em torno da coleta seletiva do município de Olinda, tendo a coleta na área compreendida pela cooperativa, com resultado abaixo do esperado.

2.5.3 Associação de Povos Ciganos (ACIPE)

A Associação de Ciganos de Pernambuco (ACIPE) localiza-se no município de Paulista, no bairro de Jardim Paulista. Esta entidade representa povos de diferentes grupos ciganos historicamente marginalizados, e possuem registros históricos de sua chegada ao Brasil como degredados durante a colonização (Duarte; Zampa, 2023).

Mediante a dificuldade estabelecer acampamentos dado ao preconceito, aos poucos perderam suas características nômades a partir dos anos 70, entretanto, a população ainda mantém o idioma romani entre os familiares, mas o casamento entre não-ciganos também desafia essa cultura (Notaro, 2017).

Em 2015 ocorreu o primeiro encontro nacional dos povos ciganos para discussão de políticas públicas e acesso a direitos na Paraíba, fomentado pelo projeto de lei PL 248/2015 que defende a criação do Estatuto dos Povos Ciganos aprovado pela Comissão de Direitos

Humanos, e que aguarda aprovação da Câmara de Deputados Federais em 2022 (Brasil, 2015).

Segundo Notaro (2017), a ACIPE representa os povos ciganos pernambucanos perante o poder público e possui estatuto, e de acordo com o site da instituição o documento é aprovado em assembleia geral, a entidade possui assessoria jurídica para defesa de seus signatários e oferece diversas formações para promoção social, colaboratividade entre entidades do setor, relações internacionais, combate ao racismo e manutenção da cultura cigana.

2.5.4 Cooperativa Ecovida Palha de Arroz

A Cooperativa Ecovida Palha de Arroz localiza-se no bairro do Arruda no Recife-PE, transformando esses resíduos em produtos criativos, artesanatos recicláveis para venda na Feira do Bom Jesus aos domingos no bairro do Recife, segundo informações do site da Entres Solos: semeando conexões, plataforma digital desenvolvida em parceria com a União das Nações ONU pela sustentabilidade ambiental (Entre Solos, [2024]).

A entidade formada exclusivamente por mulheres transforma o material descartado em mobiliários residenciais e urbanos, artigos de decoração e utilitários para a casa, brinquedos e painéis sensoriais que também são divulgados na página da entidade, *@palhadearroz*, na mídia social Instagram e comercializados em parceria com a Secretaria da Mulher da Prefeitura do Recife na Feira nacional de arte em Pernambuco, a Fenearte (Cooperativa Ecovida Palha de Arroz, 2021).

De acordo com informações em suas mídias sociais, a instituição criada em 2013 pela catadora de recicláveis Aldilene Felix da Silva, foi formalizada em 2018 com apoio da Prefeitura do município. A cooperativa busca proporcionar protagonismo de suas 18 signatárias que reciclam cerca de 11 toneladas mensais de PET, Plástico, Papelão, Papel, Vidro, Isopor, Alumínio, para promoção de inclusão social, da economia verde e circular (Recife, 2021).

Desde 2016 a cooperativa atua em parceria com a Secretaria da Mulher e Secretaria Executiva de Inovação Urbana e no programa Recicla Mais para expansão de suas atividades e aquisição de maquinários. Em 2021 recebeu o título de Entidade de Utilidade Pública, tornando-se isenta de impostos municipais (Cooperativa Ecovida Palha de Arroz, 2021).

2.5.5 Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo (APPS)

A APPS, entidade sem fins lucrativos fundada em Recife, é atuante desde 2002. A organização surgiu a partir de ações de prevenção ao contágio pela Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), popularmente conhecida por HIV ou AIDS, em 1999, direcionadas a mulheres profissionais do sexo.

Segundo Lira (2006), motivada pelo crescente número de caso de HIV em mulheres a historiadora e ativista Fátima Vieira desenvolveu projeto de Prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis com profissionais do sexo no Recife. Nesse contexto, houve introdução de saberes sobre os direitos das prostitutas, pessoas em situação de alta vulnerabilidade social.

Em sua pesquisa sobre a organização política das profissionais do sexo, Lira (2006) aponta que o processo de formalização da Associação APPS bem como a construção do estatuto da entidade se deu com o apoio de profissionais do direito, da secretaria de saúde do Estado de Pernambuco e de lideranças representativas de profissionais do sexo de outros estados.

A atuação em prol da autoestima e do direito de se reconhecer como profissionais do sexo, teve uma nota pública, desenvolvida pela APPS e instituições parceiras divulgadas na revista Forum (Em Nota, 2013). Na ocasião, a entidade se manifestou em defesa da campanha institucional do Governo Federal e Ministério da Saúde que foi cancelada. O slogan da campanha “Sou feliz sendo prostituta, sou cidadã e só faço com camisinha” foi censurado, entretanto proporcionou debate na revista sobre o direito à felicidade.

Logo, além da representação de direitos das profissionais do sexo pernambucanas, segundo informações atuais na mídia social da entidade (*Facebook*) e site do Fundo Brasil, a associação também visa atender a demandas desse setor que versam desde incentivo a autoestima, acesso a conhecimento sobre saúde e prevenção a infecções sexualmente transmissíveis por atuação em redes de colaboração entre entidades do setor de todo Brasil, órgãos públicos federais, estaduais e municipais na busca por políticas públicas para o setor (Caminhas, 2020).

2.5.6 Associação Pernambucana de Cegos (APEC)

A Associação Pernambucana de Cegos, instituição sem fins lucrativos fundada em 1983 no Recife, Pernambuco. De acordo com o site da APEC (c2024), a entidade beneficente

e prestadora de serviços atua para oferecer oportunidades de inclusão social, acesso aos direitos humanos, e o preparo para oportunidades de trabalho às pessoas cegas, de baixa-visão e surdo-cegas.

Em 2012, no dia mundial do deficiente visual, a associação realizou em parceria com a Secretaria de Defesa Social (SDS) e a Biblioteca Pública de Pernambuco e demais entidades pernambucanas de assistência a pessoas cegas do estado o lançamento de dois livros de literatura da escritora Rosália Calsavara com acessibilidade em Braille, método de leitura por meio do tato desenvolvido pelo francês Louis Braille, em 1825 (Rocha, 1992).

O papel da APEC que visa a qualidade de vida de seus associados é evidenciado nos estudos de Belo (2015), por meio de relatos de mulheres cegas que se tornaram mães, assistidas pela instituição no enfrentamento à vulnerabilidade social.

Amparadas pela entidade as associadas obtiveram acesso a formação profissional, ao letramento em Braille, o apoio à inserção no mercado de trabalho, a conquista de autonomia por meio de instrumentos que viabilizam a locomoção, na busca por direitos sociais e a confrontação aos estigmas sociais.

A entidade proporciona formações profissionais e comercializa equipamentos tiflológicos necessários ao desenvolvimento intelectual a pessoas cegas e com baixa visão no ambiente educacional e laboral. Em parceria com o Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT) em 2016, a APEC captou recursos para realização de projeto de capacitação em informática para pessoas cegas e de baixa-visão e para o curso de massoterapia (Pernambuco, 2023).

Em 2016 a APEC foi declarada como instituição de utilidade pública pela câmara de vereadores do Recife, fator que proporciona redução de custos com impostos para a associação. Este reconhecimento se dá a partir da relevância da atuação da APEC em articulação com entidades do setor em todo estado, no Brasil e com entidades internacionais (Câmara Municipal do Recife, 2017).

2.5.7 Associação Pernambucana de Mães Solteiras (APEMAS)

A Associação Pernambucana de Mães Solteiras foi fundada em 1993 com o intuito de garantir direitos sociais a partir do acesso ao reconhecimento de paternidade, incentivos à guarda compartilhada e à pensão alimentícia. A entidade associativa de natureza jurídica privada foi fundada por Marli Márcia da Silva, bacharel em direito e presidente da instituição,

em detrimento de sua experiência materna e a dificuldade de ter a paternidade de sua criança reconhecida (Fundo Brasil, 2011).

De acordo com informações da APEMAS no site da entidade Fundo Brasil, organização mediadora entre instituições doadoras e instituições de defesa dos direitos humanos, o não reconhecimento da paternidade repercute o abandono na perspectiva social, moral e psicológica da criança.

Entretanto, o sofrimento como consequência deste desamparo estende-se à mãe solteira em forma de aviltamento da imagem pública da mulher oriundo de comportamentos sociais machistas e patriarcais a contrapelo ao direito da mulher em exercer sua sexualidade, seus direitos reprodutivos, à maternidade e sobre o próprio corpo (Galvão, 2020).

Entre 2006 e 2007 a entidade desenvolveu campanhas como “Ele é meu pai” na Região metropolitana do Recife e “Seja um pai legal – reconheça” em todo estado de Pernambuco em parceria com cartórios para promoção do reconhecimento voluntário, resultando em cerca de 6 mil registros de paternidade (Sindicato dos Oficiais de Registro [...], 2014).

Em 2008 a APEMAS conquistou por meio de reivindicações sociais ao tribunal de justiça a implementação da instrução normativa nº 012/2008 que define a gratuidade da emissão de certidão para reconhecimento de paternidade em Pernambuco (Fundo Brasil, 2011).

2.6 Experiências associativas no contexto da cultura popular pernambucana

A Globalização como expectativa de expansão capitalista desencadeou o aprimoramento de sistemas de informação potencializando a colaboração entre produtores e consumidores da informação, é resultante da expansão da comunicação remota (Bolaño, 1996).

Entretanto, esta mesma Globalização também é responsável pela ampliação das desigualdades quando o acesso à informação não se dá a partir das mesmas condições, quando a hegemonização dos meios de comunicação se submete e difunde os interesses do capital acentuando a exclusão dos inadequados a este sistema (Santos, 2012). Some-se a isso, a Globalização é quando o poder de barganha do mercado financeiro privilegia grandes empreendimentos e esmaga produtores locais, além do culto ao consumo que destrói potencialmente o meio ambiente.

A contrapelo aos interesses do capital, a participação social representa forças capazes de fazer frente a regimes ditatoriais em defesa do acesso à liberdade, à democracia, à autonomia e aos direitos sociais. Para além do direito a selecionar governantes, a participação social necessita se fortalecer como colaboração social com o intuito de desmonopolizar os campos dos modos de produção e do poder midiático para mitigar as consequências da globalização (Bordenave, 1994).

Por isso, a necessidade de se apropriar de tecnologias para proporcionar a geração de renda e então subsidiar o acesso a bens de consumo para o combate aos efeitos da marginalização das sociedades fomenta a colaboratividade social como estratégia de compartilhamento da informação e do conhecimento (Lassance Jr.; Pedreira, 2004; Silveira, 2004).

Para Lima *et al.* (2009), o intercâmbio de informações demonstra que os avanços tecnológicos rompem a hegemonia do trabalho material e consolida o trabalho imaterial tendo a colaboração como ferramenta estratégica no desenvolvimento social.

Entretanto, a colaboração social pode ser interpretada como a articulação de organizações governamentais, administrativas, pesquisadores e instituições sociais. De acordo com Lassance Jr. e Pedreira (2004), esse esforço coletivo em prol do desenvolvimento social tem como desafio coadunar os sistemas de informação, o acesso a equipamentos de *hardware* e o aprendizado digital que conformam as ditas tecnologias sociais.

Para Lassance Jr. e Pedreira (2004, p.68), as tecnologias sociais precisam superar as quatro fases; “viabilidade de criação”, “viabilidade técnica”, “viabilidade política e social” para garantir que a inovação de fato traga melhorias. Logo, as tecnologias sociais precisam de amplo engajamento de representantes sociais, customizar e reaplicar as tecnologias orientadas aos usuários de acordo com suas demandas específicas, a exemplo da transmissão de conhecimento.

As tecnologias sociais são capazes de mitigar barreiras geográficas quando proporcionam o acesso remoto à educação, ao viabilizar formação técnica por meio de cursos, capacitações, oficinas, fomenta a transmissão e reaplicação de saberes via reuniões virtuais, seminários, fóruns, bem como a comercialização de produtos em plataformas virtuais (Correa *et al.*, 2020).

Nesse intento, o desenvolvimento dos *softwares* livres é um exemplo de apropriação de saberes para produzir programas acessíveis que atendam as necessidades e demandas específicas de entidades de apoio e fomento à agricultura familiar, coletivos sociais,

associações, cooperativas que sempre estiveram à margem do alcance das ferramentas tecnológicas difundidas pelo capital (Silveira, 2004; Triana, 2014).

Todavia, a crise sanitária mundial em 2020 impulsionou a transformação digital que estava em curso, pois forçou a virtualização de identidades, a bancarização em massa devido às transferências de auxílios emergenciais (Barbosa, 2021). Com a virtualização de processos de seleções e editais governamentais e da iniciativa privada para o fomento à agricultura, à cultura, à ciência, à educação, aos direitos humanos, os sistemas de informação se consolidaram como elementos cruciais para a compartilhamento de informação e captação de recursos para todos os tipos de instituições sociais.

Adiante estão dispostas instituições associativas pernambucanas que atuam com pessoas em situação de vulnerabilidade social do setor cultural. Apesar deste setor representar cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, foi duramente impactado pela crise sanitária e segue com etapas de prospecção a ser alcançadas (Lima; Afonso; Ferreira, 2023).

2.6.1 Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura (ABMAM)

Localizada no agreste pernambucano no município Caruaru, a entidade sem fins lucrativos, busca promover o desenvolvimento socioeconômico da comunidade de artistas que utilizaram como matéria prima o barro e outros insumos. A ABMAM foi idealizada em 1981 pelos artesãos e é considerada relevante quanto à sustentabilidade econômica, bem como na qualidade de vida da comunidade (ABMAM, [19--]).

Apesar da influência da COMAVI - Cooperativa Mista dos Artesãos do Vale do Ipojuca LTDA fundada em 1982 e extinta em 1996, instituição que foi presente na comunidade apoiada pela Secretaria de Trabalho e Ação Social e que fornecia capacitações técnicas para os artesãos e estratégias de comercialização, a ABMAM surgiu por demandas estruturais, artísticas, culturais e sociais da comunidade (ABMAM, [19--]).

A partir da formatação de seu estatuto e sua constituição como pessoa jurídica em 1983 a entidade estabeleceu parcerias com o Banco do Nordeste adquiriu sede própria adquiriu terrenos, construiu espaços de lazer e de realização e eventos sociais e quadras esportivas, introduziu posto policial, posto de saúde, posto dos Correios e conquistou acesso a áreas ribeirinhas para extração de argila que é a matéria prima de seu artesanato de barro em parceria com a Prefeitura de Caruaru (ABMAM, [19--]).

Em 2012 a presidência da associação estimou a presença de 200 inscritos na entidade, porém Severino Barbosa, o gestor da época afirmou que o número de atendidos pela

instituição é três vezes maior (Holanda, 2012). Com o advento da FENEARTE a ABMAM em parceria com o SEBRAE oportunizou espaço para exposição das peças de artistas que não possuíam estandes para impulsionar visibilidade e geração de renda (Estarque, 2015).

Sobretudo, a casa de Mestre Vitalino transformada em museu em 1971 obteve o tombamento deferido em 2020 como uma das reivindicações da associação, mediante problemas estruturais que ameaçavam o acervo. Os problemas estruturais também são demandas das estruturas da ABMAM restringindo ações comunitárias (Tombamento [...], 2020; Silva, 2023).

2.6.2 Associação Metropolitana de Hip Hop em Pernambuco (AMH2PE)

Fundada em 2004 a partir de reuniões promovidas pelo orçamento participativo da Prefeitura do Recife, artistas das danças urbanas, mestres de cerimônia MCs, Disc Jockeys (DJs), grafiteiros e estudantes de sociologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco imersos na cultura Hip Hop (Associação Metropolitana [...], [2024?]; Barreto, 2004).

A Associação surgiu, para além da difusão musical, com o propósito de oportunizar a juventude em vulnerabilidade social, a formação da cultura Hip Hop nas periferias e nas unidades da FUNASE sobre os elementos na cultura Hip Hop em prol de uma cultura de paz, favorecimento da autoestima e de enfrentamento da vulnerabilidade social, propondo a arte como ferramenta para geração de renda (Associação Metropolitana [...], [2024?]).

A AMH2PE realiza eleições a cada triênio e há 20 anos executa anualmente o evento de difusão cultural e musical, o Polo Hip Hop com incentivo da Prefeitura do Recife. Reafirmado pela Lei municipal nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017 que determina critérios e consolida datas comemorativas estaduais (Pernambuco, 2017).

O principal evento desenvolvido pela instituição propõe visibilidade a cultura de rua na promoção das danças urbanas, o rap, DJs, MCs grafiteiros além de oferecer formação técnica de palco, e formação cultural dos elementos da cultura Hip Hop em escolas públicas na promoção da arte como oportunidade de geração de renda, além de apresentações musicais de artistas desse segmento cultural (Associação Metropolitana [...], 2020; Macambira, 2024).

2.6.3 Associação de Mulheres de Nazaré da Mata (AMUNAM)

A AMUNAM, fundada em Nazaré da Mata em 1988, representa a luta de mulheres em defesa da cidadania, de seus direitos sociopolíticos, pela ampliação da participação sindical,

pelo direito à vida e acesso à renda, e fomenta a formação educacional de mulheres, crianças, adolescentes e jovens dentre as quinhentas associadas (Lima, 2010).

Atuante em 53 municípios do Sertão do Pajeú até a Região Metropolitana do Recife, desenvolve trabalhos com crianças a partir dos 8 anos de idade, oferece formação para famílias, acompanhamento em parceria com escolas, poder público e sociedade civil como estratégia de enfrentamento à violência doméstica. Desde 1996 tornou-se alvo de pesquisas acadêmicas e conquistou diversos prêmios nacionais e internacionais (Guedes, 2014).

A entidade intensificou sua atuação após a demissão da fundadora Eliane Rodrigues em 1990, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, em detrimento de sua luta por participação das mulheres nos espaços de poder (Lima, 2010, p.49). A AMUNAM precisou alugar um novo espaço que posteriormente passou a pertencer a instituição com o apoio da Organização Não Governamental (ONG) italiana “*Mani Tese*”, da promoção de atividades sociais e de comerciantes da região.

Em 2001 a instituição recebeu a visita da Rainha da Suécia em ação pela ONG “*World Childhood Foundation*” (WCF) (“Fundação Infância Mundial”), em comitiva com políticos e grandes empresários (Childhood Brasil, 2011). Esta conexão social internacional de grande repercussão culminou na reforma do imóvel da AMUNAM proporcionada pelo Grupo Votorantim.

A entidade desenvolve ao longo de sua trajetória, projetos como; Crescer Sabendo no combate à violência doméstica; Mulher e Governança um desafio de Tod@s que propõe a afirmação das mulheres nos espaços de poder; Ponto de Leitura na promoção de incentivo e acesso à leitura por meio da disponibilização de biblioteca a sociedade; Estação Digital e Telecentro que oferece acesso e suporte tecnológico para o enfrentamento de entraves socioculturais, políticos e econômicos; Projeto Cultura é Coisa Nossa que envolve ações e formação cultural por meio do Maracatu Feminino Coração Nazareno; Projeto Chapéu de Palha de formação básica e de políticas sociais para mulheres trabalhadoras rurais; e a Rádio Comunitária Alternativa FM principal veículo de comunicação e de prospecção do protagonismo feminino, social e cultural da entidade (Associação de Mulheres [...], [19--]).

Em 2008 a AMUNAM tornou-se Ponto Cultura em parceria com o Governo Federal em detrimento das atividades culturais do Maracatu Feminino Coração Nazareno que envolve a formação musical e todo artesanato estruturante para os personagens dessa manifestação popular que na instituição abrange apenas mulheres, em contraponto a tradição de maracatus de baque solto que não permitiam a presença de mulheres dentre seus brincantes folgões (Associação de Mulheres [...], [19--]).

2.6.4 Associação Coletivo de Cirandas de Pernambuco

Entidade criada em 2019 a partir das dificuldades que artistas da linguagem artística ciranda possuíam de se inserir nas oportunidades de apresentações nos eventos sazonais de Pernambuco como os ciclos natalino, junino e carnavalesco do Governo do Estado e das prefeituras (Melo, 2024).

Nesse contexto, cirandeiros e cirandeiras de diversas regiões do estado se uniram em prol de reconhecimento marcando presença em reuniões com o poder público municipal e estadual. Os encontros culminaram na criação do Dia Estadual da Ciranda com apoio da Assembleia Legislativa pernambucana, a Lei nº 77/2019 assinada pelo então governador Paulo Câmara institui o dia 10 de maio em homenagem ao aniversário do saudoso Mestre Antônio Baracho, o grande precursor da ciranda em Pernambuco para incentivo da prática cultural da ciranda e transmissão de saberes (Iglesias, 2019; Papo [...], 2023).

Com o reconhecimento da ciranda como patrimônio imaterial do Brasil pelo IPHAN em 2021, ampliou-se as chances de visibilidade para este segmento cultural (Ciranda [...], 2021). A Associação Coletivo de Cirandas de Pernambuco tem como sede o espaço cultural do Ponto de Cultura Clube Carnavalesco Misto Reisado Imperial para compartilhamento da sede localizada na Rua Arapixuna, no bairro da Bomba do Hemetério, Recife-PE.

A associação atua com artistas da ciranda do litoral ao agreste pernambucano e desenvolve encontros, mostras, reuniões quadrimestrais, desenvolve e participa de projetos para promoção da visibilidade, reconhecimento de cirandeiras e cirandeiros e está em fase de regulamentar sua representação jurídica própria (Melo, 2024).

Em 2023 o coletivo desenvolveu o projeto Papo de Ciranda aprovado pelas leis de incentivo estaduais. Na ocasião, a entidade celebrou o título concedido à ciranda de Patrimônio Imaterial do Brasil, pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o IPHAN. O projeto gravou podcasts e videocasts com 12 cirandeiros e cirandeiras associados para produção de conteúdo digital e difundiu em plataformas de streaming e mídias sociais entrevistas sobre a vida e obra desses artistas ('Papo de Ciranda' [...], 2023).

2.6.5 Associação de Maracatus Nação de Pernambuco (AMANPE)

A AMANPE é uma associação privada que abarca grupos e maracatu nação ou comumente conhecidos como maracatu de baque virado, pela essência da matriz étnica negra, da religiosidade afro-brasileira e marcante participação dos instrumentos percussivos alfaias.

A instituição surgiu em 2009 com o objetivo de salvaguardar e ampliar as oportunidades de difusão cultural para mestres maracatuzeiros de todo estado.

Citada no Inventário Nacional Referências Culturais (INRC) do Maracatu Nação, a associação se ocupou de demandas referentes à busca por oportunidades de participação dos grupos de maracatu de baque virado no ciclo carnavalesco de municípios e do estado para viabilizar a captação de cachês para seus associados (Inrc, [2013]).

Ainda no INRC a entidade colaborou com sugestões da criação da Casa do Maracatu, como espaço para salvaguarda da memória, apresentações, comercialização de produtos do coletivo e da associação, espaço para transmissão de saberes e formações para fomento da sustentabilidade da manifestação cultural patrimonializada pelo IPHAN em 2014.

No processo de inventário do maracatu nação, a participação dos brincantes e representantes dos grupos assistidos pela AMANPE exigiu perseverança. Segundo Oliveira e Albernaz (2016), a entidade foi o principal meio de legitimação da adesão dos maracatuzeiros com vistas à patrimonialização do brinquedo popular, além de mediar e a compreensão desse processo entre o poder público e os fazedores de cultura.

No Plano de Salvaguarda dos Maracatus Nação, a AMANPE apresenta a formatação de gestão com destaque para o encontro de maracatuzeiros e pesquisadores. Este formato proporcionou a captação de recursos de fomento à cultura para a instituição assim como buscou mitigar a competitividade entre os grupos para desenvolver o trabalho colaborativo (IPHAN, 2023).

2.6.6 Associação Maracatu Baque Solto (AMBS)

O maracatu de baque solto ou maracatu de orquestra é original da zona da mata pernambucana. As tradições afro-indígenas se apresentam desde as referências religiosas na jurema sagrada aos instrumentos de sopro, gola, surrão dentre outras vestimentas e apresentações do cortejo dos folgazões, brincantes do maracatu rural (Souza, 2023; Silva, 2020).

A Associação de Maracatu de Baque Solto foi fundada no município de Aliança-PE em 1989 pelo Mestre Salustiano, grande artista do maracatu, do cavalo-marinho e rabequeiro. A entidade de natureza privada começou com 12 grupos associados, em 2013 durante o período de inventariado para defesa da patrimonialização desse bem cultural, somavam 115 grupos de maracatu pernambucanos (IPHAN, 2013).

O processo de patrimonialização do maracatu de baque solto expôs as demandas que a associação enfrenta perante seus associados. No INRC do Maracatu de Baque Solto desenvolvido em 2013 foi consolidada a descrição do processo de interação com os brincantes e as inquietações dos representantes dos maracatus.

O papel mediador da AMBS em realizar escutas para fins de patrimonialização, bem como os desafios da captação de recurso, da elaboração e submissão de projetos e da formação de multiplicadores de atividades técnicas para sustentabilidade da instituição são desafios que entrecruzam interesses capitalistas do mercado cultural do qual muitos maracatus se recusam a participar em detrimento de suas relações com o sagrado indissociável do maracatu rural.

O associativismo cultural no maracatu de baque solto tem como público-alvo, uma sociedade de brincantes populares que priorizam a sobrevivência em detrimento do capital, não se dobra facilmente a padronização da indústria cultural, que enfatiza agradar suas entidades religiosas e que se contrapõe a exploração da “mais valia” dos engajados na manifestação cultural (Holanda, 2011).

A AMBS realiza festivais e ações culturais durante o ciclo carnavalesco no terreiro que homenageia Lêda Alves em Aliança-PE e no Parque Ilumiera Zumbi em Olinda-PE. A associação desenvolve e interage com outros projetos de festivais da região como estratégia de geração de renda para os maracatus e seus para além do carnaval.

2.6.7 Rede Nacional das Produtoras Culturais Colaborativas

As produtoras culturais colaborativas atuam nas cinco regiões do Brasil desde o início do século XXI. Este modelo de interação social proposto pelas produtoras buscou mitigar desigualdades sociais sob o prisma do acesso tecnológico fomentando parcerias entre instituições públicas, privadas, não-governamentais, com coletivos, indivíduos e comunidades culturais de diversos segmentos (Gama; Cunha; Jatobá, [2014]).

Com o desenvolvimento da política pública de formação de pontos cultura em todo Brasil na primeira década do século XXI, inicia-se os primeiros passos para o desenvolvimento dos grupos de Produtoras Culturais Colaborativas, incentivados pela difusão dos softwares livres como ferramenta de inclusão social e cultural para a sociedade em rede como enfrentamento a segregação consequência do capitalismo informacional (Bentes, 2009; Castells, 1999).

Além disso, as Produtoras Colaborativas atuaram nas instituições apoiadas pelo Programa Cultura Viva sancionado pela presidência da república em 2014, como apoio estratégico a essas entidades e indivíduos assistidos e em processo de organização para sustentabilidade ao trabalho imaterial, por caminhos cada vez mais abreviados na redução de distâncias propostas pelas redes virtuais (Brasil, 2014; Lima *et al.*, 2009).

Em 2015 as entidades colaborativas foram declaradas como tecnologia social a partir do processo de certificação pela Fundação Banco do Brasil. Nessa perspectiva, a formatação da rede de Produtoras Culturais Colaborativas se consolidou e vem ampliando debates em encontros municipais, estaduais, regionais e nacionais em torno de implementação políticas públicas federais, estaduais e municipais, acompanhamento de recursos para o setor cultural e social, disseminando conhecimentos, tecnologias e arranjos sociais (Instituto Intercidadania, 2015).

A experiência da atuação da produtora cultural colaborativa Colaborativa.PE no desenvolvimento de ações para seis pontos cultura, um cineclube e um centro de manutenção para equipamentos tecnológicos na região metropolitana do Recife, experimenta, como modelo de gestão a convergência de propósitos sociais e o compartilhamento de saberes e infraestruturas desenvolvido a partir de 2006 no Quilombo Sopapo, eixo estruturante das produtoras culturais colaborativas (Foletto, [200-]).

Nesse cenário, a Colaborativas.PE com 10 anos de experiência, implementa o princípio da autogestão, colaboração, institucionalidade e formação, tendo como um dos principais desafios mitigar, como classifica Luna (2017, p.42) de “ilusão de participação” e “simulacros de participação”, interferências nocivas ao desempenho em entidades pautadas no bem comum por privilegiar interesses particulares.

2.7 Experiências associativas no contexto da agroecologia e produção orgânica

De acordo com a *Food and Agriculture Organization* (FAO), a agroecologia é a principal ferramenta para debelar a fome (Nações Unidas Brasil, 2015). Nesse contexto, Altieri (2010) afirma que a diversificação de culturas e a adoção de técnicas de desenvolvimento agroecológico orientado ao ecossistema são bem mais produtivas que a agricultura em larga escala proporcionalmente.

Neste cenário, o desenvolvimento da agroecologia brasileira tem ocorrido a partir de redes de colaboração que abrange entidades associativas, instituições públicas, entidades de

fornecimento de apoio técnico, de formação para desenvolvimento de processos agrícolas e de autogestão e de manejos em detrimento do meio ambiente, para sustentabilidade e melhoria da qualidade da produção.

A participação nas redes colaborativas necessita de atendimento a critérios como; não haver exploração do trabalho, repressão política ou cultural; a adesão a políticas de preservação do meio ambiente; o compartilhamento do excedente da produção; e ter iniciativa em autogestão para colaboratividade e cooperatividade (Mance, 2002).

Para Mance (2002, p. 01), as redes de colaboração são cruciais para confrontar “padrões e processos hegemônicos mantenedores do capitalismo avançando para a construção de uma globalização solidária”, a partir do engajamento social e combinação de forças políticas, econômicas e culturais.

Diante dos desafios impostos pelas características do semiárido brasileiro, destacam-se tecnologias sociais propostas por instituições colaborativas dispostas a seguir que representam soluções customizadas para a realidade de comunidades heterogêneas. Dentre elas a cisterna-calçadão, os fogões agroecológicos e o biodigestor sertanejo, soluções com o modo de reaplicação detalhadamente e didaticamente repassado para o êxito do produto e ampliação de aproveitamento de espaços.

2.7.1 Centro Sabiá

A organização não-governamental (ONG) Centro Sabiá, fundada em 1993, tem como missão o desenvolvimento da agroecologia por meio de suporte técnico para a agricultura familiar no nordeste brasileiro. Com sede em Recife-PE, a entidade associativa de direito privado sem fins lucrativos formada por agricultores e técnicos do setor agrícola abrange todas as regiões do estado (Pires, 2021).

Sob os princípios da agroecologia a entidade proporciona ações formativas no âmbito da agricultura agroflorestal para promover um exemplo de desenvolvimento sustentável no ambiente rural a partir de cinco eixos temáticos; Agrofloresta, Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), Economia Territorial e Camponesa, Agroecologia e Direitos Humanos e Incidência Política (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, c2021b; Silva; Sousa, 2016).

Sob a temática da Agrofloresta, o Centro Sabiá desenvolve Tecnologias sociais para convivência com o semiárido, propondo estratégias para enfrentar as mudanças climáticas, fortalecer a soberania e segurança alimentar e nutricional para seu núcleo de atuação, a

preservação das biomas e recursos naturais para conservação e ampliação da biodiversidade (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, c2021a).

As tecnologias sociais de promoção aos sistemas de produção e compartilhamento de informações e conhecimentos são fundamentais para reeducar a sociedade para novas formas de manejo agrícola como redução de danos à saúde e ao meio ambiente (Arsky, 2020). Logo, as capacitações na agricultura familiar denominada como “educação processual”, por Gonçalves e Fontgalland (2021), buscam mitigar os prejuízos causados pelo uso de agrotóxicos ao meio ambiente, aos produtores rurais e os consumidores, por meio de estratégias de sustentabilidade em consonância com cada ecossistema.

Apesar da atuação nacional, o Centro Sabiá está presente em cerca de 75 municípios pernambucanos, e além de oferecer suporte técnico a produção também incentiva o beneficiamento de produtos agroecológicos e a comercialização. Esta abordagem pautada na diversidade produtiva tem gerado postos de trabalho, combatido o êxodo rural e proporcionado aumento da produtividade em detrimento da sazonalidade para viabilizar ao produtor a oferta de produtos aos consumidores das feiras agroecológicas e mercados comuns com maior regularidade (Pires, 2021).

Em parceria com coletivos, cooperativas e associações de agricultores familiares do semiárido desenvolve projetos frente a programas federais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e promove feiras agroecológicas para difusão da produção, sendo atualmente 29 pontos em todo estado, tendo a região metropolitana do Recife (RMR) a área com maior concentração com 10 pontos de feiras (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, c2021b).

Destaca-se o incremento das feiras orgânicas desde a pesquisa de Gonçalves (2021, p. 07), com dados de 2018 do Centro Sabiá, que contabilizaram “12 feiras agroecológicas”, e as informações dispostas no site da instituição da atualidade que registra a incidência de 29 feiras agroecológicas, resultando um salto de 240% no número de espaços de comercialização de produtos oriundos da agroecologia familiar, com acesso à geolocalização, endereços e horários das feiras (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, c2021a).

As feiras orgânicas representam um dos cases de sucesso da instituição, constituídas a partir de um ciclo de programas implementado com apoio das redes de colaboração e direcionadas materialização, conexão, visibilidade e geração de valor de toda cadeia produtiva que envolve agricultores familiares, técnicos, ONGs, poder público por meio dos programas; Agrofloresta e Economia Solidária; Convivência com o Semiárido e Sustentabilidade; Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial; Direitos Humanos e Agricultura Familiar

Camponesa; Comunicação para Mobilização Social e Gestão e desenvolvimento Institucional (Silva; Sousa, 2016).

As redes de colaboração em consonância com o Centro Sabiá são eixos estruturantes dos resultados da instituição. A entidade apoia sua rede de colaboração nas relações de ligação referente às parcerias com outras ONGs do mesmo campo, nas relações de participação relacionadas a comissões institucionais, comitês federais, estaduais e municipais do setor e nas relações de filiação alusivo à sua participação na Associação Brasileira de ONGs (Gonçalves; Fontgalland, 2021).

2.7.2 Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)

Em 1999 surge a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que é uma rede colaborativa determinada a proporcionar o armazenamento de água, o provimento de sementes, incentivo à produção de alimento, a criação de animais e a adaptação à terra respeitando o ecossistema do semiárido brasileiro (Associação Programa [...], 2011).

Com sede em Pernambuco, a entidade capta recursos, milita na gestão e desenvolvimento por políticas públicas para convivência no semiárido, realiza obras de infraestrutura, promove o protagonismo e o intercâmbio de conhecimento entre agricultores e entidades da rede para trazer dignidade à sociedade, frente às condições naturais do sertão por meio da sustentabilidade (Galindo, 2023).

A representação territorial corresponde ao semiárido brasileiro, que representa 12% do território nacional, atendendo 1262 municípios. Apesar da suscetibilidade desse território a eventos climáticos extremos que provocam longos períodos de estiagem, o semiárido brasileiro é o de maior índice pluviométrico no mundo (Galindo, 2023).

A contrapelo, destaca-se a histórica concentração de terras e de poderes oligárquicos na região a lograr dividendos com a famigerada indústria da seca, em detrimento do uso do discurso de fatores climáticos como único entrave ao desenvolvimento local (Peres, 2017).

Formada por mais de três mil organizações associadas dentre ONGs, OSCIPs, associações, cooperativas, a ASA atua em dez estados envolvendo todo o nordeste e o estado de Minas Gerais (MG). Atua em cerca de dezesseis fóruns de políticas públicas e desenvolve quatro programas há vinte e cinco anos no semiárido brasileiro (Associação Programa [...], 2011; Galindo, 2023).

O programas desenvolvidos pela rede; o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), o Programa Cisternas nas Escolas e o Programa

de Manejo da Agrobiodiversidade possuem dinâmicas sistematizadas de curadoria para seleção das famílias beneficiadas, a consulta das demandas e realidades das comunidades durante o processo de formação técnica e educacional para o uso adequado do beneficiamento, além de desenvolver o entendimento da participação nos eventos das redes de colaboração e protagonismo social como peça fundamental para a ascensão econômica dessas indivíduos e entidades (Associação Programa [...], 2011).

No contexto do semiárido pernambucano, o uso de cisternas reduz em cerca de 73% os casos de diarreia (Luna, 2011). Diferente das cisternas tradicionais implantadas no semiárido que coletam água da chuva dos telhados das edificações para consumo humano, no Programa P1MC as cisterna-calçadão propõe-se a armazenar 52 mil litros de água, melhoram o acesso a água de 1,3 milhões de pessoas e para fomentar os quintais produtivos dispostos a criação de animais de pequeno porte, plantas medicinais, alimentos e a venda do excedente (Arsky, 2020).

Certificada pela Fundação Banco do Brasil em 2011, a cisterna-calçadão funciona a partir da captação mínima de 350 milímetros de chuva ao ano, a estrutura de 1,8 m de altura por 7 m de diâmetro ligada a um calçadão de 200 m², acolhe e protege a água da evaporação. Este projeto, que já beneficiou cerca de 6200 famílias em todo semiárido, pode captar água suficiente para garantir a segurança alimentar e nutritiva das famílias durante longos períodos de estiagem (Diaconia, 2015).

A culminância dos resultados obtidos pela instituição apresenta-se em catorze prêmios conquistados ao longo de sua atuação, cerca de 25 publicações de livros em português, espanhol e inglês sobre o desenvolvimento dos programas institucionais, além de fascículos do periódico institucional, O Candeeiro, com 17 anos de registros mensais dos relatos de experiências de agricultores e entidades em decorrência da atuação em parceria com a rede (Associação Programa [...], 2011).

2.7.3 Diaconia

A organização social sem fins lucrativos conhecida como Diaconia, foi fundada em 1967 e tem sede no Recife-PE. A entidade de inspiração cristã reúne em sua diretoria representantes de 11 diferentes congregações religiosas protestantes e tem como meta a defesa dos direitos humanos, equidade de gênero e promoção da justiça social em territórios urbanos e do semiárido nordestino (Diaconia, [2024]).

A partir de atuação com mulheres, jovens, trabalhadores rurais, comunidades, igrejas, organizações não governamentais, entidades de fomento e de apoio técnico agrícola, a Diaconia contribui para a implementação de políticas públicas para população em vulnerabilidade social para a conquista da cidadania (Diaconia, 2024).

A Diaconia utiliza seu site para apresentar e difundir seu acervo e atividades. Nesse sistema de informações composto por sete categorias é possível acessar informações institucionais, posts e vídeos conectados à página do YouTube da instituição, publicações, além de manuais de políticas institucionais, relatórios, balancetes, auditorias disponíveis para consulta (Diaconia, [2024]).

A Diaconia conquistou entre 1999 e 2016 alguns prêmios a partir da sua gestão e desenvolvimento de projetos como o biodigestor e banheiro redondo promovidos por entidades federais de fomento como Caixa Econômica e Fundação Banco do Brasil, Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco (SECTI), Fundação de Amparo a Ciência de Pernambuco (FACEPE), além da Revista Super Interessante (Diaconia, [2024]).

Dentre os destaques, o biodigestor sertanejo consiste em tecnologia social para população do semiárido que aproveita o esterco animal para transformação de gás metano (CH₄). A Diaconia oferece formação técnica para construção e manutenção do equipamento de 1,80 m de altura por 1,70m, formado por placas de cimento que comporta um recipiente onde o esterco se mistura com água para digestão de bactérias (Associação Programa [...], 2011).

O gás concebido pelo biodigestor abastece fogões convencionais eliminando custos com gás de cozinha, reduzindo o desmatamento para produção de carvão e o contato com a fumaça do carvão prejudicial à saúde respiratória. Para o consumo diário residencial são necessários 20 quilogramas de esterco e 10 litros de água por dia, logo, a valorização do esterco contribui para a sanitização do gado pois diminui a incidência desse produto exposto a insetos (Parente, 2015).

O site da Diaconia apresenta acesso a informações institucionais e sobre a prática de execução dos projetos, amplo acervo de materiais de campanha de seus projetos, manuais de políticas institucionais, relatórios anuais das ações realizadas, balancetes, relatórios de auditorias disponíveis para consulta.

Em sua trajetória tem desenvolvido tecnologias sociais na perspectiva da agroecologia para convivência com o semiárido em projetos com a colaboração de incentivadores como a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), ASA, Casa da Mulher do Nordeste, Fundo Socioambiental Caixa, *BROT Für Die Welt*, *Svenska Kyrkan Internationellt Arbete*,

EML Hermannsburg Partner in Mission, Programa Prorural, Governo do Estado de Pernambuco e Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

2.7.4 Casa da Mulher do Nordeste

A Casa da Mulher do Nordeste (CMN) surgiu no final dos anos 70 em Pernambuco como organização feminista direcionada a promoção da autonomia econômica, a sustentabilidade agroecológica e a formação política sobre gênero e classe, democracia, justiça social, cidadania, transparência, respeito a diversidade e ética no enfrentamento à vulnerabilidade social de mulheres (Casa da Mulher do Nordeste, 2018; Santos, 2020).

Frente a delimitação de atuação da entidade, o fomento à auto-organização de mulheres é um caminho para unir a relevância dos conhecimentos e vivências trazidos pelas mulheres, aprimorados para que estes indivíduos possam conquistar espaços de protagonismo político e social (Funari; Pereira, 2017).

Os registros das atividades presenciais da CMN são difundidos em sua rede social e no site da instituição. Em primeiro plano o site apresenta menu com 5 categorias que dão acesso a descrição da entidade, acesso a documentos institucionais, canal de doações e contato. Passíveis de maior destaque, as subcategorias dispostas neste sistema de informação permitem que o usuário conheça editais, posts, publicações de seu periódico “Ô de Casa” e maiores informações sobre os projetos (Casa da Mulher do Nordeste, [2024?]).

Com sede em Recife e polos de atuação em Afogados da Ingazeira-PE e no sertão do Pajeú, a CMN desenvolve simultaneamente a consciência de gênero e a sustentabilidade ambiental por meio de formações, projetos, campanhas, ações e desenvolvimento de tecnologias sociais, com o objetivo de mitigar as consequências do modelo econômico capitalista (Casa da Mulher do Nordeste, [2024]).

Na esfera ambiental a CMN atua na promoção de segurança alimentar, criação de espaços para quintais produtivos, economia e aproveitamento de alimentos, criação de hortas e de plantas medicinais sem agrotóxicos, o manejo ambiental sustentável, projetos de convívio do semiárido que são alternativas de geração de renda para fomento da autonomia econômica das mulheres (Casa da Mulher do Nordeste, 2019).

Nesse contexto, a entidade desenvolveu com apoio de agricultores do Pajeú o fogão agroecológico, projeto foi premiado pela Fundação Banco do Brasil em 2017. Na perspectiva de otimizar o uso da lenha e reduzir a incidência de fumaça, da fuligem e consequentemente os problemas respiratórios nas residências do semiárido, problemas que atingem

especialmente as mulheres como efeito da divisão sexual do trabalho (Casa da Mulher do Nordeste, 2017).

Com base no feminismo e na igualdade racial, a CMN se preocupa em difundir informações, conhecimentos, valores sociais e culturais em contraposição às consequências do patriarcado para incentivar a criação e ampliação de políticas públicas de promoção da qualidade de vida para mulheres (Costa, 2014; Santos, 2020).

Em parceria com a Diaconia, a CMN realizou em 2002 curso para formação básica de pedreira em Afogados da Ingazeira-PE, para mulheres se tornarem mais independentes de mão de obra em pequenas construções permitindo que estas construíssem suas próprias cisternas. Em parceria com a ASA participou do projeto Mulher & Vida Rural e do projeto de quintais produtivos agroecológicos para construção de novas narrativas contra a desigualdade social e de gênero no semiárido, bem como fortalecer a segurança alimentar (Costa, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Há várias maneiras de classificar as pesquisas científicas. Neste TCC, a pesquisa é apresentada com base em Gil (2007), com relação aos seus primeiros três aspectos: a natureza da pesquisa, os objetivos e a abordagem.

Quanto à natureza, esta é uma pesquisa aplicada, pois visa resolver um problema real do setor informal de produção e venda de tapioca. Quanto aos seus objetivos, se caracteriza em uma pesquisa descritiva, pois visa a descrição das características das organizações associativistas e o mapeamento de experiências associativas em contextos de vulnerabilidade social.

E quanto à abordagem da avaliação, a pesquisa é qualitativa, as informações e as evidências foram coletadas basicamente de fontes documentais por meio de sites, mídias sociais, blogs, notícias jornalísticas e fontes bibliográficas.

A coleta de dados foi realizada no período de novembro de 2023 e abril de 2024 em duas etapas. A primeira consistiu em identificar experiências associativas em contextos de vulnerabilidade social na plataforma *Google*, utilizando operadores booleanos a partir dos termos “associação sem fins lucrativos AND Pernambuco AND reciclagem AND pessoas com deficiência AND cidadania AND cultura popular pernambucana AND agroecologia AND semiárido pernambucano”. A definição do termo de busca considerou a inclusão dos termos reciclagem, pessoas com deficiência, cultura popular e agroecologia e semiárido por essencialmente representar a grupos sociais reconhecidamente fragilizados socialmente e economicamente, assim, também inseridos no contexto de vulnerabilidade social. A partir da recuperação das informações, convencionou-se nessa pesquisa classificar o levantamento em experiências associativas no contexto de vulnerabilidade social

A partir desses resultados preliminares foi realizada uma busca criteriosa para selecionar as entidades trazidas pelo buscador, desde que se enquadrassem no escopo da pesquisa. A partir desse levantamento, as 19 entidades selecionadas foram pesquisadas individualmente no *Google*, no *Google Acadêmico* e nas mídias sociais como *Facebook*, *Instagram*, *Linkedin* e *Twitter* para organização de informações.

Dessa forma, a pesquisa analisou o potencial do associativismo a partir de experiências consolidadas de associações, algumas com atuação de repercussão nacional, localizadas no Estado de Pernambuco, para a conformação de modelo de gestão de negócios para trabalhadores autônomos que atuam na economia informal.

A segunda fase da coleta dos dados foi realizada por meio de análise da literatura visando identificar as características das associações que podem se adequar na formação das trabalhadoras autônomas tapioqueiras que atuam na economia informal de produção e venda de tapioca e na conformação da associação Maria de Oliveira, objeto deste estudo.

Na análise e interpretação dos resultados se fez uso da técnica Análise de Conteúdo, conforme delineado por Bardin (2011). Esta técnica consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos destinados à descrição do conteúdo das mensagens. Esta escolha segue também a orientação de Oliveira (2008), que reconhece a análise de conteúdo como propícia para estudos que demandam uma exploração profunda de conteúdo dentro de contextos sociais ou áreas científicas bem definidos.

O procedimento metodológico seguiu três etapas, conforme delineado por Bardin (2011): a pré-análise, que envolveu a organização inicial e a sistematização do material; a exploração do material, fase na qual o conteúdo foi minuciosamente examinado e categorizado; e, por fim, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Essas etapas se estruturaram desde a revisão bibliográfica até a interpretação, porque fundamentam a rigorosidade analítica necessária para assegurar a confiabilidade dos resultados e a validade das interpretações, permitindo que conclusões substanciais sejam extraídas e possam contribuir significativamente para a compreensão do fenômeno investigado.

Assim, a pré-análise, a sistematização e a exploração do material se concentraram nas três perspectivas teóricas que se dedicaram cada qual em enfatizar determinados atributos do associativismo – capital social, sociedade civil e movimentos sociais. Desse modo, o conteúdo foi minuciosamente examinado e categorizado pressupostos fundamentais para a sustentabilidade de instituições associativas dedicadas a prospectar ofício e rentabilidade de trabalhadores em vulnerabilidade social como objeto social de atuação; à forma associativa; ao tema central do debate público que a associação influencia; ao seu principal capital social; ao movimento social que promove ou apoia; e, por fim, às práticas sociais, políticas e ou valores que a associação promove .

4 RESULTADOS E ANÁLISE

Nesta etapa da pesquisa o levantamento de instituições associativas responde os objetivos da pesquisa, apresentando, primeiro, uma síntese das iniciativas em contextos de vulnerabilidade social, da cultura popular pernambucana e na agroecologia e produção orgânica, a partir de informações obtidas em sites, mídias sociais e em produções bibliográficas.

Em seguida, descreve as categorias que expressam as principais características das experiências associativas e que podem servir de base para as tapioqueiras do Recife.

4.1 Experiências de associativismo de trabalhadores em contextos de vulnerabilidade social

A partir do levantamento de entidades associativas dos setores social, cultural e agroecológico, comprometidas com o enfrentamento da vulnerabilidade social, a construção de uma tabela para identificar as entidades facilita a observação do panorama atual.

Quadro 1 - Identificação das experiências associativas

Instituição	CNPJ	Fundação	Endereço	Público-alvo que atende	Meios de informação	Publicações e pesquisas
(ATAA)				Tapioqueiras do Alto da Sé em Olinda-PE	Fone: Email: Site: Mídias Sociais:	Miranda, 2011; G1, 2017; Siqueira, 2021; Diário de Pernambuco, 2023a
COOCENCI PE	23.236.866/0001-00	2016	Rua, Escritor Ramos de Almeida, 568 Galpão B, Jardim Atlântico Olinda-PE, CEP:53060-000	Catadores de materiais recicláveis	Fone: (81) 99658-4497 (81) 3432-4751 (81) 99965-8449 (81) 3034-8639 Mídias sociais: X, , Facebook, LinkedIn	Oliveira, 2022; Tribunal de Justiça do Trabalho, 2023
ACIPE			Rua 110 n 180. Bairro, Jardim Paulista	Povo cigano de Pernambuco	Blog: https://ciganosdepernambuco.blogspot.com/p/sobre.html Mídias sociais:	Duarte, 2018; Notaro, 2017; Brasil, 2015

			baixo. Cep:53.407-300.		Facebook	
PALHA DE ARROZ	32.175.49/0001-87	2018	Avenida Professor Jose dos Anjos 4100 Campo Grande Recife PE CEP:52041-740	Catadoras e artesãs de materiais recicláveis	Fone: 81) 99420-3464 (81) 98768-3227 (81) 98560-5890 Email: palhaarroz77@gmail.com Mídias sociais: Facebook, @palhadearroz	Campos, 2021; Entre Solos [2024]; Recife, 2021; Revista Easy Coop 33, 2021
APPS	05.478.583/0001-8	2002	Rua Gonzaga Maranhao 506 A, Prazeres, Jaboatão dos Guararapes -PE CEP:54325-640	Profissionais do sexo, gênero feminino	Fone: (81) 8647-1745 /9987-4680 E-mail: appsrecife@ig.com.br	Ministério da Saúde, [2024]; Fundo Brasil, 2008 Lira, 2006
APEC	08.960.767/0001-74	1983	Rua Conselheiro Silveira de Souza, 85 - Cordeiro, Recife - PE, CEP:50721-17	Pessoas cegas e com baixa visão	Fone: 3227-3000/3366-3101 Email: apec@apecnet.com.br; @apecpe Mídias sociais: Facebook Mapa Cultural de Pernambuco	Apec, [2024]; Rocha, 1992; Recife, 2017; Pernambuco, 2023.
APEMAS	41.231.416/0001-06	1993	Rua Vasco da Gama, 925, Casa Amarela Recife-PE CEP:52081-030	cidadania para mães solteiras e inclusão social dos filhos	Fone: (81) 3267-8237 Mídias sociais: Facebook Youtube	Fundo Brasil, 2011; Galvão, 2020; Recivil, 2014
ABMAM	11.473.204/0001-66	1984	Rua Mestre Vitalino, 107, Alto do Moura, Caruaru-PE CEP: 55034-040	Artesãos do barro do Alto do Moura em Caruaru-PE	Fone: (81) 3722-0383 (81) 99680-0211 Email: aabmamaltodomoura@gmail.com Mídias sociais: @abmamassociacao Facebook	ABMAM, [19--]; Estarque, 2015; G1, 2020; Silva, 2023
AMH2PE	08.240.464/0001-8	2006	Rua Silveira Lobo, 32,	Grafitistas, dançarinos, Músicos, DJs,	Fone: Email: amh2pediretoria@gmail.com	Prosas, [2024]; Barreto, 2004; Pernambuco,

			Caixa postal 329, Poço da Panela, Recife, PE CEP: 52061-030,	e difusores de conhecimento.	Mídias sociais: Facebook @amh2pe Youtube	2017; Cultura.PE, 2020; Macambira, 2024
AMUNAM	12.813.26/0001-90	1988	Rua Cel. Manoel Inácio, 129, Centro - Nazaré da Mata-PE, CEP: 55800-000	Lutar pelos direitos, desejos, sonhos das mulheres e para o enfrentamento da violência doméstica contra mulheres, crianças, adolescentes e jovens.	Fone:(81)3633-1008 E-mail: amunam1988@gmail.com Site: http://www.amunam.org.br/ Mídias sociais: Facebook @ong_amunam Rádio: Rádio Alternativa 87.7 FM - Nazaré da Mata / PE - Brasil	Lima, 2010; Guedes, 2014; Childhood Brasil, 2011; AMUNAM, [2024]
COLETIVOS DE CIRANDA PE		2019	R. Arapixuna, 133 - Bomba do Hemetério, Recife - PE, CEP: 52211-010	Grupos de ciranda da Zona da Mata e da região metropolitana de Recife	Fone:(81) 98810-3998 Email: associacaocoletivodecirandaspe@gmail.com Mídias sociais: @coletivodecirandaspe Youtube	Diário de Pernambuco, 2023b; Melo, 2024; G1, 2021; Iglésias, 2019
AMANPE	11.188.966/0001-10	2009	Avenida Dantas Barreto, 564 Sala 702 Edf. Inalmar Santo Antônio, Recife - PE CEP: 50010-923	Salvaguarda e difusão cultural de artistas e grupos do maracatu do baque virado	Fone:(81) 98774-4454 Email: amanpe10@bol.com.br Mídias sociais: Facebook @amanpebr	Guillen, 2013; IPHAN, 2013; Oliveira e Albernaz [2015];
AMBS	12.813.33/0001-19	1989	Rua do Rosário, 524 - Aliança, PE CEP: 55890-000	Salvaguarda e difusão cultural de brincantes, mestres de maracatu e grupos de maracatu de baque solto	Email: maracatus.baquesolto@gmail.com Mídias sociais: Facebook Youtube	Souza, 2023; Silva, 2020; IPHAN, 2013; Holanda, 2011
REDE	07.553.4	2009	Rua do	Tecnologia	Fone: 81991979276	Fundação Banco

NACIONAL DE PRODUTORES COLABORATIVAS	12/0001-06		Apolo, 230 Bairro do Recife CEP:50030-220	s para a cultura popular e empreendedorismo sustentável	Telegram: https://t.me/colaborativas Email: carloslunna@disroot.org Site: https://colaborativas.net/rede/contato@intercidadania.org.br	do Brasil, 2015; Luna, 2017; Gama; Cunha; Jatobá, 2014; Brasil, 2014; Lima <i>et al.</i> , 2009; Foletto, 2024
CENTRO SABIÁ	41.228.651/0001-10	1993	Rua do Sossego, 355 - Boa Vista, Recife - PE, CEP:50.050-080.	Trabalhadores da agricultura familiar	Fone:3223-7026 / (81) 3223- 3323 E-mail: sabia@centrosabia.org.br	Pires, 2021; (Centro Sabiá, 2021b; Silva; Sousa, 2016; Arsky, 2020; Gonçalves, 2021;
ASA	05.213.468/0002-69	1990	Rua Monte Alverne, 287 - Hipódromo Recife/PE Cep: 52041-610	sociedade civil para convivência com o Semiárido	Fone:(81) 2121 7666 Email: asa@asabrasil.org.br ; site: https://www.asabrasil.org.br/contato	Galindo, 2023; Peres, 2017;ASA, 2023;Arsky, 2020; Fundação Banco do Brasil, 2011b
DIACONIA	33.762.154/0001-70	1968	Rua Marques Amorim, 599 - Ilha do Leite, Recife - PE, 50070-395	Direitos humanos para agricultores familiares	Fone: (81) 3221-0508 Email: comunicacao@diaconia.org.br ; Site: https://bemvindo.diaconia.org.br/pt/atualizacao	Diaconia, [2024];(Brasil, 2024; (Fundação Banco do Brasil, 2011a; Parente, 2015
CASA DA MULHER DO NORDESTE	08.125.718/0001-16	1982	Rua José Higino, 167 MADALENA RECIFE - PE 50610-340	Mulheres em convivência com o semiárido	Fone:(81) 3426-0212 (81) 3426-0212 Email: cmn@casadamulherdonordeste.org.br	Casa da Mulher do Nordeste, 2019b; Santos, 2020; Funari; Pereira, 2017; Casa da Mulher do Nordeste, [2024]; Costa, 2014

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em uma visão geral sobre a tabela de identificação, é possível verificar que 11% das instituições pesquisadas não apresentam CNPJ, sendo estas a Associação das Tapioqueiras do Alto da Sé (ATAA) e a Associação de Ciganos de Pernambuco (ACIPE), consideradas as

entidades com maior fragilidade em termos informacionais. Em relação ao ano de fundação, existe uma maior incidência de informações nas entidades com maior tempo de existência.

Nesse panorama 83% das entidades possuem sede em Recife e região metropolitana, sendo 16% correspondente a zona da mata e agreste. Sob aspectos tecnológicos, apenas 27% possuem site institucional, desse percentual quatro entidades disponibilizam ampla estrutura que permite conhecer seus projetos, sua confluência com movimentos sociais e resultados de seus trabalhos.

Nesse íterim, as categorias identificadas das associações pesquisadas dispostas no quadro acima pressupõem, a partir da investigação por meio da presença digital dessas entidades, forças e fraquezas perante o capital social, quanto sociedade civil e seu engajamento nos movimentos sociais. Contudo, às classificações dispostas no quadro representa um esboço que se antepõe as características fundamentais para a constituição de uma entidade associativa amparada na sustentabilidade precisa desenvolver.

4.2 As características do associativismo de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social que podem ser consideradas pelas tapioqueiras de Recife

A partir da revisão teórica e das experiências relatadas, as principais características do associativismo de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, como objeto social de atuação; à forma associativa; ao tema central do debate público que a associação influencia; ao seu principal capital social; ao movimento social que promove ou apoia; às práticas sociais, políticas e ou valores que a associação promove, podem ser consideradas para a estruturação de outras instituições, a exemplo da Associação Maria de Oliveira que representa as tapioqueiras do Recife. Estas foram conceituadas nas seções que seguem.

4.2.1 Objeto social de atuação

É definido como o conjunto de finalidades que orienta suas atividades, delineando os objetivos e interesses que essas entidades visam promover. Trata-se de uma descrição formal que especifica o propósito e a área de atuação da associação, seja no campo social, cultural, ambiental, econômico, entre outros. Esse objeto social é crucial para o delineamento das atividades que a associação poderá desenvolver, bem como para a captação de recursos e a legitimação pública de suas ações.

Conforme Scherer-Warren (2006), o objeto social das associações tem um papel central na mobilização de demandas coletivas e na construção de redes de solidariedade, articulando ações voltadas para a transformação social e o fortalecimento da participação cidadã. O objeto social, nesse sentido, não apenas guia as atividades internas da organização, mas também configura seu papel no cenário público, influenciando a relação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Esse objeto social está relacionado ao conjunto de finalidades estabelecidas pelos membros da organização e é moldado pelas comunicações que ocorrem dentro do sistema associativo. A definição desse objeto não é estática; ela evolui conforme as contingências e demandas do ambiente externo e as dinâmicas internas da organização, o que reflete seu papel como mediador entre as necessidades da sociedade e a resposta organizacional específica que a instituição é capaz de oferecer, sempre dentro de um contexto de autorreferência e autocontrole operacional.

4.2.2 Forma associativa

Scherer-Warren (2006) propõe uma classificação das formas associativas em três níveis, baseados na complexidade organizacional e na capacidade de articulação dessas associações dentro da sociedade civil. Esses níveis, associativismo local, associativismo de articulação interorganizacional e associativismo de mobilização na esfera pública, refletem tanto a amplitude de atuação quanto o grau de formalização e estrutura das associações, permitindo uma compreensão mais detalhada sobre a diversidade das organizações associativas e seus diferentes papéis sociais.

O primeiro nível, o associativismo local refere-se às associações de base ou associações comunitárias, caracterizadas por sua atuação local e pela forte conexão com os interesses diretos da comunidade. Essas associações geralmente possuem uma estrutura informal e uma organização mais simples, sendo voltadas para a resolução de problemas específicos da comunidade ou para a promoção de ações em nível local. Elas se constituem como espaços de sociabilidade e ação coletiva, com foco em questões de relevância imediata, como melhorias em infraestrutura local, educação ou saúde.

No segundo nível estão as associações intermediárias de articulação interorganizacionais, que apresentam uma maior formalização e abrangência em comparação com as de base. Elas frequentemente articulam diversos grupos locais ou regionais e podem estar organizadas em torno de um tema específico, como questões ambientais, culturais ou de

direitos humanos. Essas associações atuam como mediadoras entre as demandas locais e os níveis mais amplos de tomada de decisão, como as esferas estaduais ou nacionais. São importantes para articular ações coletivas mais amplas, influenciando políticas públicas e promovendo mobilizações sociais de maior impacto.

O terceiro nível é composto pelas associações de articulação de mobilização na esfera pública de impacto amplo e transnacional, caracterizadas por sua atuação em um escopo mais abrangente, que ultrapassa fronteiras regionais e até nacionais. Essas associações possuem uma estrutura organizacional mais complexa e são voltadas para a articulação entre redes de movimentos sociais em diferentes regiões ou países. Elas se dedicam a temas globais, como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, ou combate às desigualdades sociais, e frequentemente participam de fóruns e articulações internacionais. Esse nível de associação tem uma capacidade maior de influenciar políticas globais e promover mudanças em larga escala.

Assim, Scherer-Warren (2006) identifica que as formas associativas podem variar desde estruturas locais e simples até redes transnacionais complexas, cada uma com seu papel específico na promoção de mobilizações sociais e na interação com as esferas públicas e privadas.

4.2.3 Tema central do debate público que a associação influencia

A teoria democrática de Cohen e Arato (1994) enfatiza a importância da participação cívica ativa e da comunicação pública, destacando que a sociedade civil deve ser entendida como uma esfera de liberdade e pluralismo onde diferentes grupos sociais podem articular suas vozes e influenciar o debate público. Outro conceito central é o de democratização contínua, que Cohen e Arato (1994) associam à capacidade da sociedade civil de gerar novas formas de solidariedade e de mobilização social que podem desafiar e transformar as estruturas políticas e sociais existentes. Eles defendem que a democracia deve ser vista como um processo dinâmico e evolutivo, no qual a sociedade civil desempenha um papel chave ao promover a inovação social e política.

4.2.4 *Principal capital social*

É um conceito central no estudo das associações e se refere ao conjunto de recursos que surge das redes de relacionamentos, normas de reciprocidade, confiança mútua e cooperação que essas organizações são capazes de gerar e mobilizar. Para as associações, o capital social é um ativo fundamental, pois facilita a coordenação entre indivíduos e grupos, promovendo o fortalecimento das ações coletivas e a capacidade de influenciar processos sociais e políticos mais amplos.

Bourdieu (1986) também contribui para essa concepção ao definir o capital social como os recursos baseados em redes de relações que são mobilizados para garantir vantagens sociais e econômicas. No caso das associações, o capital social permite não apenas a mobilização interna, mas também a articulação com outros grupos e instituições, potencializando o impacto de suas ações e o alcance de suas reivindicações. Contudo, o principal capital social das associações reside em sua capacidade de criar e manter redes de confiança, cooperação e reciprocidade, que são essenciais para a promoção de mudanças sociais e para o fortalecimento da sociedade civil.

De acordo com Putnam (2000), o capital social nas associações é composto por laços interpessoais que criam uma rede de cooperação e confiança, essenciais para a coesão social e para a criação de um ambiente propício à colaboração em prol de objetivos comuns. Esse capital social não está apenas no âmbito das interações diretas entre os membros, mas também na confiança que as associações conseguem estabelecer com outras organizações e com a sociedade em geral.

Coleman (1990) abriu caminho para uma interpretação mais ampla do capital social ao introduzir uma dimensão vertical nas análises de interação social, considerando as relações hierárquicas entre grupos, em vez de se concentrar apenas em indivíduos. Essa abordagem ampliou o conceito para incluir associações verticais, que são caracterizadas por relações de poder desiguais e hierárquicas dentro de grupos e organizações, como em empresas ou instituições com estruturas centralizadas de comando. Assim, o capital social não apenas envolve a cooperação entre indivíduos, mas também inclui os arranjos institucionais que moldam essas interações.

North (1990) e Olson (1982) ampliaram ainda mais a visão do capital social ao considerar o ambiente social e político como parte integrante da estrutura de capital social. Os autores argumentam que o capital social inclui não apenas relações locais e informais, mas também instituições formais de nível macro, como o regime político, o estado de direito, e as

liberdades civis e políticas. Essas instituições moldam a maneira como as normas sociais se desenvolvem e permitem a articulação de ações coletivas de forma mais estruturada, influenciando o desenvolvimento social e econômico em larga escala.

Na síntese de Grootaert e Bastelaer (2001), existe um grau significativo de complementaridade entre as associações horizontais, hierárquicas e as instituições macro. A coexistência dessas formas maximiza o impacto do capital social, pois as instituições macro fornecem um ambiente propício para o desenvolvimento de associações locais, enquanto as associações locais podem fortalecer e legitimar instituições regionais e nacionais. Além disso, os autores mencionam a possibilidade de substituição entre níveis de capital social. Por exemplo, um estado de direito mais forte pode reduzir a necessidade de redes locais baseadas em reputações pessoais para garantir a execução de contratos.

Essas diferentes abordagens sobre o capital social destacam sua importância tanto em nível micro, nas interações locais, quanto em nível macro, na formação de estruturas institucionais que sustentam o desenvolvimento econômico e social.

4.2.5 Movimento social que promove ou apoia

Movimentos sociais, no contexto das associações, podem ser entendidos como formas de ação coletiva voltadas para a busca de transformações sociais, políticas, econômicas ou culturais (Gohn, 2014; Lüchmann, 2014). Esses movimentos, geralmente impulsionados por grupos que compartilham objetivos comuns, são frequentemente mediados por associações que desempenham um papel central na organização, estruturação e mobilização dessas ações. As associações fornecem as bases institucionais e logísticas necessárias para que os movimentos possam articular demandas, influenciar o debate público e promover mudanças efetivas nas políticas públicas (Kronemberger, 2019; Scherer-Warren, 2007).

Lüchmann (2014) destaca que as associações não apenas atuam como plataformas organizacionais, mas também como espaços de aprendizado e desenvolvimento de capacidades políticas. Esses ambientes fornecem a base para que os atores sociais adquiram habilidades essenciais, como negociação, comunicação e articulação política, o que fortalece a capacidade dos movimentos de influenciar o cenário político e social. Nesse sentido, as associações não são meramente canais de organização, mas laboratórios onde se desenvolve a prática democrática e a cidadania ativa.

Além disso, Warren (2001), explora como as associações atuam como espaços de participação cidadã e deliberação coletiva, desempenhando um papel crucial na revitalização

da democracia. Elas funcionam como laboratórios democráticos, onde os participantes podem praticar habilidades democráticas e de governança, como o debate público e a construção de consensos. Isso facilita o fortalecimento dos movimentos sociais e amplifica suas vozes no espaço público, principalmente para grupos marginalizados ou sub-representados.

As associações também funcionam como intermediárias entre os movimentos sociais e as instituições estatais, a mídia e a sociedade em geral, assegurando que as vozes dos grupos marginalizados sejam ouvidas (Carlos, 2011; Lüchmann, 2014). Ao estabelecer essas conexões, elas ajudam a traduzir as demandas dos movimentos sociais para o campo institucional, potencializando a capacidade de influenciar políticas públicas e promover mudanças efetivas. Esse papel mediador é fundamental, uma vez que aproxima os movimentos sociais das esferas decisórias e amplia seu impacto.

Outro aspecto relevante é a capacidade das associações de perpetuar e expandir os movimentos sociais. Elas desempenham um papel importante na manutenção da memória coletiva das lutas e conquistas dos movimentos, assegurando que essas memórias sejam transmitidas e mantidas ao longo do tempo (Dagnino, 1994; Gomes, 2019). Além disso, as associações são centrais na educação política e na conscientização dos seus membros e da sociedade, contribuindo para a formação de uma cidadania mais ativa e engajada.

Segundo Warren (2001), as associações desempenham um papel fundamental ao permitir que os movimentos sociais influenciem o debate público e as políticas estatais de forma mais efetiva. Ao fornecer uma base institucional sólida, as associações ajudam os movimentos sociais a adquirir maior legitimidade e visibilidade, promovendo a coesão social entre os participantes e fortalecendo sua capacidade de ação. Em contextos democráticos, essa interação entre associações e movimentos sociais é essencial para a vitalidade e a saúde da democracia, pois amplia o espaço de participação cidadã e fomenta uma cultura política mais participativa e inclusiva.

Portanto, a importância de identificar os movimentos sociais que as associações apoiam ou promovem reside no fato de que essas entidades fornecem a estrutura, os recursos e o espaço necessários para a mobilização social. Elas desempenham um papel fundamental na articulação de demandas, na educação política e no fortalecimento da democracia. Além disso, ao funcionar como intermediárias entre os movimentos sociais e o Estado, as associações permitem que as demandas de grupos marginalizados alcancem as esferas públicas e influenciem as políticas de maneira mais efetiva, garantindo a continuidade e a expansão das lutas sociais ao longo do tempo.

4.2.6 Práticas sociais, políticas e ou valores que a associação promove

As associações civis desempenham um papel crucial na manutenção e reprodução das culturas, tradições e identidades coletivas dentro de uma sociedade. Essas associações são vistas como instituições especializadas que promovem práticas sociais e políticas alinhadas com os princípios da democracia e da solidariedade.

Quanto às práticas sociais, as associações civis são vistas como instituições especializadas na preservação e transmissão de práticas culturais e sociais, desempenhando um papel importante na reprodução das identidades coletivas. Elas fornecem uma plataforma para que grupos e comunidades compartilhem suas tradições, valores e modos de vida, contribuindo para a preservação da diversidade cultural em sociedades pluralistas. Ao promover práticas sociais que reforçam os laços comunitários, as associações ajudam a fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade coletiva, essenciais para a coesão social.

As associações também desempenham um papel relevante na resiliência das culturas minoritárias ou marginalizadas, ao promover ações que asseguram a continuidade dessas culturas em contextos de transformação social ou globalização. Nesse sentido, identificar quais práticas sociais devem ser promovidas é crucial para garantir que as associações estejam ativamente engajadas na preservação e valorização das culturas e tradições de seus membros, mantendo viva a memória coletiva e o patrimônio cultural.

As associações civis, como parte integrante da sociedade civil, são atores fundamentais no fortalecimento da democracia. Ao promoverem práticas políticas que incentivam a participação cidadã e a deliberação coletiva, essas organizações contribuem para o desenvolvimento de uma cultura política mais participativa e inclusiva. Práticas como o debate público, a tomada de decisão coletiva e a transparência nas atividades são essenciais para a consolidação de uma governança democrática dentro das associações e na sociedade como um todo.

Apesar do papel importante das associações na promoção da participação cidadã, muitas organizações podem incorrer em práticas que limitam essa participação, criando o que Bordenave (1994) denomina simulacros de participação ou ilusão de participação. Nesse sentido, as associações têm a responsabilidade de fomentar práticas democráticas que permitam o acesso equitativo à participação e à tomada de decisões.

A promoção de valores como a solidariedade, a justiça social e a inclusão contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde os indivíduos são

incentivados a se envolver em atividades que buscam o bem-estar coletivo. As associações civis, ao defenderem esses valores, também atuam como agentes de transformação social, buscando criar uma cultura de responsabilidade social e de apoio mútuo entre os cidadãos.

Para que uma associação civil seja eficaz em suas atividades, é essencial que suas práticas sociais, políticas e os valores promovidos estejam alinhados com sua missão e seus objetivos. Essa coerência entre práticas, valores e missão fortalece a legitimidade da associação e aumenta sua capacidade de mobilização e de impacto social.

Além disso, ao identificar e promover práticas sociais e políticas alinhadas com os princípios democráticos e solidários, a associação assegura que suas ações estejam em consonância com as necessidades e demandas da comunidade que representa. Isso não apenas fortalece a confiança entre seus membros, mas também garante a continuidade e a relevância de suas atividades no longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, é possível concluir que as associações civis desempenham um papel fundamental no fortalecimento da sociedade civil, na promoção de práticas sociais e políticas alinhadas com os valores democráticos e na preservação das identidades culturais e coletivas. Ao longo desta pesquisa, evidenciou-se a importância de identificar as práticas sociais, políticas e valores que devem ser promovidos por essas associações, a fim de garantir sua eficácia enquanto agentes de transformação social.

As associações, ao estruturarem suas ações em torno de práticas democráticas e solidárias, atuam como espaços de articulação coletiva, proporcionando não apenas a mobilização de recursos e a capacitação de seus membros, mas também o fortalecimento de redes de confiança e cooperação, essenciais para o capital social. Como resultado, a identificação e promoção dessas práticas e valores fortalecem o papel das associações na criação de uma cultura política participativa e inclusiva.

Além disso, o alinhamento das atividades associativas com princípios éticos de governança e transparência é indispensável para a legitimidade e sustentabilidade das organizações, garantindo que sua atuação seja de fato inclusiva e comprometida com a justiça social. Dessa forma, as associações civis se consolidam como pilares importantes na construção de uma sociedade mais equitativa, capaz de enfrentar desafios sociais complexos por meio da solidariedade e da participação ativa de seus membros.

Das limitações da pesquisa, a busca das associações mostrou-se desafiadora principalmente na delimitação de associações dedicadas a grupos em vulnerabilidade social, somado a esse recorte, entidades da cultura popular pernambucana e agroecologia. Apesar da difusão desses meios de comunicação com o advento da internet, parte das entidades associativas pesquisadas demandam maior investimento para uma representação significativa de seu capital social, de suas contribuições aos movimentos sociais e de seus desempenhos em benefício da sociedade civil.

Essas conclusões reforçam a necessidade de estudos futuros sobre as características fundamentais do associativismo aplicadas às identidades de instituições associativas pesquisadas. Nessa intencionalidade, é possível fomentar a construção um modelo de associativismo que se adeque e dê prospecção coletivos da sociedade civil como a Associação das Tapioqueira Maria de Oliveira, na busca por proposição de impacto das práticas associativas, no fortalecimento da democracia e na promoção de transformações sociais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania. **Revista NERA**, Presidente Prudente-SP, v.13, n.16, p. 22-32, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Eveline; ESCOBAR, Arturo (ed.). **Cultures of Politics, Politics of Culture: re-visioning Latin America Social Movements**. New York: Routledge, 2018. Disponível em: https://api.pageplace.de/preview/DT0400.9780429969683_A37415575/preview9780429969683_A37415575.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.
- ALVES, Mário Aquino. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.11, ed. esp., p.141-154, jan./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/NWBjtYS9rvxtNSq8qqwxQPh/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- ARSKY, Igor da Costa. Os efeitos do Programa Cisternas no acesso à água no semiárido. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v.55, ed. esp., p.408-432, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73378>. Acesso em: 18 maio 2024.
- ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Sobre Nós: História**. ASA, [199-]. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia#:~:text=A%20ASA%20come%C3%A7ou%20a%20defender,que%20se%20formava%20no%20Semi%C3%A1rido>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE NAZARÉ DA MATA. **Programas e Projetos**. Nazaré da Mata, [19--]. Disponível em: <http://www.amunam.org.br/default.aspx?id=11>. Acesso em: 30 set. 2024.
- ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DA FAZENDA CHAPADINHA E REGIÃO. **Estatuto Social** [...]. Arinos-MG, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://sapl.arinos.mg.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2018/1051/estatuto.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS E MORADORES DO ALTO DO MOURA. **História da ABMAM**. Caruaru, [19--]. Disponível em: <https://www.mapacultural.pe.gov.br/agente/2401/>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE HIP HOP EM PERNAMBUCO. **Prosas**, [2024?]. Disponível em: <https://prosas.com.br/empreendedores/8873-associacao-metropolitana-de-hip-hop-em-pernambuco>. Acesso em 30 set. 2024.
- ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE HIP HOP EM PERNAMBUCO. **Cultura.Pe**, 2020. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/canal/musica/polo-hip-hop-presta-homenagem-ao-movimento-manguebeat/> Acesso em 12 ago.2024.

ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE CEGOS. **Quem somos**. Recife, c2024. Disponível em: <https://apecnet.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 22 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMI-ÁRIDO (ASA). **Cisterna Calçada para potencialização de quintais produtivos**. Recife, 2011. Projeto viabilizado pela Fundação Banco do Brasil. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/cisterna-calcadao-para-potencializacao-de-quintais-produtivos>. Acesso em: 19 maio 2024.

ASSOCIAÇÃO RESPEITA JANUÁRIO. **Estatutos** [...]. Recife, 28 jan. 2000. Disponível em: <https://www.cin.ufpe.br/~glr/respeitajanuario/estatuto.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

AUSTIN, James E. The collaboration challenge: How nonprofits and businesses succeed through strategic alliances. **John Wiley & Sons**, 2010. Disponível em: <https://content.e-bookshelf.de/media/reading/L-581768-0f053bb25e.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BARBOSA, Daniela Castro. **Aceitação do mobile banking pelos usuários bancários num contexto de pandemia**. 2021. 49 f. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/40315/1/TCC.2021%20outaut%20%282%29.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Silvia Gonçalves Paes, Barreto. **Hip Hop na Região Metropolitana do Recife: identificação, expressão cultural e visibilidade**. 2004. 188 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10016/1/arquivo9404_1.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

BELO, Léa Carla Oliveira. **Dar à luz quando não se vê: relatos de mulheres com deficiência visual sobre a maternidade**. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16906/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_LEA_OFICIAL_04dez.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing process and social movements: an overview and assessment. **Annual Review Sociology**, EUA, v.26, p.611-639, ago. 2000. Disponível em: <https://typeset.io/papers/framing-processes-and-social-movements-an-overviewand2fo6scjphe>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BENTES, Ivana. Redes colaborativas e precariado produtivo. **Periferia**, Duque de Caxias-RJ, v.1, n.1, p.53-61, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/issue/view/262>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro:

Edições Graal, 1982.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Economia política, globalização e comunicação. **Novos Rumos**, Marília-SP, n.25, p.15-23, 1996. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/issue/view/169>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Seleção, organização, introdução e notas Maria Alice Nogueira, Afrânio Catani. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.66-69.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (org.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, 1986. p.15-29. Disponível em: https://home.iitk.ac.in/~amman/soc748/bourdieu_forms_of_capital.pdf. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.903 de 27 de agosto de 1945**. Código da Propriedade Industrial. Brasília: Presidência da República, 1945. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7903.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.772 de 21 de dezembro de 1971**. Institui o Código da Propriedade Industrial, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15772.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014**. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Presidência da República: Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. **Lei complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo-APPS**. [Brasília]: Ministério da Saúde, [2002?]. Disponível em: <https://antigo.aids.gov.br/pt-br/associacao-pernambucana-das-profissionais-do-sexo-apps>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015**. Cria o Estatuto do Cigano. Brasília: Congresso Nacional, 2015. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4038455&ts=1655324480404&disposition=inline>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.43-67, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/NTFrDZxzybp8pLwy7yPTKqd/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A ilusão da moratória social para os jovens das classes populares. In: SPOSITO, Marília Pontes. **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007. p.170-200. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/MariliaSposito/publication/333376440_Livro_Juventude_e_o_poder_local_2007/links/5ce9434592851c4eabbdec24/Livro-Juventude-e-poder-local-2007.pdf#page=169. Acesso em: 04 jul. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. **APEC é declarada de utilidade pública municipal**. Recife: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/apec-e-declarada-de-utilidade-publica-municipal>. Acesso em: 26 fev. 2024.

CAMINHAS, Lorena. A regulamentação da prostituição é uma demanda por justiça? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.35, n.103, p.1-18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rcVwN7ysSw5ftTrd6THqpdQ/#>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização. **Lua Nova**, São Paulo, p.315-348, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HSyZf5Wg5VH9b8vKyMGYVzD/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

CARMO, Luana Jéssica Oliveira *et al.* O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.18-31, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200043>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Afogados da Ingazeira sedia o lançamento do Projeto Mulheres, Tecnologias e Agroecologia**. Recife: A Casa, 2019. Disponível em: <https://www.casadamulherdonordeste.org.br/2019/09/17/afogados-da-ingazeira-sedia-o-lancamento-do-projeto-mulheres-tecnologias-e-agroecologia/>. Acesso em: 22 maio 2024.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Fogões agroecológico**. Recife, 2017. Projeto viabilizado pela Fundação Banco do Brasil. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/fogoes-agroecologico>. Acesso em: 22 maio 2024.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Quem Somos**. Recife: A Casa, [2024?]. Disponível em: <https://www.casadamulherdonordeste.org.br/#sobre-nos>. Acesso em: 23 maio 2024.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **Reforma do Estatuto da Casa da Mulher**. Recife: A Casa, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1NPSEErGzcS_VmAcWPBIE5BuU7Vn-k5Ck/view?usp=drive_link. Acesso em: 22 maio 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CATTANI, Antonio David *et al* (coord.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Feiras**. Recife, c2021a. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/feiras/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **O Sabiá**. Recife, c2021b. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/o-sabia/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. *In*: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. Disponível em: <https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CHILDHOOD BRASIL. **Associação das Mulheres de Nazaré da Mata ensina jovens a participarem de políticas públicas em Pernambuco**. São Paulo, 2011. Disponível em: www.childhood.org.br/associacao-das-mulheres-de-nazare-da-mata-ensina-jovens-a-participarem-de-politicas-publicas-em-pernambuco/. Acesso em: 16 abr. 2024.

CIRANDA do Nordeste ganha título do Iphan e vira novo patrimônio imaterial do Brasil. **G1**, Recife, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/31/ciranda-do-nordeste-ganha-titulo-do-iphan-e-vira-novo-patrimonio-imaterial-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2024.

COHEN, Jean L. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, v.52, n.4, p.663-716, 1985. Disponível em: <https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/Strategy-or-identity.New-theoretical-paradigms-and-contemporary-social-movements-by-Jean-L.-Cohen.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Civil society and Political theory**. Cambridge: The MIT Press, 1994. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Civil_Society_and_Political_Theory/gPvk-eE7t0IC?hl=en&gbpv=1&dq=COHEN,+Jean%3B+ARATO,+Andrew.+Civil+society+and+political+theory.+Cambridge:+The+MIT+Press,+1992,+771+pp.+pdf&printsec=frontcover. Acesso em: 10 ago. 2024.

COLEMAN, James. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. **American Sociological Review**, v.94, n.1, p.95-120, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2780243>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 877 CFC, DE 18-4-2000**. Aprova a NBC T 10 - Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, item NBC T 10.19 – Entidades Sem Finalidade de Lucros. Brasília: CFC, 2000. Disponível em: <https://coad.com.br/files/trib/html/pesquisa/lc/em11973.htm>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC Nº 926/01, de 19 de dezembro de 2001**. Altera a Resolução CFC Nº 877, de 18 de abril de 2000, que aprova a NBC T10 – dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, item NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucro. Brasília: CFC, 2001. Disponível em: https://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/28102010_nbc_t_10_19.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC Nº 966/03**. Altera a Resolução CFC Nº 926/01, de 19 de dezembro de 2001, que altera itens da NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros. Brasília: CFC, 2003. Disponível em: https://www.lefisc.com.br/paginasExclusivas/terceiroSetor/conteudo/resolucoesCFC/resolucaoCFC966_03.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

COOLEY, Charles Horton. **Human nature and the social order**. Revised edition. New York: Charles Scribner's Sons, 1922.

COOPERATIVA ECOVIDA PALHA DE ARROZ. Mulheres empoderadas. **Revista Easy COOP 33**, Palo Alto, 2021. Disponível em: https://issuu.com/easycoop10/docs/easycoop_revista_33/s/12276179. Acesso em: 3 fev. 2024.

CORREA, Ana Paula de Melo *et al.* Banco de tecnologias sociais: um panorama. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v.16, n.40, p.1-15, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rt/article/view/9878>. Acesso em: 20 maio 2024.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (ed.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. 77 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4381>. Acesso em: 24 set. 2024.

COSTA, Michelly Aragão Guimarães. **Assessoria da Casa da Mulher do Nordeste: reconfigurando as relações de gênero com as agricultoras no Sertão do Pajeú-PE**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) - Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/295544428.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CRULS, Gastão. Complexo da Mandioca. In: CRULS, Gastão. **Hiléia Amazônica: aspectos da flora, fauna, arqueologia e etnografia da região**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufjf.br/bitstream/doc/442/1/GF%2006%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2024

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In*: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 172 p. p.103-115.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. *In*: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. 501 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281428651_Para_uma_outra_leitura_da_disputa_pela_construcao_democratica_na_America_Latina#fullTextFileContent. Acesso em: 22 ago. 2024.

DELLA PORTA, Donatella. Social movements, political violence and the state: a conclusion Political opportunities for violence. *In*: DELLA PORTA, Donatella. **Social movements, political violence, and the state: a comparative analysis of Italy and Germany**. Cambridge: University Press, 1995. 270 p. p.187-216. Disponível em: <https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/Social-movements-political-violence-and-the-state-A-comparative-analysis-of-Italy-and-Germany-by-Donatella-della-Porta.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DIACONIA. **Biodigestor Sertanejo**. Recife, 2015. Projeto viabilizado pela Fundação Banco do Brasil. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/biodigestor-sertanejo>. Acesso em: 21 maio 2024.

DIACONIA. **Brasília: Governo Aberto**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/iniciativas-de-governo-aberto/organizacoes-da-sociedade-civil/de-a-a-z/diaconia>. Acesso em: 21 maio 2024.

DIACONIA. **Quem Somos**. [2024]. Disponível em: <https://bemvindo.diaconia.org.br/en/about-us>. Acesso em: 21 maio 2024.

DIAMOND, Larry. **The spirit of democracy: the struggle to build free societies throughout the world**. United States: Open Road Integrated Media, 2008. *E-Book*. Disponível em: <https://shre.ink/gKKL>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.3, p.219-250, jan./jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681/1478>. Acesso em: 14 ago. 2024.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Managing the nonprofit organization: principles and practices**. New York: HarperCollins, 1990.

DUARTE, Elaine Cristina F.; ZAMPA, Vivian. **Povos ciganos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. (Império Luso-Brasileiro). Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5145&Itemid=338. Acesso em: 02 fev. 2024.

EDWARDS, Michael. **Civil society**. Cambridge: Polity Press, 2004.

EM NOTA, entidades criticam mudanças em campanha para prostitutas. **Forum**, [São Paulo], 10 jun. 2013. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2013/6/10/em-nota-entidades-criticam-mudanas-em-campa-nha-para-prostitutas-6868.html>. Acesso em: 17 fev. 2024.

ENTRE Solos: semeando conexões. [**Cooperativa Ecovida Palha de Arroz**]. Recife, [201-]. Disponível em: <https://www.entresolos.org.br/tag/cooperativa-ecovida-palha-de-arroz/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ESTARQUE, Thays. Artesãos do Alto do Moura preparam peças para expor na Fenearte, em PE. **G1**, Caruaru, 29 jun. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2015/06/artesaos-do-alto-do-moura-preparam-pecas-para-expor-na-fenearte-em-pe.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (org.). **Inovações na agricultura familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014. 296 p.

ÉSTHER, Angelo Brigato. A política de identidade do empreendedorismo: uma análise na perspectiva da sociologia figuracional e da psicologia social crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.17, n. esp., p. 857-870, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/76629>. Acesso em: 19 jul. 2024.

FAFCHAMPS, Marcel; MINTEN, Bart. Social Capital and Agricultural Trade. **American Journal of Agricultural Economics**, New Jersey, v.83, n.3, p.680-685, ago. 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1245099>. Acesso em: 5 fev. 2024.

FERNANDES, Ana Cristina; NOVY, Andreas; SINGER, Paul. The linkages between popular education and solidarity economy in Brazil: a historical perspective. In: MOULAERT, F. *et al.* **The international Handbook of Social Innovation**: collective action, social learning and transdisciplinary research. Cheltenham; Massachusetts: Edward Elgar, 2013. p.384–396.

FESTIVAL da tapioca em Olinda promove concurso, oficinas e shows gratuitos. **G1**, Recife, 31 nov. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/festival-da-tapioca-em-olinda-promove-concurso-oficinas-e-shows-gratuitos.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FOLETTTO, Leo. **A Rede**. Recife: Rede das Produtoras Colaborativas, [200-]. Disponível em: <https://colaborativas.net/rede/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FUNARI, Juliana Nascimento; PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Caminhos das águas no sertão do Pajeú: contribuições e luta das mulheres camponesas na construção de uma convivência transformadora com semiárido. **Revista Pegada**, São Paulo, v.18, n.3, p.124-152, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5363/4175>. Acesso em: 19 maio 2024.

FUNDO BRASIL. **Associação das Profissionais do Sexo de Pernambuco - APP**. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/associacao-das-profissionais-do-sexo-de-pernambuco-app-pe/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FUNDO BRASIL. **Associação Pernambucana das Mães Solteiras - Apemas**. [S. l.], 2011. Disponível em: www.fundobrasil.org.br/projeto/associacao-pernambucana-das-maes-solteiras-apemas/. Acesso em: 11 abr. 2024.

GAME para dispositivos móveis ganha pré-lançamento no Alto da Sé. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 jul. 2023. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2023/07/game-para-dispositivos-moveis-ganha-pre-lancamento-no-alto-da-se.html>. Acesso em: 09 fev. 2024.

GALINDO, Eryka. Água, nosso primeiro alimento: o caso da articulação do semiárido brasileiro (ASA). In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 10., São Carlos, 2023. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2023. Disponível em: <https://redesrurais.org.br/artigos/artigo-1f13d529eaca9449b78d032113758e2e3ecf6c94-arquivo.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

GALVÃO, Lize Borges. Mãe solteira não. Mãe solo!: considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v.1, n.1, p.01-23, maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GAMA, Jader Ribeiro; CUNHA, Larissa Carreira da; JATOBÁ, Pedro. **Cultura e comunicação com software livre: a experiência das produtoras culturais colaborativas para o desenvolvimento local**. [S. l.], [2014]. Projeto viabilizado pela Fundação Banco do Brasil. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtecnologias/153/files/a-experiencia-das-produtorasculturais-colaborativas.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GAMSON, William A. *et al.* Media images and the social construction of reality. **Annual Review of Sociology**, San Mateo, v.18, p.373-393, ago. 1992. Disponível em: <https://www.csun.edu/~snk1966/Gamson%20et%20al%20-%20Media%20Images%20and%20the%20Social%20Construction%20of%20Reality.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo 2017**. EUA: GEM, 2017. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GONÇALVES, Barbara Denise Ferreira; FONTGALLAND, Isabel Lausanne. A agroecologia propiciando o acesso a mercados para pequenos produtores rurais: o caso do Centro Sabiá. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista-SP, v.10, n.1, p.1-17, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11937/10755>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. (A filosofia de Benedetto Croce, v.1).

GROOTAERT, Christiaan; BASTELAER, Thierry Van. **Understanding and measuring social capital**: a synthesis of findings and recommendations from social capital initiative. Washington, DC: The World Bank, 2001. (Working Paper, n. 24). Disponível em: https://www.academia.edu/15493832/UNDERSTANDING_AND_MEASURING_SOCIAL_CAPITAL_A_SYNTHESIS_OF_FINDINGS_AND_RECOMMENDATIONS_FROM_THE_SOCIAL_CAPITAL_INITIATIVE. Acesso em: 12 abr. 2024.

GUEDES, Daniella Maria Brito Azevedo. **Análise da atuação da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata (AMUNAM) no enfrentamento da violência doméstica**. 2014. 75 f. Monografia (Especialização em Prática Judicante), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Buenos Aires: Taurus, 1987. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7sVpnmC3XvweUpwSXRfN2Y1RUU/view?resourcekey=0-5ittGlflQ7QNMqEXXfudfw>. Acesso em: 16 jan. 2024.

HARDIN, Garret. The tragedy of the commons. **Science**, v.162, n.3859, p.1243-1248, dez. 1968. Disponível em: <https://math.uchicago.edu/~shmuel/Modeling/Hardin,%20Tragedy%20of%20the%20Commons.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/31585896/Princ%C3%ADpios_da_Filosofia_do_Direito. Acesso em: 17 ago. 2024.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó, SC: Argos Ed. da Unochapecó, 2005.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Edipro, 2004. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzoB9neH8NrNTzVzeFJNNC1qN1k/view?resourcekey=0-AZkZJi9ns-6Y7-gnvvrYOA>. Acesso em: 11 ago. 2024.

HOLANDA, Luciana Araújo de. **Resistência e apropriação de práticas do management no organizar de coletivos da cultura popular**. 2011. 249 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/594>. Acesso em: 21 mar. 2024.

HOLANDA, Raquel. A vida que se molda com as mãos. **Notícias Cultura.PE**, Recife 09 maio 2012. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/canal/nacaocultural/a-vida-que-se-molda-com-as-maos/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

IGLESIAS, Marcus. Palácio do Campos das Princesas recebeu mestres e mestras da Ciranda. **Notícias Cultura.PE**, Recife, 10 maio 2019. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/canal/culturapopular/palacio-do-campos-das-princesas-recebeu-mestres-e-mestras-da-ciranda/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

INRC do Maracatu Nação - Inventário Nacional de Referências Culturais: dossiê. [S. l. : s. n.], [2013]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DOSSIE_MARACATU_NA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Plano de salvaguarda**: maracatu nação. Brasília: IPHAN, 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/planodesalvaguardamaracatunacaoweb.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

INSTITUTO INTERCIDADANIA. **Produtora Cultural Colaborativa**. Recife, 2015. Projeto viabilizado pela Fundação Banco do Brasil. Disponível em: transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/produtora-cultural-colaborativa. Acesso em: 20 abr. 2024.

KEANE, John. **Civil society**: old images, new visions. Cambridge: Polity Press, 1998.

KEANE, John. **The life and death of democracy**. London: Simon & Schuster, 2009.

KOTLER, Philip. **Marketing para organizações que não visam o lucro**. São Paulo: Atlas, 1994.

KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento local sustentável**: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Senac, 2019.

LASSANCE Jr., Antonio E.; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: PAULO, Antonio de *et al.* (ed). **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Brasília: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, 2004. p.65-82. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/tecnologia-social-uma-estrategia-para-o-desenvolvimento>. Acesso em: 16 maio 2024.

LAVALLE, Adrián Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.47, p.121-135, ago. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/nwbtYcg8rcy6SZdYpjYjpXN/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de *et al.* Trabalho imaterial, produção cultural colaborativa e economia da dádiva. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.158-172, set. 2009. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3193>. Acesso em: 23 mar. 2024.

LIMA, Ivanice Oliveira de. **Rádio comunitária, gênero e capital social**: a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata-Amunam. 2010.

136 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6082>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LIMA, Thales Abreu da Costa; AFONSO, Herlander Costa Alegre da Gama; FERREIRA, Julio Cesar Valente. Desenvolvimento de microempreendimentos do setor cultural na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Tendências**, Colômbia, v.24, n.2, p.1-27, jul./dez. 2023. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0124-86932023000200001&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 maio 2024.

LIRA, Nelma Valéria Andrade. **Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo: uma experiência de organização política**. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9799>. Acesso em: 08 jan. 2024.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.29, n.85, p.159-226, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dKQNRmfDBnkZ6F59xpW6wYF/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2024.

LUNA, Carlos Feitosa Falcão. **Avaliação do impacto do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) na saúde: ocorrência de diarreia no Agreste Central de Pernambuco**. 2011. 207 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/10660>. Acesso em: 13 mar. 2024.

LUNA, Carlos Eduardo Falcão. **O desenvolvimento local e a tecnologia social das produtoras culturais colaborativas na produção cultural comunitária: o caso da Colaborativa.PE**. 2017. 76 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Centro de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <http://tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/7869>. Acesso em: 15 mar. 2024

MACAMBIRA, Germana. Polo Hip Hop: confira programação do festival que começa nesta quinta (1º), no bairro do Recife. **Folha de Pernambuco**, Recife, 31 jan. 2024. Disponível em: www.folhape.com.br/cultura/polo-hip-hop-confira-programacao-do-festival-que-comeca-nesta/314274/. Acesso em: 22 fev. 2024.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária**. Curitiba: Ufil, 2002. Disponível em: <https://www.solidarius.net/mance/biblioteca/redecolaboracao-pt.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MANCE, Euclides André. A revolução das redes de colaboração solidária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIAS SALESIANAS, 2005, Sevilha. **Anais [...]**. Sevilha: [s. n.], 2005. p.1-17. Disponível em: https://www.solidarius.net/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

MARACATU Baque Solto: Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Recife, 2013. (Dossiê, v.2). Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossiê_MARACATU_RURAL.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

MARTINS, Beatriz Cintra; FOLETTO, Leonardo Feltrin; LUNA, Carlos Eduardo Falcão. Encontro Online Cultura Livre do Sul: a produção cultural comunitária para a construção do comum. **Contratexto**, Lima, n.33, p.105-124, jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ulima.edu.pe/index.php/contratexto/article/view/4756/4694>. Acesso em: 14 jul. 2024.

McADAM, Doug. Conceptual origins, current problems, future directions. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (ed.). **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p.23-40.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Mobilização de recursos e movimentos sociais: uma teoria parcial. **Revista Movimentos Sociais**, Goiânia, v.2, n.2, p.153-209, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rms/article/view/864/816>. Acesso em: 16 ago. 2024.

McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.82, n.6, p.1212-1241, maio 1977. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/226464?journalCode=ajs>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MELO, Sérgio. [Associação Coletivo de Cirandas de Pernambuco]. [Entrevista cedida a] Joás Cândido no Programa Nazaré em Destaque. Nazaré da Mata, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/v/3UGth7LuQZCmzuCa/?mibextid=qj2Omg>. Acesso em: 28 set. 2024.

MELUCCI, Albert. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes. 2001.

MIRANDA, Luiz Carlos *et al.* Da Mesopotâmia às tapioqueiras de Olinda o pensamento contábil se revela. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, Brasília, v.5, n.3, p.24-47, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/159/357>. Acesso em: 22 jan. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agroecologia é a chave para erradicar a fome na América Latina e Caribe, afirma FAO**. Nações Unidas Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/70072-agroecologia-%C3%A9-chave-para-erradicar-fome-na-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-afirma-fao>. Acesso em: 28 abr. 2024.

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change, and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

NOTARO, Tatiana. Ciganos vivem quase anônimos, refêns da marginalidade histórica. **Folha de Pernambuco**, Recife, 19 fev. 2017. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/noticias/ciganos-vivem-quase-anonimos-refens-da-marginalidade-historica/18510/>. Acesso em: 3 fev. 2024.

NUNES, Christiane Girard Ferreira. Cooperativas: uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal? **Sociedade e Estado**, Brasília, v.16, n.1-2, p.134-158, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100007>. Acesso em: 16 jun. 2024.

OLIVEIRA, Adriana Patrícia Prado de; ALENCAR, Bertrand Sampaio de. Análise da gestão da coleta seletiva no município de Olinda. In: **OPEN Science Research IV**. São Paulo: Editora Científica Digital, 2022. p. 681-694. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/livro-open-science-research-iv>. Acesso em: 25 abr. 2024.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de; AQUINO, Cássio Adriano Braz de; NASCIMENTO, Janequeli Simão. Informais, empreendedores ou precarizados?: a trajetória de trabalhadores de comida de rua. **Actualidades en Psicología**, Costa Rica, v.36, n.132, p.58-71, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/actualidades/article/view/43532/51198>. Acesso em: 19 jul. 2024.

OLIVEIRA, Jailma Maria de; ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. Inventário e registro de maracatus nação em Pernambuco como um processo ritual. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 5., REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 14., 2016, Maceió. Maceió: UFAL, 2016. Disponível em: https://maracatuteca.com/wp-content/uploads/2017/11/Inventario_e_Registro_de_Maracatus_nacao_em_Pernambuco_com_um_processo_ritual.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVOS, Álvaro Ramis. El concepto de bienes comunes en la obra de Elinor Ostrom. **Ecología política**, Barcelona, n.45, p.116-121, jul. 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43526869>. Acesso em: 10 jul. 2024.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

OLSON, Mancur. **The rise and decline of nations**: Economic growth, stagflation, and social rigidities. New Haven: Yale University Press, 1982.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Governing_the_Commons.html?id=4xg6oUobMz4C&redir_esc=y. Acesso: em 12 jul. 2024.

‘PAPO de Ciranda’ promove visibilidade dos artistas nas redes sociais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2023/10/papo-de-ciranda-promove-visibilidade-dos-artistas-nas-redes-sociais.html>. Acesso em: 18 abr. 2024.

PAPO de Ciranda promove visibilidade dos artistas em streaming e nas redes sociais. **CULTURA.PE**, Recife, 03 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cultura.pe.gov.br/canal/musica/papo-de-ciranda-promove-visibilidade-dos-artistas-em-streaming-e-nas-redes-sociais/> Acesso em: 29 set. 2024.

PARENTE, Cláudia. Biodigestor faz uma revolução no campo. **Jornal do Commercio**, Recife, 18 fev. 2015. Disponível em: [https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtechnologies/345/files/Clipagem_materia_JC_Biodigestor\(1\).pdf](https://transforma.fbb.org.br/storage/socialtechnologies/345/files/Clipagem_materia_JC_Biodigestor(1).pdf). Acesso em 21 maio 2024.

PEIXOTO NETO, Pedro Accioly de Sá. O direito fundamental à Propriedade Industrial: uma análise à luz do princípio do desenvolvimento tecnológico e econômico. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí-SC, v.8, n.2, p.1174-1201, 2013. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/5476>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 2001. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=lkAOADSZ4E0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 13 set. 2024.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Um movimento social do semiárido?: a articulação do semiárido brasileiro entre a sustentabilidade e a reforma agrária. *In*: SIMPÓSIO PÓS-ESTRUTURALISMO E TEORIA SOCIAL: ERNESTO LACLAU E SEUS INTERLOCUTORES, 2., 2017, Pelotas-RS. **Anais [...]**. Pelotas: UFPEL, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2017/10/Marcos-Peres.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

PERNAMBUCO. **Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017**. Cria o calendário oficial de eventos e datas comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram eventos e datas comemorativas estaduais. [Recife]: Alepe Legis, 2017. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=34393>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PERNAMBUCO. Ministério Público do Trabalho. **Nova diretoria da APEC faz visita de cortesia ao MPT em Pernambuco**. Recife: MPT6, 2023. Disponível em: <https://www.prt6.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-go/2630-nova-diretoria-da-apec-faz-visita-de-cortesia-ao-mpt-em-pernambuco>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PERNAMBUCO. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. **Termo de Compromisso que celebram o TRT6 e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis - COOCENCIPE para a coleta de resíduos recicláveis e/ou reutilizáveis nas unidades [...]**. Recife: TRT6, 2023. Disponível em: https://www.trt6.jus.br/portal/sites/default/files/documents/termo_de_compromisso_assinado_-_coocencipec.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O conceito de sociedade civil**. [Rio de Janeiro]: PUC-Rio, [1998?]. Disponível em: https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310315_05_cap_04.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

PIRES, Alexandre Henrique Bezerra. **Centro Sabiá**. Brasília: Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/territorios/territorio-mata-sul-pernambucana/organizacao-social/sociedade-civil/ongs/centro-sabia>. Acesso em: 27 abr. 2024.

POCHMANN, Márcio. **Trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

PORTES, Alejandro. Social capital: its origins and applications in contemporary sociology. **Annual Review of Sociology**, San Mateo, v.24, p.1-24, 1998. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.soc.24.1.1>. Acesso em: 17 ago. 2024.

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, Baltimore, v.6, n.1, p.65-78, jan. 1995. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/1/article/16643>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PUTNAM, Robert. **Bowling alone**: The Collapse and revival of americancommunity. New York: Simon and Schuster. 2000. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Bowling_Alonge_Revised_and_Updated/C7cCEAAAQBAJ?hl=en&gbpv=1&dq=Putnam,+Robert.+\(2000\).+Bowling+Alone:+The+Collapse+and+Revival+of+AmericanCommunity.+New+York:+Simon+and+Schuster.+pdf&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Bowling_Alonge_Revised_and_Updated/C7cCEAAAQBAJ?hl=en&gbpv=1&dq=Putnam,+Robert.+(2000).+Bowling+Alone:+The+Collapse+and+Revival+of+AmericanCommunity.+New+York:+Simon+and+Schuster.+pdf&printsec=frontcover). Acesso em: 22 out. 2024

RECIFE. Cartório Mariani. **Registro civil de pessoas jurídicas**. Recife, [2024?]. Disponível em: <https://www.rtdrecife.com.br/novo/servicos-registro-pj.php>. Acesso em: 20 ago. 2024.

RECIFE. Secretaria da Mulher. Prefeitura do Recife reconhece Cooperativa Ecovida Palha de Arroz como entidade de utilidade pública. **Notícias**, Recife, 16 set. 2021. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/16/09/2021/prefeitura-do-recife-reconhece-cooperativa-ecovida-palha-de-arroz-como-entidade>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ROCHA, Hilton. Imprensa braille. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, São Paulo, v.55, n.4, p.150-159, jul./ago. 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abo/a/KRgNtW36yNvXfQ7pvPyGwjH/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **El contrato social**. São Paulo: Editora Lafonte, 2023.

SANTOS, Graciete. **40 anos de muitas lutas e conquistas**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2020. Disponível em: <https://www.casadamulherdonordeste.org.br/2020/08/17/40-anos-de-muitas-lutas-e-conquistas/>. Acesso em: 22 maio 2024.

SANTOS, Irenilda Ângela dos; SAITO, Carlos Hiroo. A mitificação da participação social na política nacional de recursos hídricos: gênese, motivação e inclusão social. **Geosul**, Florianópolis, v.21, n.42, p.7-27, jul./dez. 2006. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/%20article/download/12810/11993>. Acesso em: 04 jul. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22.ed. Rio de Janeiro: Record. 2012.

SAUL, Renato P. Capital social e a privatização do conhecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v.10, n.19, p.130-177, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/RJ9Ks3DR7xJrK6vz6MnBjGc/?format=pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/BF3dYyyqYgB7RX7fj7SrpQk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo-RS, v.7, n.1, p.9-21, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2947/1994>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Adeildo Fernandes da; SOUSA, Joseilton Evangelista de. **Agricultura agroflorestal ou agroflorestal**. 3.ed. Recife: Centro Sabiá, 2016.

SILVA, Gorge Patrick Bessoni. **O que eu ganho com isso?: desafios da sustentabilidade econômica do patrimônio imaterial a partir do Maracatu de Baque Solto**. 2020. 205 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/SILVA_Gorge-Dissertacao_Mestrado.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

SILVA, Joyce Ketlly Soares da. **Anteprojeto de reabilitação da sede da Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura, em Caruaru/PE**. 2023. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51157>. Acesso em: 13 maio 2024.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Software livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/handle/123456789/299>. Acesso em: 15 maio 2024.

SINDICATO DOS OFICIAIS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Pelo direito de ter o nome do pai. **Notícias**, Minas Gerais, 29 jan. 2014. Disponível em: <https://recivil.com.br/pelo-direito-de-ter-o-nome-do-pai/>. Acesso em 30 set. 2024.

- SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.51, p.7-22, ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qzkhXSYNy9DtBzPpwQZjJdj/>. Acesso em: 27 abr. 2024.
- SIQUEIRA, Amanda de Moraes Oliveira Siqueira (org.). **Tapioca: tradição da raiz ao paladar**. Recife: Editora Micélio, 2021. Disponível em: <https://www.ufrpe.br/sites/www.ufrpe.br/files/TapiocaISBN.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.
- SOUZA, M. Rebeca Lima de. **O Reamar no Maracatu de Baque Solto: dança, ancestralidade e memórias**. 2023. [34] f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Dança) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/51269>. Acesso em:
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p.16-39, set./dez. 2003. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2003.n24/>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- STEWART, Thomas A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SZASZ, Andrew. Progress through mischief: the social movement alternative to secondary associations. In: COHEN, Joshua; ROGERS, Joel (org.). **Associations and democracy**. Londres: Verso, 1995.
- SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor: regulação no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2006. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/terceiro-setor-regulacao-no-brasil>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- TARROW, Sidney. **Power in Movement: social movements and contentious politics**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- TASCHNER, Gisela. Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.46, n.1, p.47-52, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93820632007.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- TELLES, Sabrina de Oliveira Silva; SOUZA, Cláudio André de. Movimentos sociais e Estado: uma reflexão teórica sobre a Teoria do Confronto Político. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 22., 2019, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UCSAL, 2019. Disponível em: <https://ri.ucs.br/server/api/core/bitstreams/6a0f5ef9-a03c-42c8-9adc-b93ee57adf5a/content>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. USA: Random House, 1978.
- TILLY, Charles. Getting it together in Burgundy, 1675-1975. **Theory and society**, [s. l.], v.4, n.4, p.479-504, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/656865>. Acesso em 10 ago. 2024.
- TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.3, p.133-160, jan./jul. 2010. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/94145/mod_resource/content/1/Mov.%20Sociais%20como%20pol%C3%ADtica%20-%20Tilly.pdf. Acesso em 10 ago. 2024.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracy in america**. Washington: Regnery Publishing, 2002.

TOMBAMENTO do Museu Mestre Vitalino, em Caruaru, é deferido. **G1**, Caruaru, 08 out. 2020. Disponível em: g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2020/10/08/tombamento-do-museu-mestre-vitalinoem-caruaru-e-deferido.ghtml. Acesso em: 14 abr. 2024.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.13-16, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/3QY76c7QYKM6NjnXV5y7Wk/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

TRIANA, Yago Quiñones. Tecnologias sociais na era da informação: o caso das redes de software livre. **Revista Contraponto**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.75-94, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/46230/28813>. Acesso em: 15 maio 2024.

VOLTOLINI, Ricardo (org.). **Terceiro Setor: planejamento e gestão**. São Paulo: Senac 2004.

WAINWRIGHT, David. The political transformation of the health inequalities debate. **Critical Social Policy**, [s. l.], v.16, n.49, p.67-82, 1996. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/026101839601604904>. Acesso em: 19 jul. 2024.

WARREN, Mark. **Democracy and association**. New Jersn: Princeton University Press, 2001.

WASSERMAN, Claudia. Problemas teóricos que envolvem a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v.23, n.1, p.93-100, set. 2002. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3856>. Acesso em: 15 ago. 2024.